

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)
MESTRADO EM GESTÃO EDUCACIONAL

REGINA ANZOLCH CRESTANI

**OS FUNDAMENTOS, AS NARRATIVAS E AS OBSERVAÇÕES SOBRE O NOVO
ENSINO MÉDIO:
Um Estado do Conhecimento sobre o Tema (2018- 2023)**

Porto Alegre
2024

REGINA ANZOLCH CRESTANI

**OS FUNDAMENTOS, AS NARRATIVAS E AS OBSERVAÇÕES SOBRE O NOVO
ENSINO MÉDIO:
Um Estado do Conhecimento sobre o Tema (2018- 2023)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Educacional pelo curso de Mestrado em Gestão Educacional pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Cristina Ghisleni

Porto Alegre

2024

C924f Crestani, Regina Anzolch.
Os fundamentos, as narrativas e as observações sobre o novo ensino médio : um estado do conhecimento sobre o tema (2018-2023) / Regina Anzolch Crestani. – 2024.
252 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional, 2024.
“Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Ghisleni”

1. Currículo. 2. Ensino médio. 3. Implementação. 4. Políticas educacionais. I. Título.

CDU 37.014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Silvana Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

REGINA ANZOLCH CRESTANI

**OS FUNDAMENTOS, AS NARRATIVAS E AS OBSERVAÇÕES SOBRE O NOVO
ENSINO MÉDIO:**

Um Estado do Conhecimento sobre o Tema (2018- 2023)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Educacional pelo Curso de Mestrado em Gestão Educacional pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes – UNIPAMPA

Prof. Dr. Darciel Pasinato – UNISINOS

Prof.^a Dra. Ana Cristina Ghisleni (Orientadora) – UNISINOS

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, um eterno filósofo, e à minha mãe, que me ensinou que nunca é tarde para começar; hoje, vivendo na eternidade.

Ao meu esposo Cláudio, pela presença, amor compartilhado e por estar ao meu lado e me apoiar em meus sonhos e projetos!

Aos meus filhos Carina e Conrado, minha razão de viver!

À minha orientadora, coordenadora e professora Dr^a. Ana Cristina Ghisleni, incentivo constante na tarefa de pesquisar e escrever sobre educação, abrindo-me horizontes. Agradeço a amizade intelectual construída, as orientações, a escuta ativa, a empatia e os ensinamentos que inspiram e encorajam a prosseguir como educadora e futura docente.

Aos colegas do curso de Mestrado Profissional em Gestão Educacional/UNISINOS, que compartilharam o processo formativo, sempre atentos aos passos dados, aos desafios e às expectativas, ao compartilhar seus saberes e por me darem a chance de os representar junto ao colegiado.

Aos colegas e professores que confiaram em mim na partilha de suas angústias, seus medos no momento pós-traumático em que o RS foi tomado pela enchente.

Aos professores do MPGE/UNISINOS, pelo aprendizado no decorrer do curso, no âmbito das disciplinas ministradas e nos diálogos instigantes, em especial, à Prof.^a Dr^a. Patrícia Martins.

A F. Cabral, que me deu a oportunidade de realizar estágio de docência, sonho esse almejado, pela humildade em partilhar seus saberes, pelas caronas, conversas paralelas e risadas no trajeto POA-SL.

Por fim, mas não menos importante, aos meus milhares de alunos que, ao longo dos meus 34 anos de vida profissional como psicóloga, gestora escolar e orientadora profissional e de carreira, me ensinaram e ajudaram a construir a profissional que sou hoje. Muito obrigada!

“A educação não é preparação para a vida; a educação é a própria vida”

(John Dewey, 1979, p. 45).

RESUMO

Esta dissertação analisou os recentes desenvolvimentos do Novo Ensino Médio, culminando na reestruturação dessa etapa educacional, conforme a Lei nº 14.945/2024. O estudo objetivou compreender as apropriações e as análises feitas acerca da proposta do Novo Ensino Médio a partir do levantamento das produções acadêmicas no período compreendido entre 2018 e 2023, por meio da configuração de um estado do conhecimento das dissertações, das teses e dos artigos publicados no período, traçando uma visão geral sobre o tema. Como apoio metodológico, foram utilizados softwares de busca e sistematização dos materiais coletados. O estudo abordou o papel da escola e seus atores, a formação do currículo, construções e bases legais a partir de uma perspectiva histórica. Ao longo dessa análise, destacaram-se críticas e questionamentos de pesquisadores da área de Educação, que apontam as instabilidades do sistema educacional e os percalços na sua implementação. A maior parte desses posicionamentos pontua uma política marcada pela ausência de participação repercutindo no atraso, na descontinuidade, no esvaziamento e na falta de diálogo com proposições desiguais e com descaso para com a nossa juventude. A pesquisa culminou em um banco de dados técnico-científico, que emergiu como ferramenta essencial para consolidar e sistematizar o conhecimento acumulado, facilitando o acesso e o diálogo entre pesquisadores, educadores e gestores. Desse modo, forneceu subsídios para a construção de estratégias e soluções educacionais que promovam práticas mais viáveis e eficazes, com uma abordagem contínua e multifacetada, contribuindo para uma reflexão fundamentada sobre os rumos da educação básica no Brasil e promovendo um ensino médio mais justo em termos de acesso, oportunidades, permanência e qualidade. Como proposta de intervenção, apresentaram-se dois bancos de dados técnico-científicos: documentos legais e resgate bibliográfico documental a partir de teses, dissertações e produções, a fim de facilitar buscas a partir do interesse daqueles que acessem, otimizando o tempo e permitindo que as informações estivessem acessíveis, a fim de colaborar, desta forma, para outras pesquisas e para ações de formação de professores.

Palavras-chave: ensino médio; políticas educacionais; currículo; implementação.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the recent developments of the New High School, culminating in the restructuring of this educational stage according to Law No. 14,945/2024. The study aims to understand the appropriations and analyses made about the New High School proposal based on the survey of academic productions in the period between 2018 and 2023, through the configuration of a state of knowledge of the dissertations, theses and articles published in the period, outlining a general view of the topic. As methodological support, search and systematization software for the collected materials was used. The study addresses the role of the school and its actors, the formation of the curriculum, constructions and legal bases from a historical perspective. Throughout this analysis, criticisms and questions from researchers in the field of Education are highlighted, who point out the instabilities of the educational system and the setbacks in its implementation. Most of these positions highlight a policy marked by a lack of participation, resulting in delay, discontinuity, emptiness and a lack of dialogue with unequal proposals and disregard for our youth. The research culminates in a technical-scientific database, which emerges as an essential tool for consolidating and systematizing accumulated knowledge, facilitating access and dialogue between researchers, educators and managers. In this way, it provides support for the construction of educational strategies and solutions that promote more viable and effective practices, with a continuous and multifaceted approach, contributing to a well-founded reflection on the direction of basic education in Brazil, promoting a fairer secondary education in terms of access, opportunities, retention and quality. As an intervention proposal, two technical-scientific databases are presented: legal documents and bibliographic documentary rescue from theses, dissertations and productions, in order to facilitate searches based on the interest of those who access them, optimizing time and allowing information to be accessible, thus collaborating with other research and teacher training actions.

Keywords: high school; educational policies; curriculum; implementation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Síntese da pesquisa.....	20
Figura 2 – Linha do tempo	36
Figura 3 – Mapa conceitual	48
Figura 4 – Síntese da proposta de Análise Documental	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Categoria Alunos	58
Gráfico 2 – Categoria BNCC	59
Gráfico 3 – Categoria Currículo	60
Gráfico 4 – Categoria Docentes	61
Gráfico 5 – Categoria Gestão democrática	61
Gráfico 6 – Categoria Implementação	63
Gráfico 7 – Categoria Políticas educacionais	64
Gráfico 8 – Categoria Desigualdades	65
Gráfico 9 – Fonte alunos	67
Gráfico 10 – Fonte BNCC	68
Gráfico 11 – Fonte currículo	69
Gráfico 12 – Fonte desigualdade	70
Gráfico 13 – Fonte docentes	71
Gráfico 14 – Fonte gestão democrática	72
Gráfico 15 – Fonte implementação	73
Gráfico 16 – Fonte políticas educacionais	74
Gráfico 17 – Palavras restantes após filtragem	76
Gráfico 18 – Reforma	88
Gráfico 19 – Implementação	93
Gráfico 20 – Currículo	97
Gráfico 21 – Preparação para o trabalho	101
Gráfico 22 – Projeto de vida	104
Gráfico 23 – Flexibilização curricular	107
Gráfico 24 – Políticas públicas	110
Gráfico 25 – Protagonismo juvenil	113
Gráfico 26 – Neoliberalismo	115
Gráfico 27 – Empreendedorismo	117
Gráfico 28 – Formação integral	120
Gráfico 29 – Capitalismo	123
Gráfico 30 – Gestão educacional	125
Gráfico 31 – Docente	129
Gráfico 32 – Professor	129

Gráfico 33 – BNCC.....	133
Gráfico 34 – Alunos.....	138
Gráfico 35 – Juventudes	138
Gráfico 36 – Competências socioemocionais.....	143
Gráfico 37 – Hegemonia	145
Gráfico 38 – Autonomia.....	148
Gráfico 39 – Itinerários formativos.....	150

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese ANPED/2023	45
Quadro 2 – Estado da arte	54
Quadro 3 – Síntese da coleta de dados do <i>software</i> Mendeley	55
Quadro 4 – Categoria Alunos	57
Quadro 5 – Categoria BNCC	58
Quadro 6 – Categoria Currículo	59
Quadro 7 – Categoria Docentes	60
Quadro 8 – Categoria Gestão democrática	61
Quadro 9 – Categoria Implementação	62
Quadro 10 – Categoria Políticas educacionais	63
Quadro 11 – Categoria Desigualdades	64
Quadro 12 – Sequência exportação dos dados	66
Quadro 13 – Fonte alunos	67
Quadro 14 – Fonte BNCC	68
Quadro 15 – Fonte currículo	69
Quadro 16 – Fonte desigualdade	70
Quadro 17 – Fonte docentes	71
Quadro 18 – Fonte gestão democrática	72
Quadro 19 – Fonte implementação	73
Quadro 20 – Fonte políticas educacionais	74
Quadro 21 – Palavras restantes após filtragem	75
Quadro 22 – Exemplo da execução	78
Quadro 23 – Termos mais frequentes (frequência superior a 12)	80
Quadro 24 – Termos menos frequentes (frequência igual ou inferior a 12)	80
Quadro 25 – Reforma	82
Quadro 26 – Implementação	89
Quadro 27 – Currículo	94
Quadro 28 – Preparação para o trabalho	98
Quadro 29 – Projeto de vida	102
Quadro 30 – Flexibilização curricular	105
Quadro 31 – Políticas públicas	108
Quadro 32 – Protagonismo juvenil	111

Quadro 33 – Neoliberalismo.....	114
Quadro 34 – Empreendedorismo	116
Quadro 35 – Formação integral.....	118
Quadro 36 – Capitalismo.....	121
Quadro 37 – Gestão educacional.....	124
Quadro 38 – Docente	126
Quadro 39 – Professor	127
Quadro 40 – BNCC	131
Quadro 41 – Alunos	134
Quadro 42 – Juventudes	136
Quadro 43 – Competências socioemocionais	140
Quadro 44 – Hegemonia	144
Quadro 45 – Autonomia	146
Quadro 46 – Itinerários formativos	149
Quadro 47 – % nó e % nó TOTAL.....	152

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALE	Avaliação em Larga Escala
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
ES	Ensino Superior
FGB	Formação Geral Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NEM	Novo Ensino Médio
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCM	Organização Mundial de Comércio
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RCGEM	Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 TEMA	17
1.2 PROBLEMA	17
1.3 OBJETIVOS	17
1.3.1 Objetivo geral	17
1.3.2 Objetivos específicos.....	17
1.4 JUSTIFICATIVA	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO E PERSPECTIVAS DE MUDANÇAS ...	23
2.2 O PAPEL DA ESCOLA E SEUS ATORES.....	26
2.3 “MÁSCARA” – CURRÍCULO: O QUE É E SUAS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES.	30
2.4 ESTÁ POSTO	35
2.5 ENEM E O NOVO ENEM E SUAS REPERCUSSÕES	42
2.6 SUJEITOS DO ENSINO MÉDIO	43
3 METODOLOGIA	49
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	57
4.1 SOFTWARE MENDELEY	57
4.1.1 Alunos	57
4.1.2 BNCC	58
4.1.3 Coordenação	59
4.1.4 Currículo	59
4.1.5 Docentes	60
4.1.6 Gestão democrática	61
4.1.7 Implementação	62
4.1.8 Políticas educacionais	63
4.1.9 Desigualdades	64
4.2 SOFTWARE NVIVO	65
4.2.1 Fontes.....	65
4.2.1.1 Fonte: alunos.....	67
4.2.1.2 Fonte: BNCC	68
4.2.1.3 Fonte: currículo	69

4.2.1.4 Fonte: desigualdade	70
4.2.1.5 Fonte: docentes.....	71
4.2.1.6 Fonte: gestão democrática	71
4.2.1.7 Fonte: implementação	73
4.2.1.8 Fonte: políticas educacionais	74
4.2.1.9 Análise geral das oito fontes	75
4.2.2 Nós – Palavras	77
4.2.2.1 Reforma.....	81
4.2.2.2 Implementação	88
4.2.2.3 Currículo	93
4.2.2.4 Preparação para o trabalho.....	97
4.2.2.5 Projeto de vida	102
4.2.2.6 Flexibilização curricular	104
4.2.2.7 Políticas públicas.....	107
4.2.2.8 Protagonismo juvenil	110
4.2.2.9 Neoliberalismo.....	113
4.2.2.10 Empreendedorismo	115
4.2.2.11 Formação integral.....	117
4.2.2.12 Capitalismo.....	120
4.2.2.13 Gestor/Gestão educacional	123
4.2.2.14 Docente	125
4.2.2.15 Professor	127
4.2.2.16 BNCC	130
4.2.2.17 Alunos	133
4.2.2.18 Juventudes	136
4.2.2.19 Competências socioemocionais	139
4.2.2.20 Hegemonia	143
4.2.2.21 Autonomia	145
4.2.2.22 Itinerários formativos	148
4.2.2.23 Demais nós	150
4.2.2.24 Análise geral dos nós	155
5 DISCUSSÃO	156
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
7 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	168

REFERÊNCIAS.....	171
APÊNDICE A - BANCO DE DADOS DOCUMENTOS LEGAIS EM (1996-2024) ..	182
APÊNDICE B - BANCO DE DADOS BIBLIOGRÁFICO DOCUMENTAL DE TESES, DISSERTAÇÕES E PRODUÇÕES (2018- 2023)	197

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA

Os fundamentos, as narrativas e as observações sobre o Novo Ensino Médio: um estado do conhecimento sobre o tema (2018-2023).

1.2 PROBLEMA

Quais foram os percursos das produções bibliográficas sobre o Novo Ensino Médio, na tentativa de compreender as diretrizes legais, os movimentos institucionais e os diferentes atores educacionais envolvidos durante o processo da sua elaboração e sua implantação?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Compreender as apropriações e as análises feitas acerca da proposta do Novo Ensino Médio a partir das produções acadêmicas no período entre 2018 e 2023, por meio da configuração de um estado do conhecimento das dissertações, das teses e dos artigos publicados no período, traçando uma visão geral sobre o tema.

1.3.2 Objetivos específicos

Os objetivos gerais pormenorizam-se nos seguintes objetivos específicos:

- a) inventariar dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos publicados em revistas A1 e A2, que descrevam a trajetória do Novo Ensino Médio, no período entre 2018 e 2023, destacando título, ano, autor(es), artigo/dissertação/tese, *link* de acesso, palavras-chave, trechos extraídos e análise dos resumos, como objeto de aprofundamento do estudo;

- b) realizar levantamento bibliográfico e documental sobre as concepções de currículo, a fim de verificar as compreensões e repercussões, no que tange ao Ensino Médio, analisando o percurso histórico das diretrizes legais, destacando as mudanças, a implementação e as (des)continuidades observadas;
- c) organizar uma base de dados técnico-científica bibliográfico e documental, por meio de um repositório, sistematizando os percursos dos documentos legais e das interpretações acadêmicas sobre o período e a temática analisada, oferecendo subsídios para a realização de futuros estudos.

1.4 JUSTIFICATIVA

Escolher é tomar decisões, uma das habilidades que compreende a competência da autogestão, prevista pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Escolha é um substantivo feminino que significa seleção, opção, preferência por algo ou por alguma coisa. Essa palavra está presente nos meus mais de 30 anos de experiência enquanto gestora, educadora, psicóloga escolar e orientadora profissional e de carreira, ajudando jovens no processo de escolha profissional e, conseqüentemente, no de inserção no Ensino Superior. Minha escolha e maior identificação foi sempre trabalhar com a adolescência, o que justifica o interesse em estudar e aprofundar assuntos que norteiam a etapa do Ensino Médio. Disso, resulta a busca pelo Mestrado Profissional em Gestão Educacional - Linha 2 (Gestão de Educação Básica e Superior), da Unisinos. Essa escolha parte de uma intenção que está presente em toda a minha trajetória profissional, a saber, o desejo de poder ser docente de nível superior, compartilhando os meus saberes e aprendizados com estudantes que estão se preparando para serem profissionais do futuro, os quais assumem seu ofício no mercado de trabalho, em busca de uma sociedade mais justa e cidadã.

A homologação da Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), que traz a obrigatoriedade dos estudantes em escolher um itinerário formativo e/ou técnico e profissional, no término do Ensino Fundamental, inquieta-me, visto ser uma precoce escolha, aos 13, 14, 15 anos, pela área do conhecimento de maior interesse. Além disso, aliado a um suposto (des)preparo dos gestores, professores, orientadores e psicólogos quanto à implementação do Novo Ensino Médio (NEM).

Inicialmente, o projeto de pesquisa propunha conceitos emergentes da reestruturação e implementação curricular do NEM, os percursos possíveis para a gestão das diretrizes estabelecidas, a partir da manifestação de gestores e professores de escolas públicas e privadas. Contudo, o momento nos fez repensar a validade e eficácia da pesquisa inicialmente pensada. A mudança de posição ao escolher outra proposta teórica e metodológica deveu-se ao momento político e social vivido ao longo dos anos de 2023 e 2024. Apesar de a Lei ter sido homologada em 2018, com a obrigatoriedade de ser implementada até 2022, o NEM e seus possíveis desdobramentos avaliativos passaram a ser fortemente questionados, em meados de abril de 2023, por autoridades da área educacional e pela comunidade estudantil, quanto a sua implementação e continuidade.

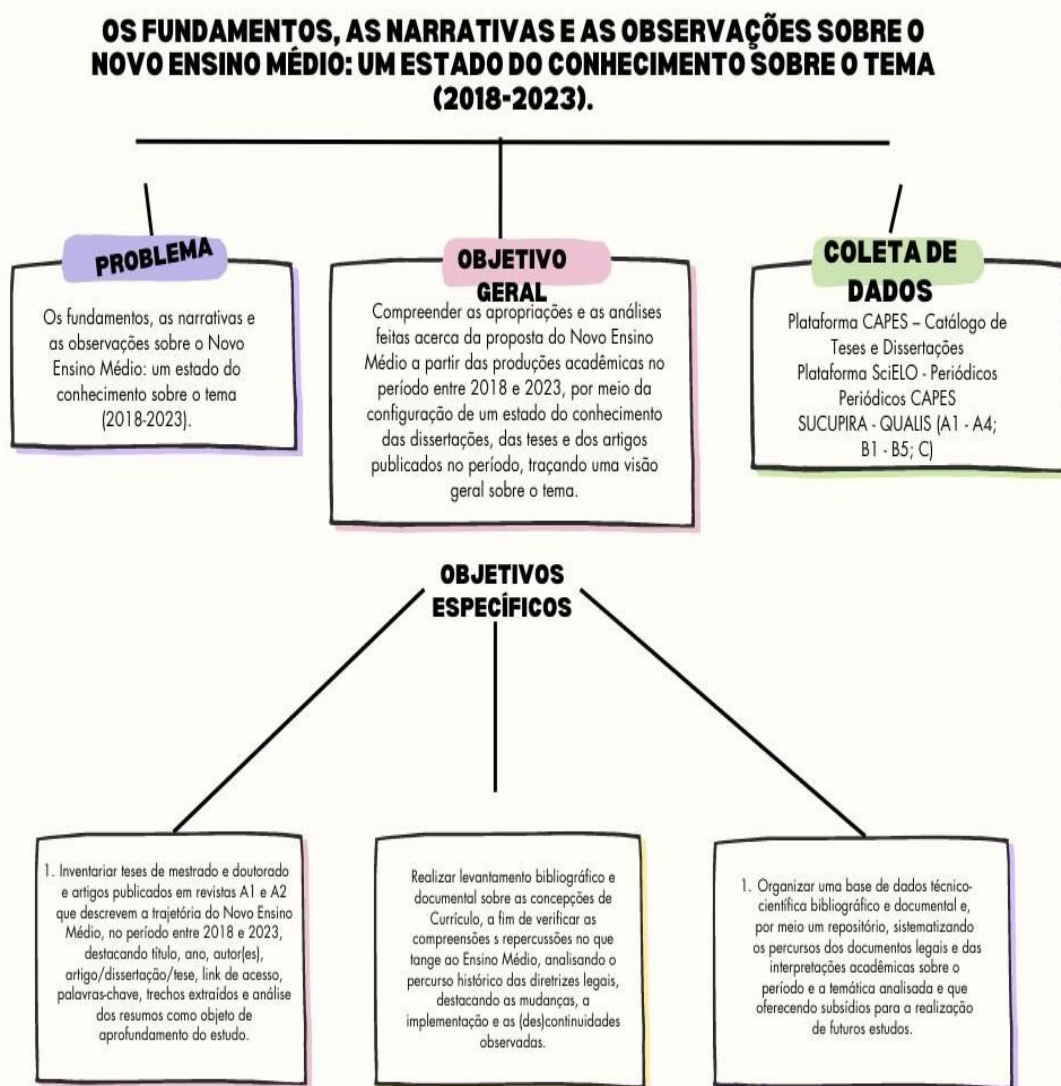
O Ministério da Educação (MEC) e o Governo Federal, por meio das Portarias nº 399 (Brasil, 2023a) e nº 627 (Brasil, 2023b), decidiram paralisar a implantação em âmbito nacional, oportunizando uma escuta aos professores, entidades representativas, gestores e estudantes, por meio de audiências públicas, a fim de avaliar os rumos do NEM e do Novo ENEM, divulgado em abril de 2022, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). Em agosto do mesmo ano, é divulgado pelo Ministério da Educação (MEC), o Sumário contendo ajustes na Lei nº 13.415 (Brasil, 2017) em relação a sua implementação. No dia 26 de outubro, Camilo Sobreira de Santana, o então ministro da Educação, encaminha para o Congresso o Projeto de Lei (PL) nº 5230 (Brasil, 2023c), o qual altera a Lei nº 9.394 (Brasil, 1996), de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e define diretrizes para a política nacional de ensino médio. Em 31 de julho de 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona a Lei nº 14.945/2024 (Brasil, 2024), que passa a vigorar em 2025, revogando parcialmente a Lei nº 13.415 (Brasil, 2017).

Levando em consideração as questões apresentadas quanto à oscilação das políticas públicas, optamos por dar continuidade ao estudo por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo como tema “Os fundamentos, as narrativas e as observações sobre o Novo Ensino Médio: um estado do conhecimento sobre o tema (2018-2023)”. Ademais, a nova proposta da pesquisa no formato de Estado do Conhecimento se pauta, conforme Ferreira (2002, p. 265) em “[...] perceber que as pesquisas crescem e se expressam ao longo do tempo; ampliam-se; multiplicam-se; diversificam-se; transformam-se e desaparecem”.

Assim, busca-se, com o Estado do Conhecimento, resgatar o percurso de (des)construção do NEM, por meio do levantamento e da análise das produções vinculadas ao tema, problematizando-as à luz do arcabouço legal e das concepções sobre o currículo. Entende-se que o desenho proporcionado por um Estado do Conhecimento possibilitará o avanço do entendimento acerca do aprofundamento de temas, dos assuntos em voga, dos períodos de maior ou menor produção acadêmica e das lacunas existentes que podem servir de sugestões para futuras pesquisas.

A seguir, a Figura 1 apresenta a síntese da pesquisa.

Figura 1– Síntese da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

Como se pode observar na Figura 1, para atender aos objetivos aqui propostos, esta pesquisa respalda-se no embasamento teórico e traz, para tanto, autores renomados da literatura tradicional e de vanguarda, citados na fundamentação teórica como Bobbitt (1918), Tyler (1974), Freire (1970), Althusser (1970), Moreira (1999), seguido pela metodologia de análise quanti-quali e de conteúdo escolhida de um estado do conhecimento, a análise dos resultados obtidos com auxílio dos softwares Mendeley e Nvivo, dialogando com a teoria e trechos extraídos dos resumos das produções.

Encerra-se o presente estudo com as considerações finais e com a proposta de intervenção, na qual foram elaborados dois bancos de dados técnico-científicos, com vistas a favorecer a compreensão e as análises da proposta do NEM, auxiliando futuras ações e políticas públicas que possibilitem um Ensino Médio mais inclusivo e com propostas formativas mais coerentes e consistentes, quais sejam:

- Banco de dados apresentando a historização dos documentos legais que se referem ao EM, desde a Lei nº 9.394 (Brasil, 1996) - LDB/1996 - até a Lei nº 14.945/2024 (Brasil, 2024) (Apêndice A);
- Banco de dados com o resgate bibliográfico documental a partir de teses, dissertações e produções realizadas no período compreendido entre 2018-2023 (Apêndice B).

A fim de dar seguimento ao trabalho, a seguir, apresenta-se a fundamentação teórica que o embasa. Importante mencionar que alguns trechos estão escritos em primeira pessoa tendo em vista que se tratam da história pessoal da autora.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao me debruçar sobre as leituras que embasam o tema central da pesquisa ao qual me proponho, motiva-me saber quais foram os percursos da produção bibliográfica sobre o NEM na tentativa de compreender as diretrizes legais, os movimentos institucionais, bem como a percepção dos diferentes atores educacionais envolvidos durante o processo de sua elaboração, implantação e suspensão. Tudo isso tendo como pano de fundo a análise documental e as mudanças no texto legal da LDB/1996 (Brasil, 1996), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), da Lei nº 13.415 (Brasil, 2017) e da Lei nº 14.945 (Brasil, 2024). A partir desses documentos, foi organizada uma base de dados técnico-científicas, por meio de um repositório, com o objetivo de sistematizar e organizar os documentos legais e os percursos das interpretações acadêmicas sobre o período e a temática analisada.

Na minha trajetória profissional de mais de 30 anos atuando como psicóloga, gestora educacional e orientadora profissional e de carreira, parto do princípio do entendimento macro para o micro – e neste projeto acadêmico não foi diferente. Portanto, contextualizo a educação, até chegarmos ao âmago da pesquisa, aos resultados coletados, tendo por base os documentos legais e a relevância deles para futuras pesquisas, além de contribuições aos profissionais da área da Educação e para a sociedade como um todo.

Para uma melhor organização do desenvolvimento do trabalho e para auxiliar o entendimento do leitor, apresento a fundamentação teórica subdividida em capítulos, apresentando a educação brasileira no contexto em que estamos inseridos. A partir de autores que compõem o embasamento teórico, como Masschelein e Simons (2013), Moreira e Tadeu (2011), Paro (2012; 2018), Silva (2009), Teixeira Neto (2020), entre outros, compartilho seus saberes e como eles percebem a evolução educacional e a interação dos atores junto ao ambiente educacional. Como o tema central da pesquisa é voltado ao Novo Ensino Médio e, consequentemente, ao novo currículo, trago análise e reflexões sobre a construção dos Currículos e suas repercussões. Sobre isso, destaca-se a cronologia e as mudanças ocorridas desde a LDB/1996 (Brasil, 1996) até a Lei nº 14.945/2024 (Brasil, 2024), historicizando as Leis, os Pareceres, as Resoluções, os Decretos e as Ementas, referentes à Reforma do Novo Ensino Médio. E, para finalizar, expõe-se o

embasamento teórico, as percepções de como se apresentam as juventudes neste contexto.

2.1 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO E PERSPECTIVAS DE MUDANÇAS

No século XXI, a globalização trouxe avanços nas tecnologias digitais e de comunicação (TDIC), sob forma de diferentes dispositivos móveis conectados à internet sem fio, utilizados em diferentes espaços, tempos e contextos (Bacich; Moran, 2018) e, conseqüentemente, mudanças no modo de pensar e agir na educação. Exemplo disso é a democratização do saber, em que o professor não é mais o único detentor do conhecimento. Logo, deve estimular o espírito de grupo; o aprendizado no formato linear, onde o aluno se torna o protagonista do seu aprendizado a partir do trabalho colaborativo; o empreendedorismo e a cultura para o trabalho, em que competências e habilidades socioemocionais e inteligência emocional também começam a entrar em vigor. À luz de Bacich e Moran (2018, p. 3), “Os processos de aprendizagem são múltiplos, contínuos, híbridos, formais e informais, organizados e abertos, intencionais e não intencionais”.

Alguns discursos, nesse momento líquido sobre as práticas educativas, de acordo com Teixeira Neto (2020, p. 27) “[...] podem (des)formatar subjetivações de si e do mundo – que tem criado determinados corpos para determinados discursos – e sobre como estamos sendo o que somos – sujeitos de uma determinada forma”. Vivemos momentos de incertezas, de rejeição, de exclusão, “[...] desejos de consumo e pertença a significados hegemônicos de bem-estar e felicidade nas contingências do espaço/tempo contemporâneo”, como afirma o autor (Teixeira Neto, 2020, p. 27).

O termo “líquido” utilizado nos escritos de Bauman (2007), refere-se à

[...] passagem da fase “sólida” da modernidade para a “líquida” - ou seja, para uma condição em que as organizações sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições que asseguram a repetição de rotinas, padrões de comportamento aceitável) não podem mais manter sua forma por muito tempo (nem se espera que o façam), pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las e, uma vez reorganizadas, para que se estabeleçam (Bauman, 2007, p. 7).

A contemporaneidade se revela na liquidez, na volatilidade, na fluidez que caracteriza as novas formas de gerenciar as nossas relações. Portanto, a incerteza e

a insegurança sobre o amanhã tomam uma proporção ainda maior. Retomando Teixeira Neto (2020, p. 57), “Para citar o futuro, é preciso estar firmemente plantado no presente”, pois estamos “[...] num mundo de flexibilidade universal, sob condições de *Unsicherheit*¹ aguda e sem perspectivas, que penetra todos os aspectos da vida individual”. Portanto, difícil tarefa de ficar firme no presente, com a insegurança que nos rodeia em todos os sentidos – pessoal, profissional, cultural.

Nesses tempos líquidos, o mundo capitalista transformou as pessoas em consumidores e a educação em um produto. De acordo com Bauman, “A modernidade significa muitas coisas, e sua chegada e avanço podem ser aferidos utilizando-se muitos marcadores diferentes”, no qual “[...] o atributo é a relação cambiante entre o espaço e o tempo” (Bauman, 2001, p.15). Masschelein e Simons (2013, p. 10) comentam que vivemos uma época em que muitos desacreditam na escola frente à modernidade. A escola oferece “tempo livre” e transforma o conhecimento e as habilidades em “bens comuns”. Supostamente, existe tempo e espaço para superar e renovar o mundo.

Segundo Bauman (2021, p. 36), “A sociedade que entra no século XXI não é menos ‘moderna’ do que a que entrou no século XX; o máximo que se pode dizer é que ela é moderna de um modo diferente”. Bauman (2021) nos aponta uma mudança de paradigma, em que os pais ou as editoras decidem o que deve ser ofertado nas escolas. Assim, a linguagem da educação passa a ser vista como uma linguagem do aprendizado, no qual a relação muda: aprendente/consumidor e educador/provedor. Tal relação estabelecida nos traz uma profunda mudança nos aspectos ideológico, cultural, social e profissional.

O termo “prestação de contas” se faz presente no discurso político contemporâneo, no qual o papel do professor é ser um representante da sociedade, uma pessoa calculista que se esforça quando há algum incentivo por trás. O ensino deixou de ser uma tarefa pedagógica, como nos alertam Masschelein e Simons (2013).

A ênfase dada à empregabilidade, à competitividade e à performatividade invadiu o espaço da sociedade dita de vanguarda, baseada em desempenho, em que o professor bem formado não basta, pois precisa apresentar outras competências, por vezes não tão compatíveis com a formação inicial. Ademais, o

¹ *Unsicherheit*: insegurança, incerteza, instabilidade, falta de confiança.

aprendizado para os jovens se tornou chato, tedioso, alienante. Instiga que a escola do futuro precise proporcionar significado aos jovens, em que o esforço seja fundamental, e não a busca pelo resultado. Uma escola, portanto, que proporcione a todos a oportunidade de começar em uma mesma posição inicial, aceitando suas diferenças e realidades e assumindo a tarefa de “criar e proporcionar igualdade” (Masschelein; Simons, 2013, p. 68).

Masschelein e Simons alertam que a “[...] mesa da escola não é uma mesa de negociação” (2013, p. 110), mas, sim, uma mesa onde o professor encoraja os estudantes a experimentar e tornar possível o estudo. O foco das escolas modernas é nos ambientes de aprendizagem centrados no aluno, onde são colocados os talentos e as necessidades dele em primeiro lugar.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) revela dados alarmantes em relação à evasão e ao desemprego sobre a “geração nem-nem” (nem estuda, nem trabalha) no Brasil. Em 2018, 31% dos jovens de 18 a 24 anos estavam enquadrados nessa categoria. Além disso, 47% dos adultos de 25 a 64 anos não concluíram o EM, portanto, estão suscetíveis ao desemprego (OCDE, 2021, p. 15).

Para a OCDE, uma das ações para enfrentar o desafio da evasão e, consequentemente, do desemprego, é dar apoio mais precoce e individualizado aos alunos que correm o risco de evadir, incentivando a permanência e/ou retorno para a escola. Outra ação vai em direção à tomada de decisão, uma das habilidades que consta na BNCC quanto à futura carreira a ser seguida, no que se refere à orientação para o mercado de trabalho, bem como oportunizando igualdade de acesso ao ES, uma das prioridades estabelecidas pelas políticas internacionais (OCDE, 2021).

O contexto nos mostra que a educação vem enfrentando várias mudanças, como a modernização das leis trabalhistas, a oscilação diária do mercado de trabalho, o controle das relações afetivas e sexuais, o aumento das desigualdades e da vulnerabilidade dos jovens, entre outros. É dentro dessa complexidade que se insere a implementação do NEM e a obrigatoriedade dos estudantes em fazer uma escolha precoce no término do EF e sua inserção no EM, por uma linha de aprofundamento direcionado a um Itinerário Formativo². Vale recordar que, neste ínterim, tivemos a pandemia, no qual alguns marcos, como o uso das tecnologias digitais, se solidificaram rapidamente na educação se compararmos com a evolução da sociedade globalizada. A educação é o cerne do desenvolvimento da pessoa humana e da sua vivência na sociedade. Ela precisa mudar para acompanhar e cumprir sua missão (Alarcão, 2001). Porém, a pandemia mostrou e ampliou a brutal desigualdade estrutural entre pobres e ricos, entre os que têm acesso e domínio do mundo digital e os que não têm (Moran, 2022).

Para melhor compreensão do processo educacional, no próximo capítulo, serão abordados os pensamentos, as reflexões e os conceitos de autores consagrados na literatura sobre como é visto e percebido o papel da escola e a participação de seus atores, nesse processo.

2.2 O PAPEL DA ESCOLA E SEUS ATORES

De acordo com a BNCC (Brasil, 2018, p. 473),

[...] é papel da escola auxiliar os estudantes a aprender a se reconhecer como sujeitos, considerando suas potencialidades e a relevância dos modos de participação e intervenção social na concretização de seu projeto de vida. É, também, no ambiente escolar que os jovens podem experimentar, de forma mediada e intencional, as interações com o outro, com o mundo, e vislumbrar, na valorização da diversidade, oportunidades de crescimento para seu presente e futuro.

Alarcão (2001) nos apresenta a proposta de uma escola reflexiva, que vai sendo construída na sua concretude do cotidiano do ambiente escolar, o qual se

² Conforme a BNCC (Brasil, 2018, p. 475), “O currículo do Ensino Médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por Itinerários Formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I - Linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional”.

transforma e não se aceita como uma organização definitiva e acabada. Ao contrário, é uma organização que pensa a si própria, na sua missão social e na sua estrutura. Assim, a aprendizagem deve ser cooperativa e autônoma, favorecendo a flexibilização de atividades docentes e discentes. Para Libâneo (2018, p. 6).

A escola é um ambiente educativo, espaço de formação e aprendizagem construído pelos seus componentes, um lugar que seus profissionais possam tomar decisões sobre o seu trabalho e aprender mais sobre a sua profissão, fazendo mais do que cumprir normas e regulamentos.

Vivemos em uma sociedade de informação e economia baseada no conhecimento, em que se destacam as relações mercantis, a busca pela eficiência e a qualidade por meio da tecnologia. Tudo isso se traduz na mudança de paradigma institucional para empresarial. O modo de administração capitalista vigente está organizado por relações de exploração, ou seja, apropriação do produto do trabalho alheio. Paro (2012, p. 47) salienta que “[...] sem a produção de excedente por uns, não é possível sua apropriação por outros”.

A educação escolar pode ser um elemento de transformação social, visto ser uma alternativa para a não submissão à classe dominante, em que a obediência é o produto da coerção. Na persuasão, há o encontro de interesses do grupo, das classes, e não somente daqueles que estão no poder. Tanto na coerção quanto na persuasão, promove-se uma determinada base econômica, conforme o interesse de um grupo específico e, por meio da utilização de mecanismos da sociedade política e civil, é exercida a dominação sobre os grupos dominados. Portanto, através da sociedade civil e dos mecanismos persuasivos, uma classe deixa de ser dominante e passa a exercer a hegemonia, tornando os interesses coletivos e não somente particulares da classe de poder (Paro, 2012).

Quando retomamos o papel da educação enquanto relação da hegemonia, fundamentada pela persuasão, ela está embasada na relação pedagógica, como elemento de transformação social, pela apropriação da cultura e do saber de forma sistemática e organizada. A escola precisa formar cidadãos mais preparados e qualificados para enfrentar os desafios postos na contemporaneidade. O ensino escolar deve contribuir formando pessoas capazes de pensar e aprender, que promovam a formação global, que sejam autônomos, conscientes, críticos, éticos e solidários, conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2012).

A globalização, no formato do capitalismo vigente, revela-nos aumento nos índices de exclusão e desemprego, principalmente em países historicamente marcados pela desigualdade social, como é o caso do Brasil. Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) propõem a necessidade de ações que ponham a economia a serviço da sociedade, com a finalidade de gerar maior justiça social. Salientam que algumas reformas neoliberais realizadas por instituições financeiras internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC), têm por objetivo unificar e autorregular a sociedade competitiva. Porém, como o intuito é gerar lucro, acaba por resultar em uma maior exclusão. Para a reversão desses resultados, o caminho é oportunizar uma educação pública e democrática que acompanhe os avanços do mundo contemporâneo, “[...] tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável” (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012, p. 68).

Paro (2012, p. 139) esclarece que “[...] os educandos e seus pais ou responsáveis não são clientes (no sentido de meros consumidores de mercadorias), mas cidadãos”. Nesse sentido, abre a discussão do que é uma escola boa e com qualidade e se isso só depende dos conteúdos ofertados. A resposta para tal questionamento está na valorização da ação, na escola, oportunizando espaços de reflexão e pesquisa.

Na nova concepção de escola, o papel do diretor é visto no topo da hierarquia organizacional, na qual é o representante supremo, responsável pelo controle de todos e de todas as atividades que aí se desenvolvem. Por estar no topo da hierarquia e tendo o controle da escola, precisa responder às demandas burocráticas de seus superiores. Exercendo o poder, acaba por deixar de praticar o seu principal papel, que é ser educador, “[...] já que pouco tempo lhe resta para dedicar-se às atividades mais diretamente ligadas aos problemas pedagógicos no interior de sua escola” (Paro, 2012, p. 173-174). Nessa concepção, as funções específicas do gestor escolar são planejar, organizar, dirigir e avaliar, porém, com cuidado para com os processos e meios, visto que seus objetivos e resultados estão diretamente ligados à formação humana, respaldada por uma gestão participativa, promovendo condições, recursos e garantindo a aprendizagem para todos os alunos.

A intenção é que, a partir dos fatores anteriormente mencionados, possam ser atingidos os objetivos de uma educação transformadora, com uma racionalidade

social, permitindo a participação da comunidade nos processos escolares. Aliado a isso, há a importância da participação da equipe docente na oferta de um ensino de boa qualidade, capaz de fazer jus a uma administração escolar verdadeiramente democrática, saindo do único papel de diretor, de uma só pessoa que assume por tudo o que acontece na escola, e evoluindo para formas coletivas no qual a autoridade é diluída entre os participantes, na busca de uma gestão cooperativa, de acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2012).

Para Dallabona e Carminatti (2016), a gestão democrática ocorre com base em cinco elementos centrais, quais sejam: (i) ruptura de práticas autoritárias; (ii) existência de conselho escolar; (iii) a representação dos segmentos escolares; (iv) elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) e; (v) administração dos recursos financeiros. Desse modo,

[...] as práticas organizacionais vêm repercutindo na concepção de gestão educacional democrática, servindo para legitimar as ações gerencialistas, como uma nova política de democratização educacional, porém a participação direta não está relacionada com as escolhas das políticas educacionais como direito de todos, mas com os serviços educacionais ao alcance da comunidade local. (Bigarella; Costa, 2019, p. 290).

Nessa engrenagem de gestão democrática, é fundamental a importância do papel do professor. Paro (2018, p. 33), destaca que para o professor “Não basta gostar do trabalho que exerce, é preciso ter consciência política de sua função e do que ela representa na construção de seres democráticos para uma sociedade democrática”.

O professor deve estar bem preparado, ter domínio de conteúdo, utilizar várias metodologias de aprendizado para cativar seus alunos, desenvolver competências, projetos de investigação, além de ter ciência de que cada aluno é um ser único, produzindo, a partir disso, maior qualidade de ensino.

Assim também, deve-se pensar no papel do professor inserido no meio rural. Como salienta Pasinato (2024), as famílias que moram no meio rural, geralmente, são de baixa escolaridade e que não chegam a passar do Ensino Fundamental, ou seja, os pais não têm condições de ajudar seus filhos nas tarefas escolares. Nesse sentido, “[...] a importância do docente no processo de ensino e aprendizagem torna-se ainda maior. Nas comunidades rurais, o professor era uma referência, sendo, por isso, respeitado e valorizado pela comunidade” (Pasinato, 2024, p. 10).

Paro (2018) enfatiza a necessidade da busca pela qualidade, para que o ensino não fique preso à transmissão do conhecimento e das informações contidas nas disciplinas teóricas. Ou seja, deve-se formar profissionais com uma visão crítica e abrangente da realidade do campo escolar, com condições de atuarem dentro de suas competências, de acordo com o seu papel, com base em sua formação, dentro de escolas, compondo equipes multidisciplinares, no planejamento de projetos individuais ou institucionais. Imbernón (2011) nos chama a atenção sobre a formação docente e sobre a necessidade da redefinição coletiva da profissão, de suas funções e de sua formação, e se ela afeta as mudanças de aprendizado dos alunos. É importante a formação permanente dos professores de forma participativa e reflexiva. A participação, como o próprio nome diz, necessita que todos os atores que pertencem à comunidade escolar possam participar de forma autônoma, criativa, a serviço da formação de cidadãos críticos com competências para a participação na vida social, econômica e cultural.

Ademais, a escola, por ser uma instituição social, permite que relações de poder se estabeleçam no viés burocrático, metodológico e/ou interpessoal. Abordarei esse poder no próximo subcapítulo. O propósito é buscar elementos para entender um conjunto de autores e o que eles pensam sobre o que está por trás do Currículo escolhido para determinado período histórico; como as mantenedoras, as escolas, as redes, os sistemas de ensino absorvem, apropriam-se dos Currículos estabelecidos; que bagagens são carregadas na tentativa de elucidar o propósito final desta pesquisa e de como se apresentam os caminhos percorridos pelo Novo Currículo do Ensino Médio, propostos pelas Leis nº 13.415/2017 (Brasil, 2017) e nº 14.945/2024 (Brasil, 2024).

2.3 “MÁSCARA” – CURRÍCULO: O QUE É E SUAS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES.

De maneira geral, o que embasa qualquer teoria a respeito do currículo “[...] é saber qual conhecimento deve ser ensinado” (Silva, 2009, p. 14), bem como o seu objetivo fim que “[...] busca precisamente modificar as pessoas que vão ‘seguir’ aquele currículo” (Silva, 2009, p. 15).

Poderia encerrar este capítulo no parágrafo anterior, visto que, de forma simplificada, explica para que serve o currículo. Porém, os profissionais que estão na linha de frente do ensino, muitas vezes, não imaginam os elementos vinculados aos

interesses e ao poder, os quais existem nas entrelinhas de determinado currículo. Por que escolhemos determinado currículo e não outro? Deve existir uma resposta ou, pelo menos, uma reflexão. Devido a isso, a escolha do título desse subcapítulo, “Máscara”. A intenção é poder desvendar os mistérios que estão escondidos atrás dela, mais especificamente, dele, o currículo.

Neste capítulo, é feito um resgate da história dos currículos a partir de Moreira (1999), Bobbitt (1918), Tyler (1974), Freire (1970), Althusser (1970), Bourdier (1970), que são consultados e referenciados por Silva (2009). Alguns desses teóricos são mais tradicionais e conservadores; outros, mais críticos e progressistas, como Moreira (2011). Quando nos remetemos aos currículos ditos tradicionais, referimo-nos ao conhecimento, ao ensino e aprendizagem, à metodologia, entre outras. Nas Teorias Críticas e Pós-críticas, o interesse está na subjetividade e na identidade dos sujeitos ali envolvidos, conectando o saber e o poder. Moreira (2011, p. 7) salienta que “[...] toda a teoria está atrelada às relações de poder”.

Silva (2009) cita o livro *The Curriculum*, escrito por Bobbitt em 1918, o qual nos mostra um avanço ao trazer apontamentos, reflexões, questionamentos sobre a escolarização, como o que deve ser ensinado, quais as fontes principais do conhecimento, qual o objetivo e a finalidade do conhecimento, como preparar as crianças e os jovens para transformar a sociedade em busca da democracia. Porém, essa visão progressista do pensar sobre o currículo de Bobbitt traz outros questionamentos conservadores, visto que, conforme Silva (2009), a escola deve funcionar como uma empresa em busca de resultados, com metas a serem atingidas.

O modelo conservador de Bobbitt, voltado para o empresariamento, aproxima-se da proposta de Tyler (Silva, 2009). Entra em confronto com teorias mais progressistas, como a de Dewey, que vão ao encontro do mercado de trabalho, com foco na vida ocupacional adulta. No mapeamento dos interesses e das aptidões aos perfis exigidos pelo mercado vinculando ao currículo, pode-se perceber que, durante muito tempo, a discussão sobre o currículo “[...] se resume a uma questão de desenvolvimento, a uma questão técnica” (Silva, 2009, p. 24).

Tyler expande seu modelo inserindo a psicologia da aprendizagem e a filosofia social e educacional. Apesar disso, as teorias críticas apontam que não havia uma preocupação em questionar os arranjos educacionais existentes ou a forma social dominante de como se apresentam as desigualdades e injustiças

sociais. O propósito era desenvolver conceitos para melhor compreensão do que o currículo faz.

Dentre as teorias críticas, houve marcos e atores fundamentais para a teoria educacional crítica, como Paulo Freire, Louis Althusser, Pierre Bourdieu. As teorias críticas não aceitam os processos de planejar, implementar e avaliar currículos. Centram suas atenções no “[...] conhecimento escolar implicado em sua seleção, distribuição, hierarquização, organização e transmissão nas escolas e salas de aula”, de acordo com Moreira e Tadeu (2011, p. 8). Portanto, inevitavelmente implicadas em relações de poder. Na mesma linha, Bourdieu nos reporta para uma reprodução cultural “[...] das classes dominantes, seus valores, gostos, costumes, hábitos, modos de se comportar, de agir” (Silva, 2009, p. 34). Essa cultura é sustentada pela classe dominante.

Moreira e Tadeu (2011, p. 13) argumentam que o currículo “[...] há muito tempo deixou de ser apenas uma área meramente técnica, voltada para questões relativas a procedimentos, técnicas e métodos”. Conforme a tradição crítica do currículo, ela pode ser moldada por questões sociológicas, políticas e epistemológicas. Ou seja, “[...] o currículo não é um elemento transcendente, atemporal – ele tem uma história” (Moreira; Tadeu, 2011, p. 14). O propósito desta pesquisa vai ao encontro do que é exposto por Moreira e Tadeu (2011), a partir do qual será retomada a história do EM e as mudanças ocorridas em seus currículos. Os autores Moreira e Tadeu (2011) salientam que as origens do campo nos Estados Unidos se propunham a planejar atividades pedagógicas de modo a evitar que o comportamento e o pensamento do aluno se desviassem de metas e padrões definidos (Moreira; Tadeu, 2011).

Com a perspectiva fenomenológica de currículo (Silva, 2009), a experiência dos estudantes torna-se objeto de estudo, a partir da análise da vida cotidiana. Ela se alia a outras duas estratégias de investigação: a hermenêutica (descrição das coisas, como eles são por meio de análise interpretativa) e a autobiografia (experiência vivida).

No mundo contemporâneo, “[...] não se pode separar as questões culturais das questões do poder” (Silva, 2009, p. 85). Esse fenômeno é denominado de multiculturalismo. Um movimento legítimo e que, no entendimento de Silva (2009), pode ser questionado por perspectivas caracterizadas como mais políticas ou críticas. Na perspectiva mais crítica, as relações de poder estão na base da

produção. Porém, do ponto de vista epistemológico, o multiculturalismo tem sido criticado por seu suposto relativismo, pois, nessa visão crítica, “[...] existem certos valores institucionais que são universais e que transcendem as características culturais específicas de certos grupos” (Silva, 2009, p. 89).

Já na pós-modernidade, surgem as “metanarrativas”. Uma concepção que se contrapõe à linearidade e à rigidez do pensamento moderno, abrindo para a incerteza e a dúvida, colocando em xeque as antigas concepções, dando espaço para a “virada linguística” (Moreira; Tadeu, 2011, p. 111), em que é a linguagem, o discurso e o texto que ganham importância central.

Sob a ótica dos estudos culturais, todo o conhecimento é artefato da cultura. Ele está vinculado às relações de poder. A cultura é vista como uma pedagogia, assim como a pedagogia é vista como uma forma cultural (Silva, 2009). Para Moreira e Tadeu (2011), a ideologia e o currículo não podem ser vistos separados da teorização educacional crítica. O currículo é a expressão das relações sociais de poder. Ele “[...] não é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação”, mas, também, “[...] produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo” (Moreira; Tadeu, 2011, p. 71).

O currículo é a concretização do que consta no Projeto Político Pedagógico (PPP), a partir da oferta e da organização das disciplinas e dos componentes curriculares, existe a noção de que acontece o resultado da aprendizagem, da prática, da seleção e da organização da cultura de determinada sociedade. Ele entra em disputa por determinar os conteúdos e o tipo de exigência, o tempo e adequação ao período de desenvolvimento dos estudantes, tornando-se a peça principal e mais atrativa da escola (Arroyo, 2013, p. 13). A implementação do NEM nos insere nesse contexto, reforçando a pauta do momento em que presenciamos movimentos sociais (alunos, professores, gestores e entidades representativas), com o propósito de revogar a implementação da Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017).

O currículo, na sociedade capitalista em que vivemos, reproduz as estruturas sociais, pois é dividido em componentes curriculares, por períodos, intervalos e organizado de forma hierárquica. O conteúdo do currículo é uma construção social, ou seja, são as relações de poder que optam por implementar um tipo de currículo, conhecimento, e não por outro. E, se seguirmos por essa linha, o conhecimento não é um “[...] reflexo da natureza ou da realidade, mas o resultado de um processo de

criação e interpretação social” (Moreira; Tadeu, 2011, p. 135). Moreira e Tadeu (2011, p. 75) reforçam que “[...] é fundamental percebermos que já temos um currículo nacional, com a diferença de que o nosso é determinado pela complicada inter-relação entre as políticas de adoção de livros didáticos do Estado e o mercado editorial que publica esses livros”.

Com a homologação da Lei nº 13.415 (Brasil, 2017), o NEM implica na reorganização dos currículos das escolas de EM. Para atender a essa Lei, é necessário um currículo comum que atenda a todos os componentes curriculares e, outro, que propõe a oferta de um itinerário formativo e/ou técnico e profissional. O aluno, no término do EF ou na 1ª série do EM, deverá escolher a trilha de aprofundamento de seus estudos futuros. Para a OCDE (2021, p. 34), “Os tomadores de decisão precisam reconhecer a estreita interação entre ensino, aprendizagem e avaliação, assim como o papel do currículo, fator subjacente a esses três”.

A OCDE nos traz que a elaboração de um currículo requer tempo e que a sua implementação é complexa, pois precisa do envolvimento de todos os atores da comunidade educacional. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED (2023), por sua vez, questiona sobre os elaboradores das políticas públicas, que, ao criarem os currículos, esquecem que o nosso país não é homogêneo, ou seja, há um Brasil com vários brasis, com suas “[...] desigualdades sociais, locais, estaduais e regionais, de gênero e etnia” (ANPED, 2023, p. 17). Cada escola apresenta sua singularidade, visto que os alunos são diversos.

Enfim, após estudos sobre o currículo, sobre o pensar de várias vozes, torna-se evidente a necessidade de “tirar a máscara” e entender o que ele está nos transmitindo, interpretar o que está nas entrelinhas e chegar ao âmago da questão. Portanto, segundo Silva (2009, p. 150), “O currículo é documento de identidade”.

Como visto, o currículo tem uma história, uma identidade e há necessidade de ser desvendada a partir de documentos que respaldam a sua construção. Ou seja, de onde partiu e como chegou ao NEM, objeto de estudo deste Estado do Conhecimento, e que será apresentado no próximo subcapítulo.

2.4 ESTÁ POSTO

Este subcapítulo propõe a análise dos documentos que se desdobram em Leis, Pareceres, Resoluções, Ementas, Portarias e Diretrizes que norteiam o Ensino Médio, resgatando os processos de (des)construção desde a LDB de 1996 até os dias atuais, historicizando o EM brasileiro. Para clarificar o processo do Estado do Conhecimento do NEM, será apresentado um quadro (Apêndice A), em formato cronológico, constando a data da publicação, o acesso aos documentos digitais, a procedência e o assunto.

O quadro que consta no Apêndice A – Documentos Legais 1996-2024 – tem o propósito de atender a um dos objetivos específicos desta pesquisa: analisar o percurso histórico das diretrizes legais, destacando as mudanças da LDB, da BNCC e das Leis nº 13.415 (Brasil, 2017) e nº 14.945 (Brasil, 2024), no que se refere às suas (des)continuidades. Para tanto, torna-se imprescindível esclarecer o conceito de cada documento:

- a) Lei³– A lei, como um processo legislativo, deve ser compreendida no seu sentido amplo, ou seja, envolvendo desde a Constituição Federal, emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos até as resoluções;
- b) Ementa⁴ – Síntese; texto curto e resumido que contém o essencial;
- c) Parecer⁵ – Espécie de manifestação na qual se expressa uma opinião favorável ou contrária à proposição à qual se refere;
- d) Decreto⁶ – Regulamentar a lei, ou seja, descer às minúcias necessárias de pontos específicos, criando os meios necessários para fiel execução da lei.
- e) Resolução⁷ – São atos administrativos normativos expedidos pelas altas autoridades do Executivo;
- f) Portaria⁸ – Ato administrativo, tendo como principal função disciplinar os agentes para que as leis possam ser cumpridas corretamente.

³ Ver: Lei (2024).

⁴ Ver: Ementa (2024).

⁵ Ver: Parecer (2024).

⁶ Souza (c2024).

⁷ Resoluções (2024).

⁸ Ver: Silva (2019).

A partir dos dados coletados, apresentados no Apêndice A, alguns marcos merecem destaque a fim de obter uma maior compreensão do processo de (des)construção do EM, até chegarmos ao propósito do tema central da pesquisa: ferramentas, narrativas e observações do NEM. Na análise cronológica 1996-2024, percebe-se uma baixa nas produções de documentos que se referem ao EM, nos seguintes períodos: 1999-2001 (Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso); 2005-2006 (Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva); 2015-2016 (Governo da Presidenta Dilma Rousseff); 2019-2020 (Pandemia, Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro). Em contrapartida, há várias produções consoantes aos anos 2004, 2009 e 2010 (Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva). Ademais, no esquema apresentado abaixo (Figura 2), a linha do tempo nos remete à evolução do EM brasileiro vista pelo viés das leis.

Figura 2 – Linha do tempo
Linha do tempo
LEIS do EM



Fonte: elaborado pela autora.

A Figura 2 apresenta as mudanças importantes na trajetória histórica do EM, como o preparo dos jovens para a inserção no mercado de trabalho, em 1996. Após 6 anos, a importância do Projeto de Inclusão atendendo alunos com deficiência auditiva, a partir da Língua Brasileira de Sinais, Libras. Em 2003, há o olhar para com os jovens trabalhadores, oportunizando a prática da Educação Física de forma facultativa, principalmente, para os estudantes noturnos. Cabe salientar que na Ditadura Civil-Militar, a Educação Física foi valorizada, conforme Pasinato

(2024) por acreditar-se que “[...] o jovem envolvido no esporte estaria longe das ruas para protestar contra as atrocidades e os crimes praticados pelos militares que estavam no poder. Além disso, um dos objetivos era tornar o Brasil uma potência no esporte mundial” (Pasinato, 2024, p. 9).

No ano de 2007, há o surgimento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), com o principal objetivo de redistribuir os recursos da educação, de acordo com o censo escolar. Em 2008, ocorre a inserção de novos componentes curriculares nos currículos brasileiros, atendendo povos Afro-brasileiros e indígenas, bem como a inserção da Filosofia e Sociologia nos currículos do EM. Há a universalização do ensino gratuito e, em 2017, o Novo Ensino Médio a partir da Lei nº 13.415 (Brasil, 2017). Em 2020, devido à pandemia, tivemos a ruptura e atraso na implementação do NEM, previsto para 2022. A partir de 2023, várias medidas foram tomadas pelo MEC e INEP, como audiências públicas, surgimento de novas Portarias, Sumário e a PL nº 5230/2023 (Brasil, 2023c), que define as novas diretrizes para o NEM. Finalmente, em 2024, é sancionado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Lei nº 14.945/2024 (Brasil, 2024), que altera a Lei de nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, revogando, parcialmente, a Lei nº 13.415 (Brasil, 2017) que dispõem sobre a reforma do EM.

Conforme o Parecer CNE/CEB nº 5/2011 (Brasil, 2011), o EM tem sido destaque nas discussões sobre a educação brasileira, pois está longe de atender às demandas dos estudantes, na sua formação, para cidadania e para o mercado de trabalho. Muitas propostas estão em discussão em formato de leis, decretos e portarias.

O Parecer CNE/CEB nº 7/2010 (Brasil, 2010) e a Resolução CNE/CEB nº 4/2010 (Brasil, 2010), que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica, especificamente quanto ao EM, reiteram que é a reta final do processo formativo da Educação Básica e indicam que deve ter uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas. A definição e a gestão do currículo se dirigem, predominantemente, aos jovens, em um período específico.

Com a Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996) (LDB), o EM passou a ocupar seu espaço como etapa final do Ensino Básico, com o propósito de reconhecer caminhos de atendimento aos variados anseios das “juventudes” e da sociedade. A LDB de

1996 define que o propósito fim do EM é dar continuidade aos estudos, preparação para o trabalho e para a cidadania. Assim, para atender as necessidades dos jovens, os currículos devem prever flexibilidade que lhes dê o direito de escolher o percurso formativo, para que o estudante possa permanecer na escola e finalizar a última etapa da Educação Básica.

Conforme atualização da LDB (Brasil, 2018, p. 24-25), a Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996) define que compete ao EM:

SEÇÃO IV – Do Ensino Médio

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

- a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

§ 1º A parte diversificada dos currículos de que trata o *caput* do art. 26, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

[...]

§ 6º A União estabelecerá os padrões de desempenho esperados para o ensino médio, que serão referência nos processos nacionais de avaliação, a partir da Base Nacional Comum Curricular.

§ 7º Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.

A UNESCO (2018a) cita que a qualidade da Educação é direito humano, relevante, pertinente e equitativo. Para a UNESCO (2019, p. 13), a “Equidade é garantir que existe uma preocupação com justiça/processos justos, de modo que a educação de todos os estudantes seja considerada como de igual importância”.

A BNCC, que é o documento normativo, define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e das modalidades da Educação Básica. Ao estabelecer normatizações, a BNCC tem como principal objetivo balizar a qualidade da Educação Brasileira.

Ao nortear a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares de todo o país, a base indica as competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

A Lei nº 13.415 (Brasil, 2017, p. 1), de 16 de fevereiro de 2017, altera e acrescenta à Lei nº 9.394 (Brasil, 1996), de 20 de dezembro de 1996. Dentre as alterações, destacamos:

Art. 4º O art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações: 'Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:
I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas;
V – formação técnica e profissional'.

Com a alteração da Lei, a partir de 2022 as escolas deveriam, necessariamente, oferecer um dos itinerários formativos; por sua vez, os alunos deveriam escolher qual itinerário desejam cursar para complementar a carga horária e concluir o Ensino Médio. Contudo, em 08 de março de 2023, através da Portaria MEC nº 399/2023 (Brasil, 2023a), que instituiu a consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional do EM, e a Portaria MEC nº 627/2023 (Brasil, 2023b), de 04 de abril de 2023, há a suspensão dos prazos para implementação do NEM. Esse fato vem ao encontro dos baixos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), tanto nos anos finais do Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. Embora se perceba uma evolução gradativa, a média está aquém dos cinco pontos, em uma escala de zero a 10. Mais de 70% dos alunos não atingem o esperado em Língua Portuguesa ao término do Ensino Médio e mais de 90% deles não atingem o esperado em Matemática.

Durante os debates ocorridos no ano de 2016, que antecederam o sancionamento do NEM, o Secretário de Estado da Educação de Sergipe, Jorge

Carvalho do Nascimento, apresentou algumas das justificativas que levaram o MEC a propor mudanças na Lei (Mattos, 2016):

- o IDEB desse nível de ensino está estagnado desde 2011;
- o desempenho de Português e Matemática é menor hoje do que em 1997;
- 1,7 milhão de jovens de 15 a 17 anos estão fora da sala de aula;
- apenas 18% dos jovens de 18 a 24 anos ingressam no ensino superior;
- só no Brasil existe um ensino médio padrão com 13 disciplinas obrigatórias.

O currículo acadêmico brasileiro, formado por 13 disciplinas obrigatórias, configura-se como pouco atrativo e desconectado do projeto de vida dos jovens, contribuindo para altos índices de reprovação e abandono. Além disso, o Brasil apresenta uma baixa oferta de ensino técnico e, ainda, não integrada ao currículo. A taxa de matrículas em ensino técnico representa apenas 7,8% da população estudantil de Ensino Médio (Ferraz, 2017).

Considerando que 43,2% dos alunos que concluem o Ensino Médio não se inscrevem para o ENEM (IBGE, 2014) e que, dos inscritos, cerca de 30% não concluem a prova (Prado, 2017), uma legião de jovens não ingressa no ensino superior e tenta alçar ao mundo do trabalho sem nenhuma capacitação técnica. A partir de dados de 2015, apenas 18,1% dos jovens de 18 a 24 anos estão na educação superior (Saldaña; Boldrini, 2017).

Em 2018, o resultado do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA) (OCDE, 2019), divulgado pelo INEP, revela o baixo desempenho escolar. Os resultados apontam: o Brasil, juntamente com a Argentina, são os piores em Matemática; o Brasil juntamente com a Argentina e Peru, são os piores em Ciências; o Brasil junto com a Colômbia, são os piores em Literatura. No ano de 2021, após três anos, a aplicação do PISA nos revela que o Brasil ficou em penúltimo lugar no *Ranking* Global de Qualidade de Educação, junto com o México e a Indonésia (OCDE, 2019).

Assim, mudanças foram aprovadas considerando a formação integral do aluno e voltadas para a construção de seu projeto de vida, bem como para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. Tais mudanças visam:

- flexibilização curricular – foco no protagonismo – o aluno escolhe seu itinerário,

- educação integral – expansão progressiva – visando atender as competências do século XXI;
- maior articulação com educação profissionalizante;
- alinhamento com experiências internacionais exitosas (OCDE, 2019)

Em 2018, a UNESCO (2018b) realizou uma pesquisa com o propósito de propor uma revisão sobre as DCN do EM, levando em consideração a Lei nº 13.415 (Brasil, 2017). Uma das perguntas realizadas junto às escolas se refere à implementação da Reforma do EM, a qual 86,7% responderam ser uma prioridade. De forma equilibrada, 43,8% têm clareza quanto à oferta dos itinerários formativos a partir do primeiro ano do EM. Em relação ao projeto de vida e formação integral do aluno, 73% afirmaram que seu Estado já apresenta documento elaborado.

Em 2018, a UNESCO (UNESCO, 2018b) divulga os protótipos curriculares do EM que propõem um contexto de pesquisa e intervenção e um projeto articulador para cada ano específico, como (i) primeiro ano – “Escola e Moradia como Ambientes de Aprendizagem”: com a proposta de engajar o jovem na transformação da sua escola em comunidade de aprendizagem; (ii) segundo ano – “Projeto de Ação Comunitária”: a comunidade que circunda a escola; (iii) terceiro ano – “Projeto de Vida e Sociedade”: autoconhecimento e carreira profissional, com o objetivo de analisar e melhorar processos sociais, naturais ou produtivos, além da preparação básica para o trabalho (UNESCO, 2022, p. 18-19). Salienta-se que essas diretrizes não podem ser encaradas como regramento, pois partem de uma organização internacional, mas, sim, como uma orientação e sugestão na condução das políticas internas. Portanto, primeiramente, a escola precisa conhecer o protótipo que melhor se adequa à modalidade de Ensino Médio que pretende ser implantado ou reformulado.

A Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2014) aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 – e dá outras providências, como a Meta 03, a qual versa sobre universalizar, até o ano de 2016, “[...] o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento)”, sem resultado parcial.

Em 09 de julho de 2024, a PL nº 5230/2023 (Brasil, 2023) define a implementação do NEM em 2025 e o Novo ENEM em 2027, conforme a BNCC. No

próximo capítulo, será abordada a avaliação de larga escala ENEM e o Novo ENEM, além de suas repercussões.

2.5 ENEM E O NOVO ENEM E SUAS REPERCUSSÕES

Um exemplo da Avaliação em Larga Escala (ALE) é o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), cujo propósito é avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da Educação Básica, além de possibilitar o acesso ao Ensino Superior. O ENEM é uma avaliação que mede, a partir dos resultados obtidos, o nível de aprendizagem do estudante, da sua escola, do seu município e estado, por meio de um *ranking*, gerando competição entre as escolas e os estudantes.

A proposta do ENEM vai além do propósito de avaliar a aprendizagem dos estudantes, visto que seus resultados implicam no Sistema de Seleção Unificada (SISU) em função do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) para acesso às universidades públicas.

De acordo com o Sumário divulgado pelo MEC (Brasil, 2023d), em 7 de agosto de 2023, após consulta pública, divulgou-se que o Novo ENEM, previsto para 2024, permanecerá no formato existente até então, com os 13 componentes curriculares obrigatórios. No mesmo ano, o Ministro da Educação Camilo Santana propôs um aumento da carga horária para a Formação Geral Básica (FGB) em 2.400 horas, e as demais horas para a parte flexível; vetou o uso de Educação a Distância na FGB; renomeou os itinerários formativos para “percursos de aprofundamentos e integração de estudos” e diminuiu de cinco para três possibilidades, aglutinando áreas de interesse: (i) Linguagens, matemática e ciências da natureza; (ii) Linguagens, matemática e ciências humanas e sociais; (iii) Formação técnica e profissional.

Porém, em 31 de julho de 2024, a Lei nº 14.945/2024 (Brasil, 2024) traz novas alterações como a ampliação da carga horária para 2.400 horas para a FGB, contemplando as quatro áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas) e, para os Itinerários Formativos, 600 horas, totalizando 3.000 horas. Com a oferta mínima de 2 itinerários por escola e a implementação do NEM até 2025 e o ENEM para 2027, conforme a BNCC.

Enfim, após idas e vindas, (des)construção e implementação do NEM e Novo ENEM, está o aluno no meio dessa miscelânea de oferta de itinerários (percursos de

aprofundamentos e integração de estudos), currículos, Leis, Pareceres, Portarias, entre outras. É sobre este sujeito, aluno, que será dedicado o próximo subcapítulo.

2.6 SUJEITOS DO ENSINO MÉDIO

Os adolescentes, jovens, e juventudes, como se refere a Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCN, são sujeitos enquadrados na faixa etária entre 15 e 29 anos, “[...] com valores, comportamentos, visões de mundo, interesses e necessidades singulares” (Brasil, 2013, p. 155). Esse é um momento de muitas dúvidas e incertezas quanto a ter de assumir o papel de adulto, ter de fazer uma escolha profissional para ocupar seu espaço no mundo social e familiar.

A origem do termo “adolescência”, em latim, significa “crescer”, “chegar à maturidade”. Ele implica o desprendimento da infância e a entrada no mundo adulto (Müller, 1988, p. 60). O termo se reduz a uma passagem, a importância está nela mesma.

Para a UNESCO (2021), quanto a “jovens”, pode-se entender pessoas com idade entre 15 e 24 anos. Essa definição varia entre países e regiões. No entanto, ser jovem pode variar muito em todo o mundo e “juventude” é, com frequência, uma categoria fluida e mutável. Como tal, o contexto é sempre um guia essencial na definição de juventude da UNESCO em ocasiões específicas.

O Parecer CNE/CEB nº 5/2011 (Brasil, 2011) cita o CONJUVE. São considerados jovens os sujeitos com idade compreendida entre 15 e 29 anos, ainda que a noção de juventude não possa ser reduzida a um recorte etário. A DCN salienta que quanto a “[...] fatores relevantes a se considerar está a relação entre juventude, escola e trabalho” (Brasil, 2013, p. 157). Traz vários questionamentos necessários no momento da construção dos PPPs, como as características socioeconômicas, culturais, a interação com a diversidade, o conhecimento dos estudantes pela escola, entre outros.

A ANPED organizou seminários com Grupos de Trabalho em cada região do país. Como resultado, elaborou um relatório em que cita o INEP, que, no início de 2023, divulgou dados preliminares do Censo Escolar 2022, o qual revela que a etapa do EM é da rede estadual, visto que “[...] nestas estão 84,2% das matrículas” (ANPED, 2023, p. 12). “Em 2022, as escolas estaduais totalizaram 6.622,359 matrículas na zona urbana e 359.439 em zona rural” (ANPED, 2023, p. 13).

Dados trazidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) afirmam que “[...] há 2.661 municípios no Brasil com apenas uma escola de Ensino Médio” (ANPED, 2023, p. 23). Nesse caso, como fica a escolha do aluno, visto não ter opção quanto ao NEM, “[...] sem citar as distorções idade-série, estado-região, gênero-raça-classe, insuficiente quantitativo de professores para atender às demandas dos itinerários” (ANPED, 2023, p. 19).

A professora e pesquisadora Núbia Moreira apresentou resultados de suas pesquisas no Seminário do Nordeste e comenta que os jovens do estado da Bahia são “[...] marcados pela pobreza e pelas desigualdades de gênero e raça” (ANPED, 2023, p. 27). Salaria que o currículo tem desconsiderado a diversidade, principalmente os negros, e que isso a “[...] tem motivado a se manifestar contra a reforma, pois na visão deles é formatado um modelo tecnicista, vinculado ao mercado de trabalho” (ANPED, 2023, p. 28).

No seminário da Região Sul, a pesquisadora Mônica Ribeiro Silva alerta para os problemas quanto à “[...] carga horária do EM na EAD, em um país marcado por profunda exclusão digital, sobretudo as famílias de baixa renda, que compõem uma importante parcela dos estudantes de escolas públicas” (ANPED, 2023, p. 21). Cabe fazer referência aos estudantes do Ensino Médio noturno, pois possuem características próprias, na sua maioria jovens, que trabalham, que reprovaram e se afastaram da escola e que, depois de um tempo, retomam, e outros já possuem filhos. Estes buscam os estudos vislumbrando um futuro melhor. Que futuro é esse?

A desigualdade reina em nosso país. Pasinato (2011), em seus estudos sobre o Manifesto de 1959, uma campanha em prol da escola pública, nos mostra que mesmo tendo passado 65 anos, continuamos a remar contra as diferenças existentes entre escola pública e privada. Pasinato (2011) resgata o papel da escola pública, argumentando que,

Na escola pública, desaparecerão as diferenças de classe e todos os brasileiros se encontrarão, para uma formação comum, igualitária e unificadora, a despeito das separações que vão, depois, ocorrer. Independente da sua qualidade profissional e técnica a escola pública tem a função de aproximação social e destruição de preconceitos (Pasinato, 2011, p. 7).

Contudo, o Quadro 1 – Síntese ANPED/2023 – revela uma visão diferente a partir dos resultados em relação à Reforma. O relatório, apresentado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED, 2023),

objetiva apresentar o que as pesquisas têm a dizer sobre o NEM, a partir das consultas públicas.

Quadro 1 – Síntese ANPED/2023

Questões incontornáveis	Reflexão	Circunstâncias
1. A reforma amplia/produz desigualdades entre a rede pública.	A necessidade do comprometimento dos interesses da educação com os sujeitos que lhe constitui, ou seja, estudantes e profissionais da educação, com fins de contribuir para que compreendam sua autoformação para a sociedade e para o mundo.	a maioria das juventudes estão matriculadas nas escolas públicas; diferenças e discrepâncias econômicas, geográficas, culturais, sociais e educacionais; desigualdade, permanência e evasão são problemas incontornáveis.
2. As juventudes e o atendimento educacional	Em todos os estados do país, a rede estadual, de acordo com a própria LDB 9.394/96, é a responsável por ofertar esta etapa da educação básica. Em 2022 as escolas estaduais de Ensino Médio totalizaram 6.622,359 matrículas na zona urbana e 359.439 em zona rural.	A região com menor concentração de jovens matriculados é a Norte e a maior, a Sudeste; Censo de 2022, diminuição de jovens matriculados no EJA (vítimas de desigualdades sociais, econômicas e educacionais); Desigualdades entre negros (pretos e pardos) e brancos, que chega a 16,1 pontos percentuais.
3. Impossibilidades de efetivação de uma educação pública de qualidade.	De acordo com o IBGE (2022), “ainda temos 2.661 municípios no Brasil com apenas uma escola de Ensino Médio”. Como afirmar que as juventudes, após a mudança curricular, estão tendo possibilidade de escolha?	Quantidade de Municípios: 5.668. Quantidade de Municípios com 1 escola de EM: 2.661; Distorções de idade-série; estado-região; gênero-raça-classe e quantidade insuficiente de professores para atender os itinerários; Escolas que oferecem itinerários no contraturno mediante pagamento; Modalidade em EAD, em um País marcado pela exclusão digital; Privatização da educação pública através das Parcerias. Sendo que os implementadores da referida reforma foram, predominantemente,

		parceiros empresariais junto com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação – CONSED; Relação estabelecida entre grupos vulneráveis e redução na oferta de escolha do itinerário formativo, como os jovens da Fundação CASA, da classe penitenciária, do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos – CEEJA e das escolas indígenas e quilombolas tiveram seu direito a escolha cerceado no município de São Paulo;
4. Desigualdades entre as juventudes: questões incontornáveis.	A situação de violência sofrida pelos jovens, essencialmente, nos segmentos em maior situação de desigualdade e vulnerabilidade é uma ruptura com o direito à vida dessas populações.	*Jovens trabalhadores, geralmente marcados pela pobreza; *Deslocamento inviabilizando a permanência na escola; *Modelo tecnicista voltado para o mercado de trabalho; *Adolescência, período de muitos questionamentos, “crise de identidade”; *Projeto de vida - “incentivo à resignação e letargia”;

Fonte: elaborado pela autora.

A partir do Quadro 1, a ANPED, em suas considerações finais, sinaliza que “[...] a continuidade destas mudanças nos currículos da etapa do Ensino Médio prejudicará o acesso, a permanência e a formação, essencialmente, dos jovens das escolas públicas estaduais que são os mais vulneráveis socialmente” (ANPED, 2023, p. 33).

Haja vista a proposta do NEM no qual o aluno, ao término do ensino fundamental, deve fazer a sua escolha por um itinerário formativo. Uma escolha fictícia, pois como a ANPED (2023) sinaliza no Quadro 1, ainda temos 2.661 municípios no Brasil com apenas uma escola de Ensino Médio, ou seja, a

oportunidade de escolhas para os estudantes destas escolas, é reduzida ou inexistente. Assim, conclui recomendando a revogação da política do NEM:

Ao tempo que reafirma que currículo é mais que uma lista de conteúdos, itinerários, protagonismo, projeto de vida, letivas... Currículo é criação, diversidade, vida, direito de todas as juventudes brasileiras, que precisa ser elaborado por seus atores, ou seja, estudantes, professores, servidores técnico-administrativos, representação de pais e comunidade, que o criam no interior de cada instituição do país cotidianamente (ANPED, 2023, p. 34).

No caso dos estudantes que buscam a Educação de Jovens e Adultos (EJA), costumam ser trabalhadores e, para tanto, pode haver maior duração do curso e redução da carga horária diária. A LDB, no inciso VII do art. 4º, determina a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se, aos que forem trabalhadores, as condições de acesso e permanência na escola (Brasil, 2010).

Além dessas especificidades no que compete às juventudes, há também a preocupação com os estudantes indígenas, do campo e quilombolas. No art. 78 da LDB/1996 (Brasil, 1996), a oferta da Educação Escolar Indígena nos revela os princípios e direitos dessa educação: respeito à sociodiversidade, à interculturalidade, ao uso de sua língua materna e de processos próprios de aprendizagem. No art. 28 da LDB/1996 (Brasil, 1996), há o atendimento à população do campo, adaptações necessárias às particularidades da vida rural e de cada região, bem como a educação aos quilombolas, no qual a Câmara de Educação Básica do CNE instituiu Comissão para elaboração de Diretrizes Curriculares específicas para essa modalidade (Brasil, 2013)

Em relação à população do campo, do meio rural, Pasinato (2024, p. 8) revela:

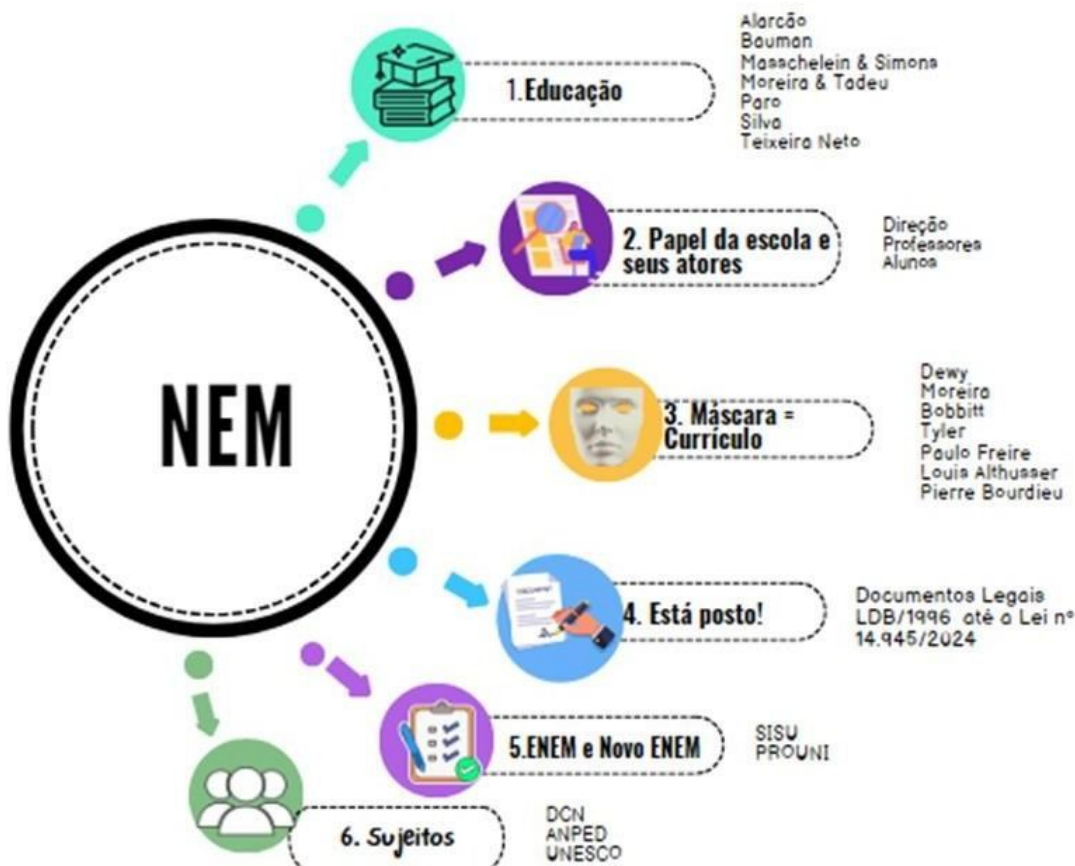
Imagem híbrida de uma escola que reconhecia a identidade de onde estava situada e integrava os objetivos que lhe eram determinados pelas elites e governantes, porém também se apoderava dos significados que lhe eram concedidos por aqueles que a frequentavam. Uma identidade diversificada que transcorre a história das escolas rurais e dos alunos do meio rural.

A Resolução CNE/CEB nº 4/2009 (Brasil, 2009) prevê o Ensino Médio de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Portanto, é dever da escola definir formas inclusivas, como salas de recursos multifuncionais, formação aos professores, gestores, adequação

arquitetônica e acessibilidade. Assim, avaliar o Ensino Médio, precisa considerar esse conjunto complexo que se entrecruza: a formação ofertada, as desigualdades que condicionam as juventudes, suas expectativas e demandas (ANPED, 2023, p. 13).

Portanto, após estudos em livros, artigos, documentos, partindo da visão macro “contextualização da educação”, passando pelo “papel da escola e de seus atores”, desbravando “os currículos”, historicizando os “documentos legais”, finalizando com “as juventudes e a implementação do NEM e suas repercussões”, apresentadas resumidamente no mapa conceitual que segue, pretendo, a partir da metodologia adotada de um estado do conhecimento, encontrar resultados que possam responder a pergunta inicial deste projeto de pesquisa: “Quais foram os percursos das produções bibliográficas sobre o Novo Ensino Médio na tentativa de compreender as diretrizes legais, os movimentos institucionais e os diferentes atores educacionais envolvidos durante o processo de sua elaboração e implementação?”.

Figura 3 – Mapa conceitual



Fonte: elaborado pela autora.

3 METODOLOGIA

Como proposta metodológica para a presente pesquisa, optou-se pela elaboração e análise do Estado do Conhecimento sobre o NEM. Por se tratar de um assunto de extrema atualidade e por adquirir especial centralidade, quanto à discussão sobre as reformas que vêm sendo propostas para a etapa, percebem-se caminhos importantes a serem trilhados, partindo da visão macro (EM) até chegarmos ao âmago da pesquisa (NEM). Ademais, parte-se do pressuposto de que, quando se cita o novo, precisa existir o velho, sobre o qual repousa a necessidade de também ser visitado, com o propósito de compreender as diretrizes legais, os movimentos institucionais, bem como os diferentes atores educacionais envolvidos durante o processo de sua elaboração, implantação e (des)continuidade.

O Estado da Arte ou Estado do Conhecimento são noções que, em comum, possuem o objetivo de resgatar o passado, rever caminhos, de modo a favorecer a sistematização, a organização e o acesso às produções científicas e à democratização do conhecimento. Esse tipo de estudo serve para ter um mapeamento da produção científica, possibilitando acesso às contradições, hiatos, diferentes metodologias, assim como possibilita a construção do conhecimento científico. Conforme Silva, Souza e Vasconcellos (2020), esse tipo de investigação científica promove novas investigações, visto possibilitar análise crítica, apontando tendências, congruências e divergências subjacentes.

Ferreira (2002) complementa que o Estado do Conhecimento traz o desafio de mapear e de discutir certa produção acadêmica destacando diferentes épocas e lugares, “[...] dissertações de mestrados, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários” (Ferreira, 2002, p. 257). Configura-se, assim, um empreendimento que possui como intuito dar conta de determinado saber e divulgá-lo para a sociedade, facilitando novas produções acadêmicas, com o propósito fim de “[...] não ficar restritos às prateleiras das bibliotecas das universidades” (Ferreira, 2002, p. 260).

A razão por optar pelo termo Estado do Conhecimento, nesta pesquisa, vai ao encontro de Côco (2010), Ferreira (1999), Soares e Maciel (2000), que utilizam essa terminologia por ser a que tenta “[...] melhor ajustar os objetivos às especificidades dos variados campos da investigação, corroborando intencionalmente para a contextualização, a problematização e a exploração” (Silva; Souza; Vasconcellos,

2020, p. 5). Morosini e Fernandes (2014) consideram o Estado do Conhecimento como uma etapa inicial de uma pesquisa, pois ela dá o rumo para a investigação, a partir do conhecimento e da compreensão intelectual do tema da pesquisa.

O interesse despertado nos pesquisadores que optam pelo Estado do Conhecimento perpassa por conhecer a totalidade de produções em determinada área, as quais crescem de forma quali e quantitativa. Assim, também se configura o interesse de poder buscar algo que já foi produzido e revelar o volume de pesquisas realizadas, dando conta de determinado saber (Ferreira, 2002).

O resultado das pesquisas realizadas costuma ser armazenado em catálogos, a fim de ter a totalidade de informações e de otimizar o acesso às futuras pesquisas, “[...] possibilitando a circulação e o intercâmbio entre a produção construída e aquela a construir” (Ferreira, 2002, p. 261). Assim, o resultado do levantamento aqui apresentado poderá ser consultado por título, tema, data, autor, resumo, entre outros. Ferreira (2002) alerta sobre o olhar dos resumos que constam nos catálogos, pois não pode ser considerada única, verdadeira e correta, pois existe uma relação de dependência com o trabalho na íntegra.

A metodologia proposta para a pesquisa consiste em realizar um mapeamento, criando um banco de dados a partir da análise dos resultados e da busca sistematizada, a fim de ter um panorama geral de como se apresenta o cenário do Novo Ensino Médio durante o período em questão: o ano de maior e menor publicações; os assuntos de maior interesse por parte dos pesquisadores no que se refere ao âmbito do Novo Ensino Médio, entre outros que forem surgindo no avanço da pesquisa. Devido a isso, optou-se por pesquisar a palavra-chave EDUCAÇÃO como área de concentração, bem como o ENSINO MÉDIO e, como propósito fim, o NOVO ENSINO MÉDIO. A busca realizada teve o objetivo de inventariar, sistematizar e analisar os estudos sobre o Novo Ensino Médio entre 2018 e 2023, por meio da configuração de um Estado do Conhecimento das produções bibliográficas no período, traçando uma visão geral sobre o tema, pelo viés da compreensão acadêmica e dos diversos atores educacionais.

Na área da educação, de acordo com Brito *et al.* (2021, p. 3), “[...] a abordagem qualitativa é utilizada em pesquisas que têm como objetivo principal elucidar a lógica que permeia a prática social que efetivamente ocorre na realidade”. Os autores Brito *et al.* (2021) sinalizam, ainda, que a abordagem qualitativa “[...] requer visão ampla do objeto que será estudado e suas inter-relações no que diz

respeito aos aspectos sociais, políticos e culturais” (Brito *et al.*, 2021, p. 3). Para tanto, os estudos qualitativos se preocupam em buscar compreender determinado fenômeno no ambiente em que se encontram. A busca por dados na investigação pode levar o pesquisador a trilhar outros caminhos que não os previstos no início da sua trajetória.

A análise de dados qualitativos, conforme Lüdke e André (1986), é um processo que necessita criatividade, organização e sistematização para que o trabalho tenha coerência. Para seguir a investigação, é necessária uma codificação, a utilização de categorias para os devidos registros, como tópicos, fonte da informação, local das ocorrências, natureza do material pesquisado, entre outras. Lüdke e André (1986, p. 42) salientam que a construção de categorias “[...] não é tarefa fácil”, pois será modificada ao longo do processo de pesquisa, no confronto com a teoria, dando margem para novas ideias.

A categorização não segue uma norma fixa, pois é pensada e estabelecida a partir de “[...] temas, observações e comentários que aparecem e reaparecem em contextos variados, vindo de diferentes fontes e em diferentes situações” (Lüdke; André, 1986, p. 43). No entanto, o processo da categorização chega ao seu ápice quando “[...] a exploração de novas fontes leva à redundância de informação ou a um acréscimo muito pequeno, em vista ao esforço despendido, e quando há um sentido de integração na informação já obtida” (Lüdke; André, 1986, p. 43). Quando isso ocorre, afirmam Lüdke e André (1986, p. 44), “[...] é um bom sinal para concluir o estudo”.

Bardin (2011, p. 146) complementa essa reflexão afirmando que “[...] classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles têm em comum uns com os outros. O que vai permitir o seu agrupamento e a parte comum existente entre eles”. Ou seja, a categorização se faz, segundo Bardin (2011), por condensação, por assuntos em comum, segundo gênero, com princípios e critérios previamente definidos. Porém, há a necessidade de ter cuidado ao estabelecer esses critérios, visto que os documentos retidos precisam ser homogêneos, conversar entre si, seguindo um padrão. Salienta que a análise documental é uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados.

Bardin (2011, p. 47) afirma que a análise documental pode ser definida como “[...] um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento

sobre uma forma diferente da original a fim de facilitar no estado ulterior à sua consulta e referência”. Ou seja, “[...] uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados” (Bardin, 2011, p. 48).

O propósito da utilização da análise documental é condensar, armazenar e analisar as informações obtidas. Porém, os documentos precisam ser homogêneos, “[...] obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha” (Bardin, 2011, p. 24). Já a análise de conteúdo pode ser entendida como análise de significados, pois ela apresenta descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo que foi extraído e interpretado. Ela nos apresenta a análise do conteúdo e a linguística, por terem em comum a linguagem, porém as diferencia, pois a linguística preocupa-se com o estudo da língua e seu funcionamento, enquanto que a análise do conteúdo procura entender o significado para além das palavras. A análise documental, por sua vez, é a forma de condensação das informações para consulta e armazenamento (Santos, 2012).

Segundo Santos (2012), o processo de codificação dos dados pode se apresentar por um tema, uma palavra ou uma frase. Nesse sentido:

Outros fatores cruciais nesse processo são a frequência em que aparece a unidade de registro; a intensidade medida através dos tempos dos verbos, advérbios e adjetivos; a direção favorável, neutra ou desfavorável e demais critérios associados (positivo ou negativo) (Santos, 2012, p. 385).

Na fase de interpretação dos dados, é necessária a retomada do referencial teórico, para embasar as análises, dando sentido à interpretação. Salienta-se a importância do uso de uma ferramenta tecnológica, *software*, para quantificação.

No caso desta pesquisa, foram utilizados dois *softwares*: Mendeley e Nvivo. O *software* Mendeley foi utilizado para a codificação e para a sistematização dos dados quantitativos, com o propósito de gerenciar, organizar, agrupar resultados, filtrar, exportar e gerar referências bibliográficas. A empresa Mendeley está sediada em Londres, Reino Unido, e desenvolve produtos e serviços para pesquisadores acadêmicos. O *software* NVivo, produzido pela *QRS International*, foi utilizado para a análise quanti-quali e de conteúdo, como interface na importação dos dados quantitativos a partir do Mendeley.

A seguir, a Figura 4 sintetiza a proposta da análise documental e os cuidados para a veracidade, a credibilidade e a adequação às finalidades da pesquisa; se é

autêntica, se não houve fraude, se os dados estatísticos foram extraídos de organismos responsáveis (Calado; Ferreira, 2005).

Figura 4 – Síntese da proposta de Análise Documental



A proposta da análise documental é de iniciar pela coleta de dados, escolhendo os documentos, produções que mais se aproximam da temática a ser pesquisada para, posteriormente, realizar a análise de conteúdo, subdividindo os dados coletados em categorias e/ou códigos.

Poupart *et al.* (2008, p. 296) comentam que “[...] o pesquisador que trabalha com documentos deve superar vários obstáculos e desconfiar de inúmeras armadilhas, antes de estar em condições de fazer uma análise em profundidade do seu material”.

Para responder o problema da pesquisa em questão, que se fundamenta nos percursos das produções bibliográficas sobre o Novo Ensino Médio, na tentativa de compreender as diretrizes legais, os movimentos institucionais e os diferentes atores educacionais envolvidos durante o processo de sua elaboração e implantação, seguimos alguns passos para melhor organização do estado do conhecimento. Essas etapas são apresentadas no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Estado da arte

ESTADO DA ARTE	
1ª etapa – análise documental	LDB/1996, historicizando as Leis, os Pareceres, as Resoluções, os Decretos, as Ementas até o PL nº5230/2023, referentes a Reforma do Novo Ensino Médio. As mudanças ocorridas a partir da Lei nº 14.945/2024 e da Base Nacional Comum Curricular - BNCC
2ª etapa – análise quantitativa	Software Mendeley
3ª etapa – análise quanti-quali e de conteúdo	Software NVivo

Fonte: elaborado pela autora.

A primeira etapa objetiva mapear a trajetória do NEM, conhecer os caminhos percorridos até chegarmos a sua implantação e suspensão, bem como a produção decorrente dele, resultante de questões suscitadas em meio à sua execução. Com o intuito de iniciar o Estado do Conhecimento nessa área de investigação, foi realizada a segunda etapa, a busca por dissertações de mestrados, teses de doutorado, publicações em periódicos junto às Plataformas CAPES, SciELO, Sucupira – Qualis, no período compreendido entre 2018 e 2023 e, após isso, exportadas para o software Mendeley, descritas no quadro síntese a seguir (Quadro 3).

Quadro 3 – Síntese da coleta de dados do *software* Mendeley

PASSOS	PLATAFORMAS / ENDEREÇOS	BUSCA	Software MENDELEY
1	Plataforma CAPES – Catálogo de Teses e Dissertações https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/ Filtro ano = 2018 – 2023 Filtro Área de Concentração = Educação	“EDUCAÇÃO” “NOVO ENSINO MÉDIO” Resultado após filtragem de dados = 72	Foram inseridos manualmente 72 publicações encontradas na BUSCA para o Mendeley. Visto que as plataformas não dialogam entre si.
2	Plataforma SciELO Periódicos https://www.scielo.br/ Filtro ano = 2018 – 2023	“EDUCAÇÃO” “NOVO ENSINO MÉDIO” Resultado após filtragem de dados = 13	Exportados 13 publicações encontradas na BUSCA para o Mendeley – Formato RIS.
3	Periódicos CAPES	“EDUCAÇÃO” “NOVO ENSINO MÉDIO” Resultado após filtragem de dados = 277	Exportados 277 publicações encontradas na BUSCA para o Mendeley – Formato RIS
4	SUCUPIRA - QUALIS	“EDUCAÇÃO” “NOVO ENSINO MÉDIO” Resultado após filtragem de dados = zero	Sem resultado para o quadriênio 2017 - 2020, Avaliação Educação (A1 - A4; B1 - B5; C)
	TOTAL DE DADOS COLETADOS		362 pesquisas que mencionam o NEM

Fonte: elaborado pela autora.

Após coleta de dados das 362 pesquisas realizadas com o filtro NEM e período 2018-2023, compiladas no *software* Mendeley, averiguou-se a existência de 64 trabalhos duplicados. Das 64, 32 pesquisas foram excluídas, deletando as devidas duplicações, restando 32.

Assim como na primeira filtragem, 31 pesquisas foram excluídas, somente, devido aos títulos não estarem condizentes com o tema central da pesquisa, que é o NEM, como, por exemplo, citando o EM de maneira geral, o Técnico e Profissional, o EJA, a Educação noturna, o PNLD, entre outros. Portanto, o resultado retornou 299 pesquisas.

Para tanto, nesta segunda etapa da coleta de dados quantitativos, com auxílio do Mendeley, subdividimos os achados em nove categorias. Os 299 trabalhos, previamente selecionados pelos títulos, apresentam as seguintes abordagens:

- Alunos

- BNCC
- Coordenação
- Currículo
- Docentes
- Gestão Democrática
- Implementação
- Políticas Educacionais
- Desigualdades

Das 299 pesquisas selecionadas entre as categorias, passamos para a segunda filtragem: palavras-chave, resumo e, em alguns casos, a leitura do trabalho na íntegra, na busca pelos resultados. Nessa nova configuração, foram excluídas 148 pesquisas e a categoria “Coordenação”, por tratar da reestruturação dos PPPs e condições de trabalho dos coordenadores, não condizentes com a proposta da presente pesquisa. Além disso, algumas pesquisas foram realocadas para outra categoria.

Para melhor entendimento do processo, são apresentados dois Apêndices: A e B. O Apêndice A foca na historização dos documentos legais que se referem ao EM, desde a Lei nº 9.394 (Brasil, 1996) (LDB), até a Lei nº 14.945/2024 (Brasil, 2024). O Apêndice B, por sua vez, realiza o resgate bibliográfico documental a partir de teses, dissertações e produções realizadas no período compreendido entre 2018-2023. Eles estão subdivididos em categorias para facilitar a busca: Alunos; BNCC; Currículo; Desigualdade; Docentes; Gestão; Implementação; Políticas Públicas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 SOFTWARE MENDELEY

A fim de atender os objetivos específicos propostos pela presente pesquisa, a qual se propõe a inventariar dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos publicados em revistas que descrevem a trajetória do Novo Ensino Médio, no período entre 2018 e 2023, destacando ano, autor, local de produção, palavras-chave e análise dos resumos como objeto de aprofundamento do estudo, finalizamos o levantamento quantitativo totalizando 151 trabalhos, distribuídos em oito categorias. A partir disso, foram lançados os fundamentos para a criação de uma base de dados técnico-científica, quantificando os períodos de maior e menor produção e a categoria, a fim de oferecer subsídios para dar continuidade ao processo de análise de conteúdo.

Segue, na presente sessão, o levantamento realizado junto ao software Mendeley, as categorias e seus respectivos resultados a partir das Teses, Dissertações e Artigos publicados no período 2018-2023, bem como os resultados apresentados em tabelas e gráficos, seguido de uma análise sobre os dados quantitativos coletados.

4.1.1 Alunos

Categoria com 9 publicações - 1 excluído = oito publicações.

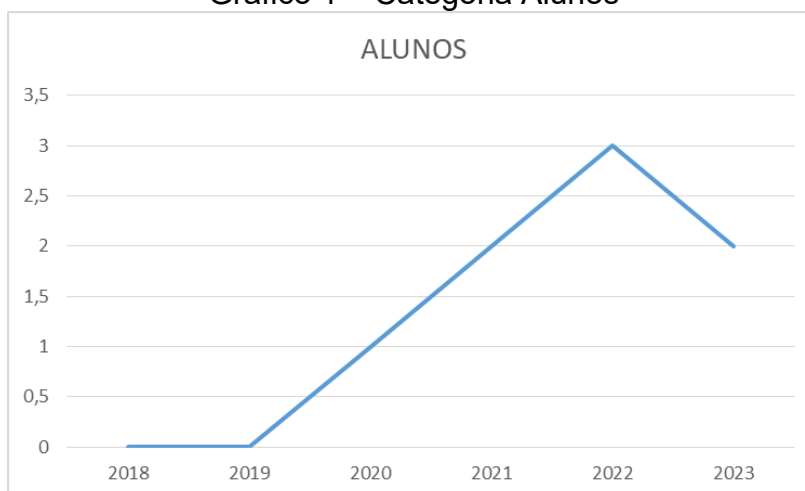
Quadro 4 – Categoria Alunos

2018	2019	2020	2021	2022*	2023	Teses	Dissertações	Produções
–	–	1	2	4-1=3	2	-	1 (2022)	7

Fonte: elaborado pela autora.

Nota: *excluída uma publicação de 2022, por se tratar do PNLD.

Gráfico 1 – Categoria Alunos



Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com o Quadro 4 e o Gráfico 1, observamos uma maior produção no ano de 2022 para a categoria ALUNOS, com três trabalhos e uma dissertação. Em 2018 e 2019, não houve nenhum trabalho publicado que cita o NEM direcionado para a categoria específica. Além disso, o índice maior é de sete produções, uma dissertação (2022) e nenhuma tese. Tais resultados são justificados em função da Lei nº 13.415 (Brasil, 2017) ter sido homologada em 2018. A maior concentração foi em 2022, ano em que, formalmente, todas as escolas deveriam estar com o NEM implementado, ofertando os itinerários formativos. Em 2023, em função da suspensão do prazo para a implementação, via MEC e Governo Federal (Brasil, 2023b), observou-se queda de produção.

4.1.2 BNCC

Categoria com 3 publicações - 1 excluído = duas publicações.

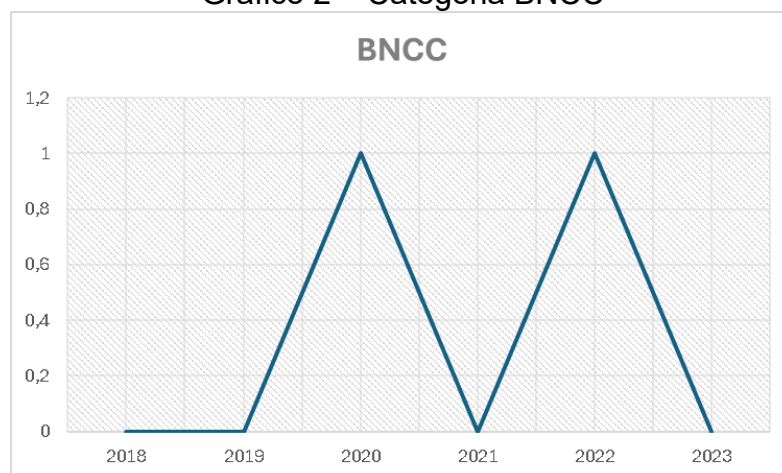
Quadro 5 – Categoria BNCC

2018	2019	2020	2021	2022	2023*	Teses	Dissertações	Produções
–	–	1	–	1	1-1=0	–	–	2

Fonte: elaborado pela autora.

Nota: *excluída uma publicação de 2023, por se tratar de entrevista realizada sobre a efetivação da BNCC.

Gráfico 2 – Categoria BNCC



Fonte: elaborado pela autora.

Apesar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ser um dos documentos que norteiam o Ensino Médio, percebe-se que apenas duas produções tratam especificamente sobre o tema do NEM, em 2020 e 2022. Portanto, a partir desses resultados, pode-se inferir sobre a sua ínfima valorização, no que se refere ao tema central da pesquisa, enquanto fundamento.

4.1.3 Coordenação

Categoria com 2 publicações - 2 excluídos = zero publicações

Foram excluídas duas publicações, 2022 e 2023, por tratarem da reestruturação dos PPPs e condições de trabalho dos coordenadores, bem como a CATEGORIA por não fazer parte da proposta da presente pesquisa.

4.1.4 Currículo

Categoria com 69 publicações - 7 excluídos = 62 publicações.

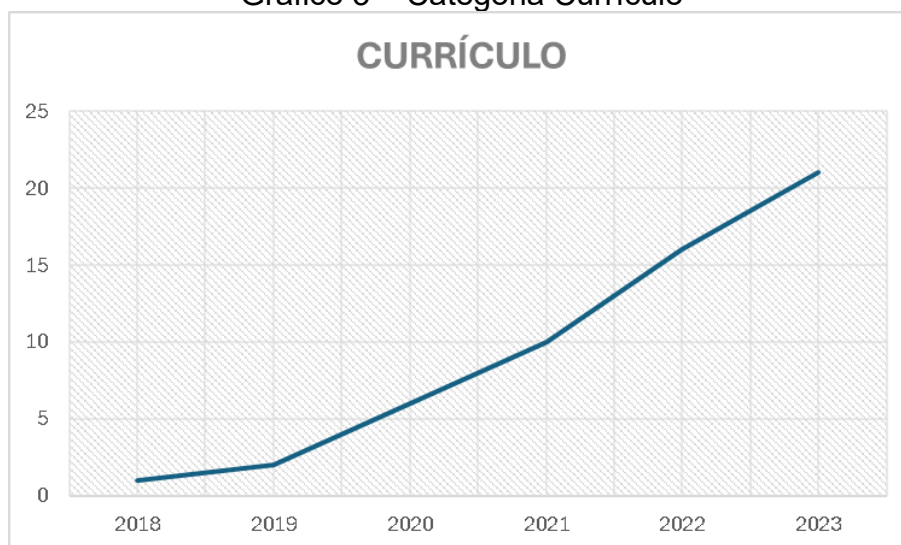
Quadro 6 – Categoria Currículo

2018	2019	2020*	2021*	2022*	2023*	Teses	Dissertações	Produções
1	2	6-1=5	12-2=10	19-3=16	22-1=21	2 (2023)	2 (2021) 3 (2022) 3 (2023)	48-3=45

Fonte: elaborado pela autora.

Nota: * excluídas seis publicações por se tratar do que deve ser trabalhado no Projeto de Vida; proposta MAKER; abstração e reconhecimento de padrões; material para consumo; projetos integradores na Matemática; e Profissional técnico STEAM.

Gráfico 3 – Categoria Currículo



Fonte: elaborado pela autora.

Nas buscas, a categoria Currículo foi a que mais se destacou em termos de produções sobre o NEM. Com 56 publicações, principalmente nos anos de 2022 e 2023, justamente no ano que a Lei deveria ter sido implementada e, no ano seguinte, a tentativa da revogação. Como o NEM traz a questão da reforma e ajustes na Base Curricular do Ensino Médio, a categoria CURRÍCULO se faz presente e necessária enquanto fundamentos, narrativas e observações ao longo do período de 2018-2023, através das duas teses no ano de 2023; oito dissertações, sendo duas em 2021, três em 2022, três em 2023; bem como 46 produções ao longo do período em estudo (2018-2023), conforme o Quadro 6 e o Gráfico 3.

4.1.5 Docentes

Categoria com 16 publicações – 4 excluídos = 12 publicações.

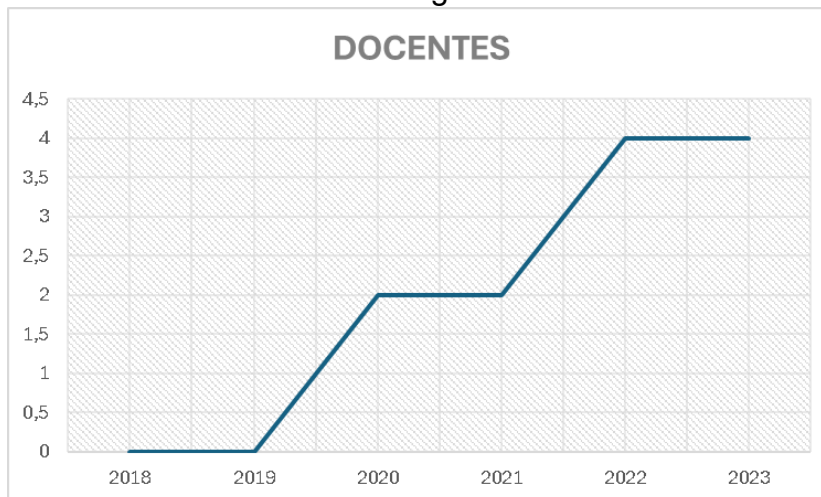
Quadro 7 – Categoria Docentes

2018	2019	2020	2021	2022	2023*	Teses	Dissertações	Produções
–	–	2	2	4	8-4=4	1 (2022)	2 (1 - 2022); (1 - 2023)	13-4=9

Fonte: elaborado pela autora.

Nota: *excluídas quatro publicações por se tratar sobre o uso do PC para prática de ensino; Estudantes noturnos; EJA; Posicionamento individual; Técnico profissional.

Gráfico 4 – Categoria Docentes



Fonte: elaborado pela autora.

Nessa categoria, observa-se pouca atenção para o papel e posicionamento dos professores em relação à implementação da Lei, durante os anos de 2018 a 2021. Somente após 2022 houve uma maior dedicação por parte dos estudiosos em tentar entender o posicionamento dos que estão na linha de frente nesse processo, ou seja, os professores. Das 12 publicações, há uma tese (2022); duas dissertações (uma em 2022 e uma em 2023). O ano de 2022 foi o ano que o NEM deveria ter sido implantado, enquanto que, 2023, caracteriza-se pela paralisação da sua implantação.

4.1.6 Gestão democrática

Categoria com 2 publicações - 1 excluído = uma publicação.

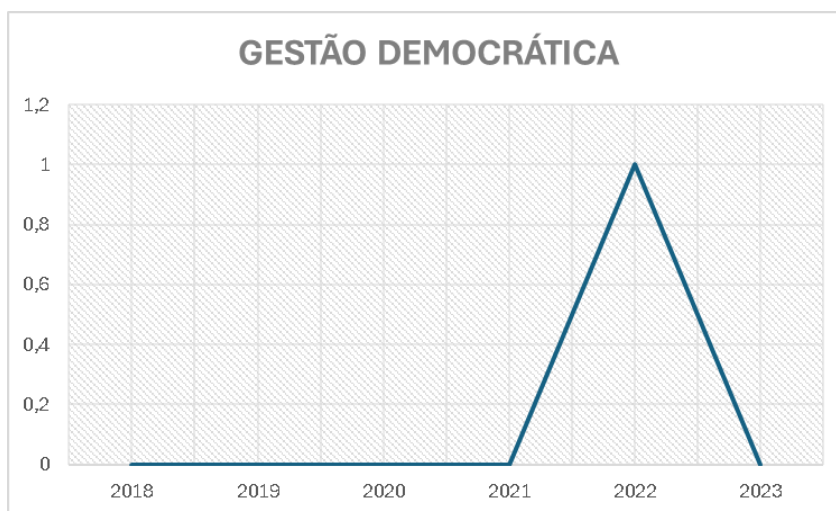
Quadro 8 – Categoria Gestão democrática

2018	2019	2020	2021*	2022	2023	Teses	Dissertações	Produções
–	–	–	1-1=0	1	–	1 (2022)	–	1-1=0

Fonte: elaborado pela autora.

Nota: *excluída uma publicação por se tratar de Ensino Fundamental.

Gráfico 5 – Categoria Gestão democrática



Fonte: elaborado pela autora.

Pode ser caracterizada como insignificante produção de trabalhos nessa categoria. Em todas as buscas realizadas, apenas uma tese, publicada em 2022, refere-se à categoria Gestão Democrática no âmbito da proposta sobre o NEM. O que nos permite supor que o assunto “gestão democrática” ainda requer muito estudo e apropriação sobre o tema que faça conexão com a reforma do EM, por parte dos estudiosos e pesquisadores.

4.1.7 Implementação

Categoria com 29 publicações - 2 excluídos = 27 publicações.

Quadro 9 – Categoria Implementação

2018	2019	2020	2021	2022*	2023	Teses	Dissertações	Produções
1	2	2	4	14-2=12	6	2 (1 – 2021) (1 – 2023)	5 (1 – 2019) (1 – 2020) (1 – 2021) (2 – 2022)	20

Fonte: elaborado pela autora.

Nota: *excluídas duas publicações por se tratar de Instituto Federal; Técnico e Profissionalizante.

Gráfico 6 – Categoria Implementação



Fonte: elaborado pela autora.

No que se refere ao termo Implementação, os resultados apresentados são condizentes com o ano previsto para isso, ou seja, 2022. Com 45% de trabalhos publicados em 2022, eles estão distribuídos em 12 produções, sendo duas dissertações. O menor resultado apresentado foi em 2018, ano da homologação da Lei nº 13.415 (Brasil, 2017), com apenas uma produção.

4.1.8 Políticas educacionais

Categoria com 55 publicações - 24 excluídos = 31 publicações.

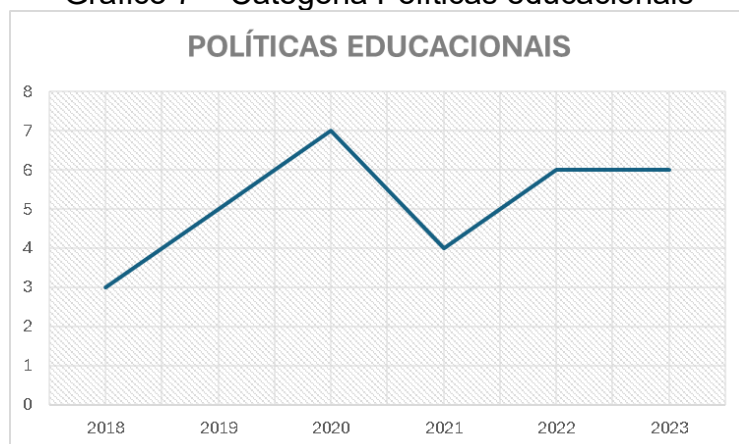
Quadro 10 – Categoria Políticas educacionais

2018*	2019*	2020*	2021*	2022*	2023*	Teses	Dissertações	Produções
5-2=3	7-2=5	12-5=7	6-2=4	18-12=6	7-1=6	5 (1 - 2019) (2 - 2020) (1 - 2021) (1 - 2022)	8 (1 - 2019) (4 - 2020) (1 - 2021) (1 - 2022) (1 - 2023)	42-24=18

Fonte: elaborado pela autora.

Nota: *excluídas 24 publicações. Nelas, os conteúdos que aparecem são sobre o material didático; sem resultados; PNLD projetos integradores; Livro "Formação espetacular"; Slogan "Quem conhece, aprova!"; Saber / Poder, Foucault; Instituto Federal; Itaú - Instituto Inspirare; Escola, tempo integral; Cadernos NEM; Modelo acrítico; Teoria André Chervel; Politécnico; Técnico profissionalizante; Vídeos; propagandas; Projeto intergeracional, Michael Fielding; Plataformas.

Gráfico 7 – Categoria Políticas educacionais



Fonte: elaborado pela autora.

Esses resultados mostram que as Políticas Educacionais, além de ficarem na segunda posição entre as publicações, possuem uma certa equidade dentro do período estabelecido para o presente trabalho (2018-2023). No período proposto pela presente pesquisa, se apresentam dezessete produções, oito dissertações e cinco teses. Portanto, esses resultados respondem a uma parcela do problema da presente pesquisa, que reporta à compreensão das diretrizes legais e os movimentos institucionais no processo de implementação do NEM.

4.1.9 Desigualdades

Categoria com 17 publicações - 2 excluídos = 15 publicações.

Quadro 11 – Categoria Desigualdades

2018	2019*	2020	2021	2022*	2023	Teses	Dissertações	Produções
–	2-1=1	3	1	7-1=6	4	–	2 (1 - 2022) (1 - 2023)	15-2=13

Fonte: elaborado pela autora.

Nota: *excluídas duas publicações por se tratar de carga horária do ensino noturno; curso de Direito sobre a “Teoria da imprevisão”.

Gráfico 8 – Categoria Desigualdades



Fonte: elaborado pela autora.

Esta categoria destacou-se em 4º lugar, ficando abaixo das categorias Currículo, Políticas Educacionais e Implementação. Das 15 publicações, seis ocorreram em 2022, sendo uma dissertação e cinco produções.

Deve ser salientado que 2022 foi o ano em que deveria ocorrer a implementação do NEM e que os estudiosos se atentaram para a questão da desigualdade quanto a oferta dos itinerários formativos. Em 2023 houve quatro publicações, dentre elas, uma dissertação. Isso se deve ao fato de ser o ano em que o MEC e o Governo Federal paralisaram a implementação do NEM e oportunizaram as audiências públicas.

4.2 SOFTWARE NVIVO

4.2.1 Fontes

A partir dos 151 dados coletados pelo *software* Mendeley e após a realização da análise quantitativa, a partir das produções, teses e dissertações no período entre 2018 e 2023, foi realizada a exportação para o *software* NVivo.

A utilização do *software* NVivo cumpre a terceira análise prevista na presente pesquisa, a análise quanti-quali. Para melhor compreensão, segue, no Quadro 12, a sequência dos passos realizados após exportação dos dados do Mendeley para o NVivo:

Quadro 12 – Sequência exportação dos dados

1º passo	Criação do Projeto	Novo Ensino Médio
2º passo	Criação das FONTES, seguindo as mesmas 8 CATEGORIAS criadas para o Software Mendeley:	Alunos BNCC Desigualdade Currículo Docentes Gestão Democrática Implementação Políticas Educaçãoais
3º passo	EXPORTAÇÃO	151 dados obtidos no Mendeley para o NVivo, distribuídos em cada uma das FONTES.
4º passo	CONSULTAS: busca pela "Frequência de Palavras".	Seleção da exibição de 10 palavras que mais aparecem nos Resumos em cada FONTE, com comprimento de, no mínimo cinco letras, para cada palavra. A opção por essa extensão é para facilitar a filtragem das palavras, nos permitindo a exclusão de artigos e preposições, focando nas palavras que realmente interessam para a presente análise.

Fonte: elaborado pela autora.

Na sequência, são apresentadas: as fontes (Alunos, BNCC, Desigualdade, Currículo, Docentes, Gestão Democrática, Implementação e Políticas Educacionais); a busca das palavras em cada fonte; a frequência; a extensão (número de letras que compõem a palavra); e o percentual conforme a extensão. Em seguida, para melhor visualização, são apresentados o gráfico e a análise correspondente a cada fonte. Cabe salientar que algumas palavras foram excluídas do resultado filtrado pelo NVivo por entender que elas não eram significativas para a análise quanti-quali, visto que muitas delas estão subentendidas no contexto geral da pesquisa, gerando sobreposições ou redundâncias.

4.2.1.1 Fonte: alunos

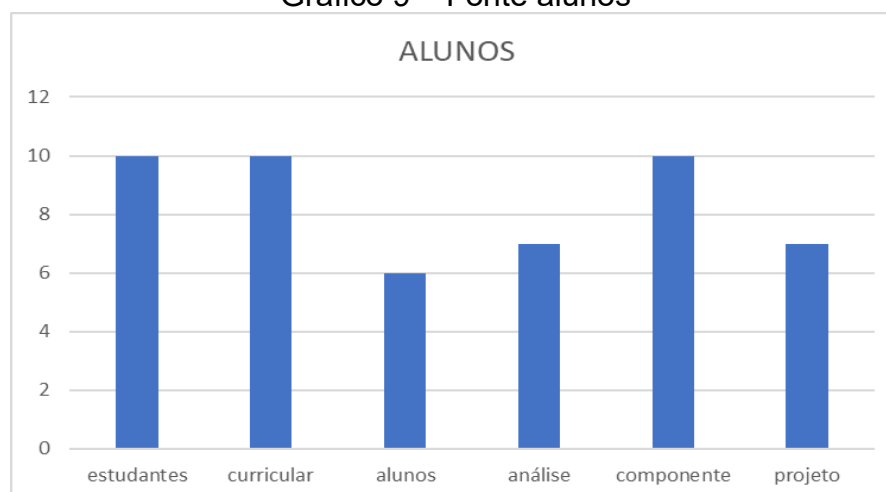
Foram excluídas as palavras: ensino; médio; pesquisa; escola.

Quadro 13 – Fonte alunos

Palavra	Frequência	Extensão	Percentual
estudantes	10	14	0,88
curricular	10	10	0,63
alunos	6	9	0,56
análise	7	9	0,56
componente	10	9	0,56
projeto	7	15	0,94

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 9 – Fonte alunos



Fonte: elaborado pela autora.

Percebe-se a constância da frequência das palavras: Estudantes (dez), Alunos (seis), por serem sinônimos e por configurarem o público a ser pesquisado; Curricular (dez) e Componente (dez), por se tratar de um novo currículo do NEM, objetivando a Análise (sete) dos Projetos (sete) de cada escola correspondente a sua implementação.

4.2.1.2 Fonte: BNCC

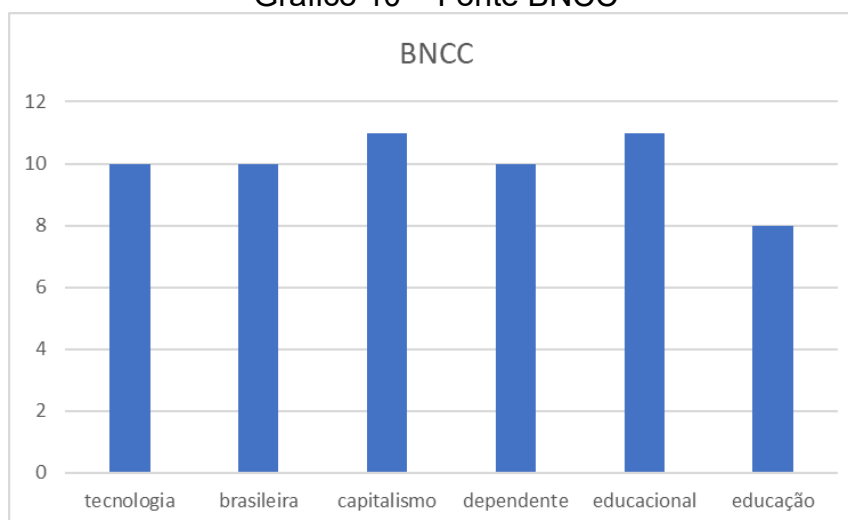
Foram excluídas as palavras: comum; aspectos; sobre; apresentam.

Quadro 14 – Fonte BNCC

Palavra	Frequência	Extensão	Percentual
tecnologia	10	4	1,29
brasileira	10	3	,0,96
capitalismo	11	3	0,96
dependente	10	3	0,96
educacional	11	3	0,96
educação	8	3	0,96

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 10 – Fonte BNCC



Fonte: elaborado pela autora.

Para as produções realizadas e que compõem a fonte BNCC (Base Nacional Comum Curricular), a frequência das palavras foi muito próxima, visto esse ser um documento no qual a Educação (oito) / Educacional (onze), é Dependente (dez) dela, enquanto orientação para a implementação do novo currículo do Ensino Médio Brasileira/Brasileiro (dez), inserido em um país que se organiza pela lógica do Capitalismo (onze). Além de apresentar uma das diretrizes que a BNCC orienta em relação ao acesso e uso das Tecnologias (dez) digitais.

4.2.1.3 Fonte: currículo

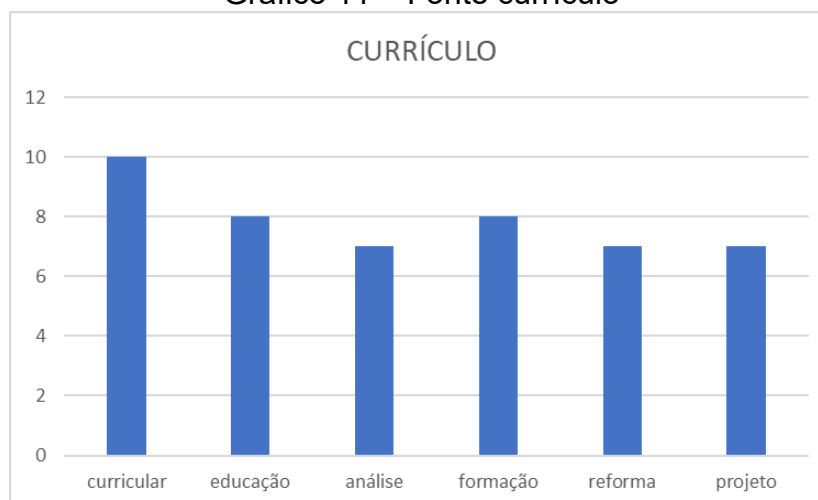
Foram excluídos os termos: sobre; ensino; médio; pesquisa.

Quadro 15 – Fonte currículo

Palavra	Frequência	Extensão	Percentual
curricular	10	89	0,86
educação	8	80	0,77
análise	7	51	0,49
formação	8	46	0,44
reforma	7	46	0,44
projeto	7	45	0,44

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 11 – Fonte currículo



Fonte: elaborado pela autora.

Nesta fonte, é possível perceber que todas as palavras se fazem necessárias, visto se tratar de uma Reforma. As mais citadas são: Curricular (dez), Projeto (sete) e Educação (oito), que vão ao encontro do PPP (Projeto Político Pedagógico), no qual todas as escolas precisam se adequar de acordo com a Reforma (sete) do NEM – Lei nº 13.415 (Brasil, 2017), pautada na Análise (sete) que deve estar condizente para atender a demanda de cada escola, oportunizando Formação (oito) específica para os professores e gestores para a devida implementação do novo currículo.

4.2.1.4 Fonte: desigualdade

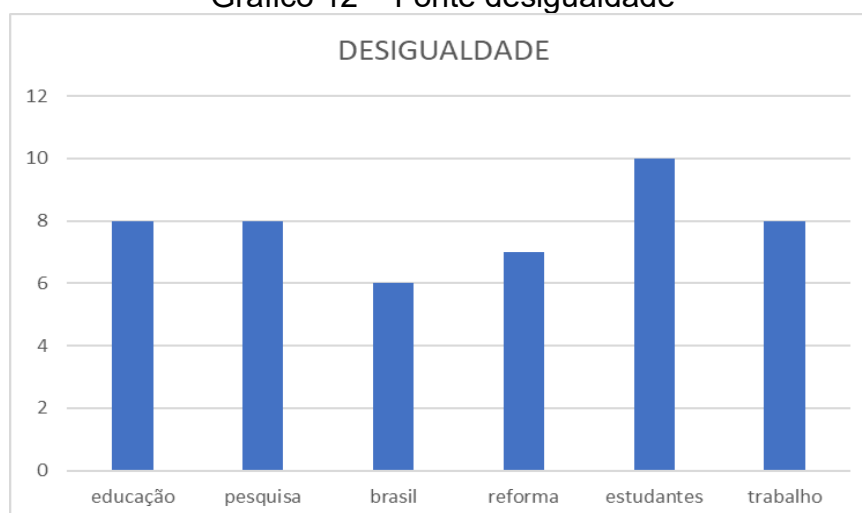
Foram excluídas as palavras: entre; ensino; médio.

Quadro 16 – Fonte desigualdade

Palavra	Frequência	Extensão	Percentual
educação	8	28	1,08
pesquisa	8	16	0,61
Brasil	6	15	0,58
reforma	7	15	0,58
estudantes	10	14	0,54
trabalho	8	14	0,54
curricular	10	12	0,46

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 12 – Fonte desigualdade



Fonte: elaborado pela autora.

Percebe-se que, para a fonte Desigualdade, as palavras que se destacam são: Estudantes (dez), seguida de Educação (oito), Pesquisa (oito) e Trabalho (oito). Ou seja, o tema sobre a Reforma (sete) precisa ser mapeado, pesquisado no âmbito da educação Brasileira (seis), tendo em vista a preparação dos estudantes para a inserção no mercado de trabalho.

4.2.1.5 Fonte: docentes

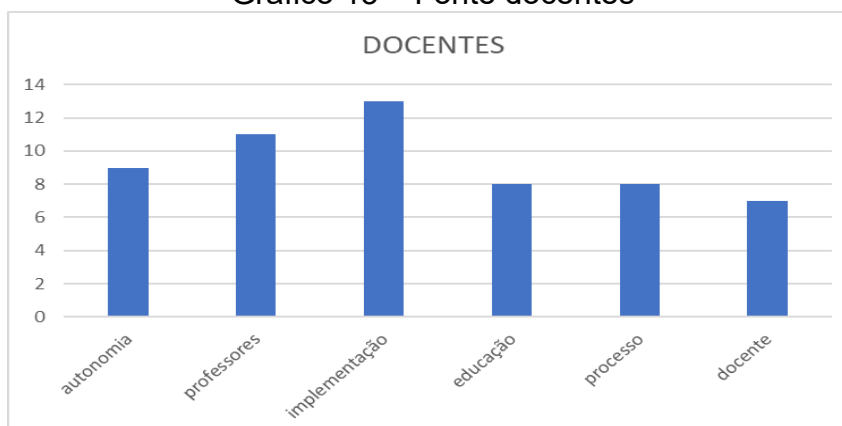
Foram excluídas as palavras: partir; médio; ensino; pesquisa.

Quadro 17 – Fonte docentes

Palavra	Frequência	Extensão	Percentual
autonomia	9	20	0,8
professores	11	20	0,8
implementação	13	15	0,6
educação	8	14	0,56
processo	8	12	0,48
docente	7	21	0,84

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 13 – Fonte docentes



Fonte: elaborado pela autora.

Para a fonte Docentes, as palavras que se destacam são: Docentes (sete)/Professores (14), por serem peças fundamentais para o Processo (seis) de Implementação (13), a qual envolve suposta Autonomia (9) da Educação (oito), das escolas, dos gestores para com a criação de um Novo Currículo.

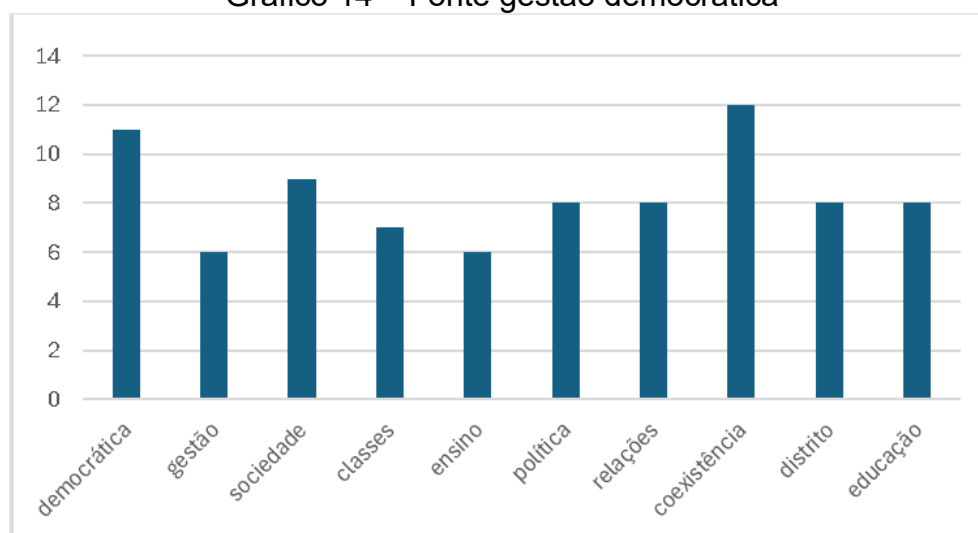
4.2.1.6 Fonte: gestão democrática

Quadro 18 – Fonte gestão democrática

Palavra	Frequência	Extensão	Percentual
democrática	11	6	1,73
gestão	6	6	1,73
sociedade	9	5	1,45
classes	7	4	1,16
ensino	6	4	1,16
política	8	4	1,16
relações	8	4	1,16
coexistência	12	3	0,87
distrito	8	3	0,87
educação	8	3	0,87

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 14 – Fonte gestão democrática



Fonte: elaborado pela autora.

Para a fonte gestão democrática, todas palavras foram consideradas, visto que, conforme pesquisas, uma das possíveis soluções para que ocorra a implementação do NEM, é a Gestão (seis) Democrática (onze), com uma Educação (oito) Política (oito) que possa oportunizar uma Sociedade (nove) mais justa, igualitária, sem distinção de Classes (sete). Um Ensino (oito) de vanguarda, onde

cada região, Distrito (oito) acolha todos os tipos de Relações (oito), permitindo maior Coexistência (12), com convívio harmonioso e pacífico.

4.2.1.7 Fonte: implementação

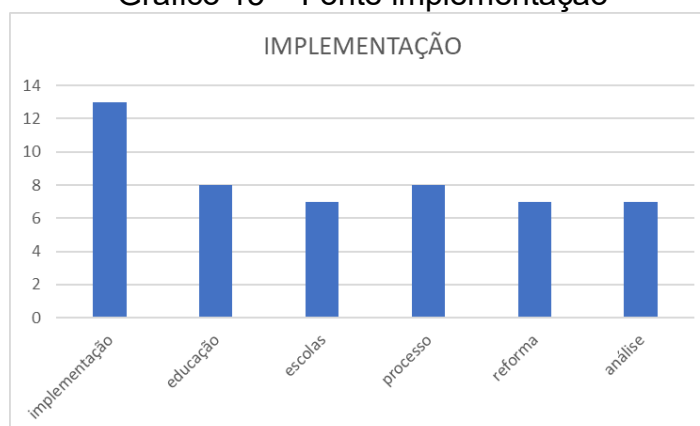
Palavras excluídas: sobre; ensino; médio; pesquisa.

Quadro 19 – Fonte implementação

Palavra	Frequência	Extensão	Percentual
implementação	13	52	0,9
educação	8	49	0,85
escolas	7	46	0,8
processo	8	34	0,59
reforma	7	34	0,59
análise	7	31	0,54

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 15 – Fonte implementação



Fonte: elaborado pela autora.

A fonte implementação nos remete ao tema central desta pesquisa, no qual o Processo (oito) de Implementação (13) da Reforma (sete) do NEM nas Escolas (sete) brasileiras, está paralisado desde agosto de 2023. Para tanto, o MEC e Governo Federal, oportunizaram audiências públicas, com o intuito de escutar profissionais da área, gestores, professores e alunos para, a partir da escuta e posterior Análise (sete), verificar como se encontra a Educação (oito) brasileira frente a Lei nº 13.415 (Brasil, 2017).

4.2.1.8 Fonte: políticas educacionais

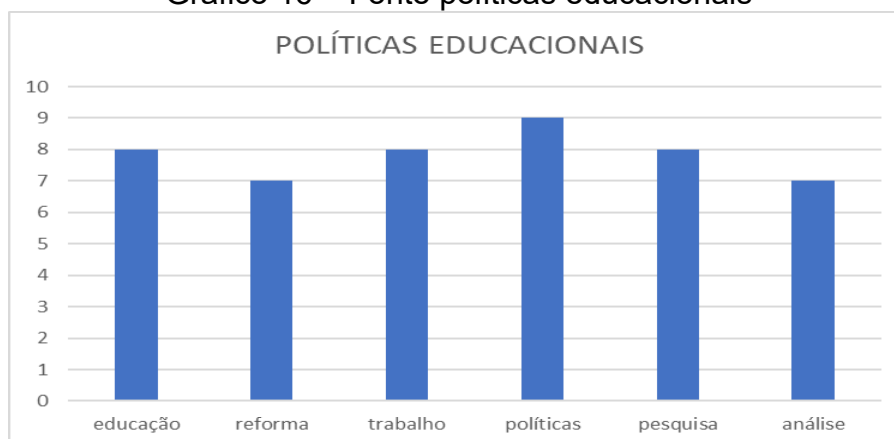
Foram excluídas as palavras: partir; sobre; ensino; médio.

Quadro 20 – Fonte políticas educacionais

Palavra	Frequência	Extensão	Percentual
educação	8	68	0,95
reforma	7	44	0,61
trabalho	8	38	0,53
políticas	9	37	0,52
pesquisa	8	33	0,46
análise	7	23	0,32

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 16 – Fonte políticas educacionais



Fonte: elaborado pela autora.

Na fonte Políticas Educacionais (nove), percebe-se um equilíbrio na frequência das palavras, visto que a atual Reforma (sete) na Educação (oito) do EM, instiga o preparo para o Trabalho (oito), com viés empresarial, capitalista, neoliberal, excluindo as particularidades, as necessidades oriundas das escolas e municípios. Para tanto, há necessidade de uma Análise (sete) mais profunda para entender a diversidade dentro do Brasil, respaldadas por Pesquisas (oito) que possam apresentar resultados mais profundos e significativos em busca de uma educação mais equitativa e menos desigual.

4.2.1.9 Análise geral das oito fontes

Para melhor detalhamento da totalidade da frequência das palavras encontradas nas oito FONTES, realizou-se a seleção de cinquenta palavras que mais apareceram nos 151 Resumos, com comprimento de, no mínimo, cinco letras para cada palavra. A opção pelo comprimento objetiva facilitar a filtragem das palavras, nos permitindo a exclusão de artigos, preposições e palavras redundantes que fazem parte da pesquisa. Ainda, foi realizada uma filtragem nas palavras que são sinônimos e que possuem sentido semelhante, optando-se por apenas uma delas (palavra em destaque), considerando o somatório dos resultados obtidos pelo *software* NVivo.

- Foram excluídas as palavras: sobre; partir; entre; foram; ensino; médio; objetivo; presente; dados; qualitativos; relação; analisar; resultados; análise; pesquisa; escola; escolas; artigo; escolar; campo.
- Das palavras que restaram, segue agrupamento das que são similares: Educacionais/Educacional/Educação; Documental/Documentos; Política/Políticas; Brasil/Nacional; Currículo/Curriculares/Curricular; Estado/Estaduais.

Das 50 palavras, após filtragem, restaram 22, demonstradas pelo Quadro 21 e pelo Gráfico 17, a seguir.

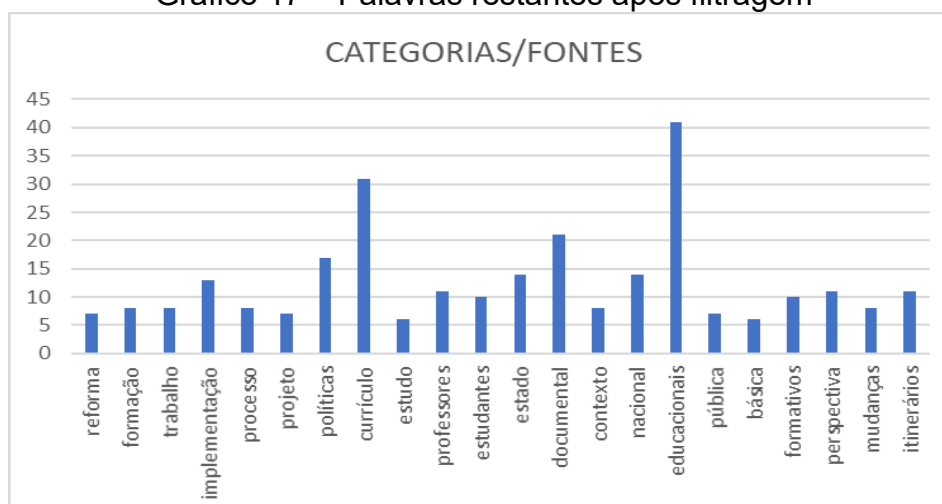
Quadro 21 – Palavras restantes após filtragem

Palavra	Frequência	Extensão	Percentual
reforma	7	151	0,49
formação	8	115	0,38
trabalho	8	114	0,37
implementação	13	101	0,33
processo	8	92	0,3
projeto	7	87	0,28
políticas	17	84	0,27
currículo	31	80	0,26
estudo	6	76	0,25

professores	11	76	0,25
estudantes	10	74	0,24
estado	14	68	0,22
documental	21	66	0,22
contexto	8	58	0,19
nacional	14	58	0,19
educacionais	41	54	0,18
pública	7	49	0,16
básica	6	47	0,15
formativos	10	45	0,15
perspectiva	11	45	0,15
mudanças	8	43	0,14
itinerários	11	42	0,14

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 17 – Palavras restantes após filtragem



Fonte: elaborado pela autora.

Finalizamos esta etapa quantitativa com os dados compilados a partir da frequência das palavras de todas as oito FONTES, organizados em uma única tabela e gráfico. Percebe-se que os resultados vão ao encontro das nomenclaturas trabalhadas e de capítulos presentes na pesquisa: Currículo (31); Políticas (17) Públicas (sete) Educacionais (41); Implementação (13); Professores/Docentes (onze); Estudantes/Alunos (dez). Bem como, palavras que aparecem no referencial teórico: Reforma (sete) do EM; Projeto (sete) de Vida; preparação para o Trabalho

(oito); Contexto (oito) Nacional (14) no qual estamos inseridos; Itinerários (onze) Formativos (dez); ensino Básico (seis); Mudança (oito) curricular; análise Documental (21). As demais palavras se apresentam ao longo do Processo (oito) de Estudo (seis) realizado a partir das audiências públicas ocorridas em cada Estado (14), região no qual os resultados foram inseridos em um Sumário, divulgado pelo MEC e Governo Federal, no qual apontam a falta de Formação (oito) adequada para os professores e a busca por novas Perspectivas (onze) na implementação da Lei nº 13.415 (Brasil, 2017).

A próxima etapa caracteriza-se pela análise do NÓS (palavras-chaves). A frequência das palavras a partir dos 151 resumos das teses, dissertações e das produções contempladas nesta pesquisa, vinculadas às FONTES. Bem como os resultados de cada nó em diálogo com os autores das produções selecionadas.

4.2.2 Nós – Palavras

Com o auxílio do *software* Nvivo, foram criados 31 NÓS, constituídos a partir de palavras-chave ou expressões oriundas do tema e dos objetivos do trabalho, bem como dos conceitos teóricos que o estruturam e das 151 produções pesquisadas.

Para esta análise, optou-se pelos seguintes passos:

- a) criação dos nós (palavras-chave);
- b) consulta - pesquisa de texto para cada nó;
- c) designação da palavra correspondente ao nó;
- d) execução – exemplo.

Quadro 22 – Exemplo da execução

Nó	Observação	Palavra a ser executada
Neoliberalismo (palavra simples)	Permanece a palavra em si.	Neoliberalismo
Projeto de vida (expressão composta)	Permanece a palavra que faz mais sentido para a busca, nesse caso, VIDA. A palavra “Projeto” foi excluída da busca, visto se tornar redundante, pois toda pesquisa parte de um projeto.	Vida

Fonte: elaborado pela autora.

- e) Após a execução da busca pelos NÓS, o *software* disponibilizou as fontes nos quais eles se encontram, a quantidade, os autores de cada pesquisa/produção. Através da funcionalidade “Abrir documento”, foi possível visualizar o resumo do trabalho na íntegra com o NÓ, com a palavra que havia sido executada aparecendo em destaque;
- f) Selecionada a frase ou o parágrafo condizente com a temática da pesquisa, foi realizada sua exportação, arquivadas em pasta específica no *Word*;
- g) Exclusão: Algumas palavras ou expressões foram excluídas por possuir outra conotação ou por não estar condizente com o propósito do tema e problema da presente pesquisa. Exemplo de outras conotações: vida cotidiana; melhoria de vida; protagonismo político; desigualdade digital; tempo/carga horária; componente curricular de Filosofia, Sociologia, Educação Física, etc; Cursos Técnicos e Profissionais;
- h) Descrição de cada nó.

Os 31 nós foram distribuídos em duas tabelas de acordo com a frequência. Excluídos (cinco): Interdisciplinaridade; Descontinuidade; Papel da Escola; Busca por resultados. e Coordenação pedagógica, por apresentar resultados insatisfatórios ou inexistentes. Acrescentado (um): Docentes, em função da terminologia utilizada

em algumas produções como sinônimo de “Professor”. Portanto, finalizamos com 27 nós ($31 - 5 \text{ excluídos} + 1 \text{ acrescentado} = 27 \text{ nós}$).

- Quadro 3 - Mais frequentes, com seis Termos (superior a 12 produções), apresentadas em ordem decrescente e podem se repetir em mais de uma fonte.
- Quadro 4 - Menos frequentes, com 21 Termos (igual ou inferior a 12 produções), apresentadas em ordem decrescente e podem se repetir em mais de uma fonte.

a) Compilação dos dados extraídos para cada nó. Segue o descritivo de cada passo:

- Indicação da palavra central e quantidade de produções que citam tal palavra, exclusão e sua totalidade;
- 1ª coluna: Fonte/Categoria;
- 2ª coluna: N° - quantidade de produções por fonte;
- 3ª coluna: Excluído - produções excluídas por estarem desconectadas do contexto da pesquisa;
- 4ª coluna: Elementos consolidados/Principais, com a quantidade e frases extraídas dos resumos das pesquisas;
- 5ª coluna: Pontos emergentes/secundários, com a quantidade e frases extraídas dos resumos das pesquisas;
- 6ª coluna: Total - somatório dos Elementos consolidados e Pontos emergentes;
- 7ª coluna: % palavra - 6ª coluna divididas pela quantidade de palavras que compõem determinado nó, de acordo com cada fonte.
- 8ª coluna: % Total - 6ª coluna divididas pela quantidade total de nós (27), de acordo com cada fonte.

Quadro 23 – Termos mais frequentes (frequência superior a 12)

Nós (palavras-chave)	Palavra	Quantidade de produções
1. Reforma	Reforma	81
2. Implementação	Implementação	45
3. Currículo	Currículo	41
4. Preparação para o trabalho	Trabalho	23
5. Projeto de vida	Vida	22
6. Flexibilização curricular	Flexibilização	17

Fonte: elaborado pela autora.

Percebe-se que os nós (palavras-chaves) que aparecem como Termos de maior frequência são: Reforma (81), Implementação (45), Currículo (41), Preparação para o trabalho (23), Projeto de vida (22) e Flexibilização Curricular (17).

Quadro 24 – Termos menos frequentes (frequência igual ou inferior a 12)

Nós (palavras-chave)	Palavra	Quantidade de produções
7. Políticas públicas	Públicas	12
8. Protagonismo juvenil	Protagonismo	11
9. Neoliberalismo	Neoliberalismo	11
10. Empreendedorismo	Empreendedorismo	11
11. Formação integral	Integral	11
12. Capitalismo	Capitalismo	11
13. Gestor/gestão	Gestão	9
14. Docente	Docente	8
15. BNCC	BNCC	8
16. Alunos	Alunos	7
17. Competências socioemocionais	Competências	7
18. Hegemonia	Hegemonia	7
19. Professor	Professor	6
20. Juventudes	Juventudes	6

21. Autonomia	Autonomia	5
22. Itinerários formativos	Itinerários	4
23. Desigualdade	Desigualdade	4
24. Poder dos currículos	Poder	3
25. Evasão	Evasão	2
26. PNLD	PNLD	1
27. Exclusão	Exclusão	1

Fonte: elaborado pela autora.

Percebe-se que os nós (palavras-chaves) que aparecem como termos de menos frequência e que se destacam são: Políticas públicas (12), Protagonismo juvenil, Neoliberalismo, Empreendedorismo, Formação integral e capitalismo empatados (onze), Gestão/Gestor (nove), Docente e BNCC (oito), Alunos, Competências socioemocionais e Hegemonia (sete), Professor e Juventudes (seis), Autonomia (cinco). Os demais, como: Itinerários formativos, Desigualdade, Poder dos currículos, Evasão, PNLD e Exclusão, praticamente não aparecem nas produções pesquisadas.

Na sequência, a descrição de cada nó é apresentada no quadro descritivo e no gráfico, com análise posterior sobre o respectivo nó, dialogando com os autores das pesquisas a partir de alguns trechos extraídos dos resumos das produções que estão descritas nos quadros. Cabe salientar que a escolha por alguns trechos se deve pela clareza do conteúdo descritivo em diálogo com o embasamento teórico desta pesquisa.

4.2.2.1 Reforma

Palavra: Reforma = 80 - 20 excluídas = 60.

Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
2	1 (Ensino remoto)	–	1 (sustentadas pelos princípios da concorrência, aperfeiçoamento e autopromoção)	1	0,01%	0,03%
FONTE: DESIGUALDADE						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
9	1 (Propaganda)	–	8 (houve prejuízo às demandas estudantis e supremacia de interesses burgueses defendidos pela agência internacional; sentimentos de insegurança, incerteza e expectativas quanto à efetivação da reforma; não se constitui como distributiva e equitativa, mas como reprodutora da desigualdade social presente no projeto de manutenção do status quo; reforma amplifica as desigualdades educacionais; formam uma ideologia individualista e meritocrática; impedidos de fazer “escolhas”, uma formação diminuta baseada em realidades sociais demasiadamente desiguais).	8	0,13%	0,29%
FONTE: DOCENTES						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27

4	3 (Obstáculos para a docência; Autonomia docente; Carreira docente)	–	1 (o “professor do século XXI” se caracteriza pela artificialização do seu trabalho, sendo reconvertido, desintelectualizado, padronizado, responsabilizado).	1	0,01%	0,03%
FONTE: GESTÃO DEMOCRÁTICA						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	–	–	1 (a gestão democrática institucionalizada não mostrou efetividade como um instrumento de partilha de poder, a crescente privatização dos serviços educacionais, aponta a formação instrumental da juventude., a oferta de uma educação fragmentada e uma prática de gestão que impede a partilha de poder e a apropriação da escola pela sociedade civil)	1	0,01%	0,03%
FONTE: IMPLEMENTAÇÃO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
19	4 (Escola VIVA; Artes e esportes não estão contemplados; Escolas da escolha; Material didático)	–	15 (baixo questionamento dos atores estaduais sobre a necessidade da reforma; a teoria do capital humano e a pedagogia das competências como fundamentos da concepção de educação do empresariado; a “competição” entre os novos componentes curriculares e os componentes “tradicionais” da FGB; a proposta da política se mostrou impositiva e incompreensível, o que dificulta a efetivação da implementação; revelam a existência de movimentos de recontextualização das proposições presentes	15	0,24%	0,55%

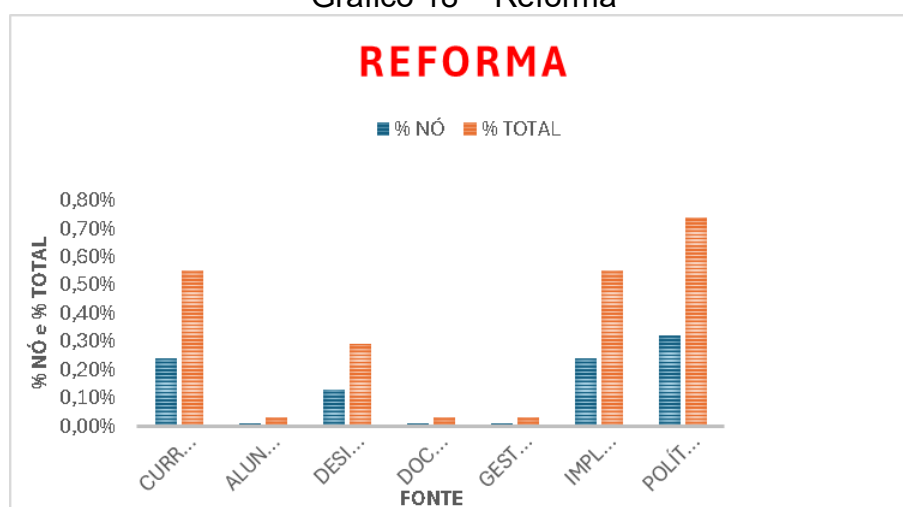
			nos documentos normativos nacionais; complexidade das mudanças que demandam rearranjo da organização curricular; não houve acolhimento das considerações da comunidade escolar; acentuando a diferença entre escolas públicas e particulares; ancorar-se em uma perspectiva que compreende o sujeito como um ser social, inacabado, em processo de aprendizagem e, que haja um acompanhamento pedagógico efetivo para estudantes, professores e gestores; educação como espaço de disputa; Formar integralmente o aluno e prepará-lo para o trabalho continuam a ser as questões centrais do debate, embora postas em nova linguagem; acumulação flexível pela necessidade de inserção da classe trabalhadora aos novos tipos de trabalho e indicam o aprofundamento da disputa econômica e ideológica na área educacional; posição de resistência às mudanças a maioria dos docentes desconhecem ou conhecem parcialmente a organização do “novo ensino médio”)			
FONTE: POLÍTICAS EDUCACIONAIS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
22	2 (Pedagogia por competências; TV Cultura)	–	20 (retrocessos para a educação da classe trabalhadora, e reforçam a dualidade estrutural já existente; “engajamento de manipulação” que se consolida com a reforma, mas que vem sendo inserido na educação brasileira desde a implantação da pedagogia das competências; desconsiderou dados de pesquisas educacionais e discussões ocorridas por profissionais da educação; empresariamento da educação de novo tipo, condicionado pela lógica do capitalismo dependente; a implantação das reformas, garantindo, assim o	20	0,32%	0,74%

			atendimento dos interesses e demandas dos grandes capitalistas e dos setores produtivos na manutenção de uma educação a serviço do capital; enfatizando o empreendedorismo como elemento chave para atender os requerimentos econômicos; tornar a escola servil aos organismos internacionais e às demandas do mercado financeiro; a falácia do discurso da escolha dos jovens em relação aos itinerários formativos e o reforço da dualidade estrutural ; premissa de responsabilização individual dos sujeitos por sua formação, empregabilidade, bem- estar e desenvolvimento econômico do país; Os documentos dos organismos internacionais simbolizam a supressão, flexibilização, mercantilização, precarização da educação e o “novo” Ensino Médio; constitui numa ameaça ao direito universal dos jovens brasileiros de cursarem a etapa final da educação básica. Consideramos que a presente reforma representa retrocesso no cumprimento do PNE e possibilita o aprofundamento da dualidade estrutural; ao defender a flexibilidade e em decorrência dos desencontros dos tempos de aprovação dos documentos, criou-se espaço para a auto-organização de políticas locais que se aproximem da abordagem ecossistêmica e servem de indício para a construção de novas vias para a educação e para a sociedade; sintetizou uma relação de forças na qual houve primazia do “econômico corporativo” aos aparelhos privados de hegemonia representativos da classe dominante; retirada de direitos trabalhistas e privatização da educação pública, agravando o quadro de dependência educacional; visa atender as exigências econômicas e do mercado, numa concepção de educação utilitarista e			
--	--	--	--	--	--	--

			mercadológica; a flexibilização e a liberdade de escolha, dadas as condições reais da maioria das escolas, associam-se mais a um discurso falacioso claramente alinhado às reformas neoliberais; temos uma escola sendo produzida a partir de disputas de hegemonia pelos sentidos, pelas finalidades e pelos formatos do ensino médio).			
--	--	--	--	--	--	--

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 18 – Reforma



Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 18, Nó Reforma, apresenta-se vinculado às fontes Currículo, Alunos, Desigualdade, Docentes, Gestão educacional, Implementação e Políticas públicas. Há um destaque para Currículo (0,24% e 0,55%), Implementação (0,24% e 0,55%) e Políticas públicas (0,32% e 0,74%) para o nó e Total, respectivamente. No que se refere a elementos consolidados, o propósito é de que a Reforma do “[...] novo ensino médio tem contribuído de forma mais significativa para o aluno ingressar no mundo do trabalho” (Silveira, 2023, p. 7).

No que diz respeito aos pontos emergentes, a reforma do currículo “[...] requer uma atenção do campo científico, no sentido de buscar trazer discussões críticas sobre os significados dessas mudanças para a formação dos jovens” (Falcão; Caldas; Barros, 2023, p. 1), no qual o processo de implementação precisa “Formar integralmente o aluno e prepará-lo para o trabalho continuam a ser as questões centrais do debate, embora postas em nova linguagem” (Carvalho; Cavalcanti; Cavalcanti, 2022, p. 1). Sendo que “[...] a presente reforma representa retrocesso no cumprimento do PNE e possibilita o aprofundamento da dualidade estrutural” (Souza, 2020, p. 7).

4.2.2.2 Implementação

Palavra: implementação = 57 - 12 excluídos = 45.

Quadro 26 – Implementação

FONTE: CURRÍCULO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
14	6 (BNCC; Filosofia; Sociologia; Educação Física)	–	6 (podendo limitar o acesso ao conhecimento geral e direcionar a formação da juventude para vieses pragmáticos e meritocráticos; afasta das escolas as discussões que envolvem uma sociedade multicultural; legislação não oferece bases conceituais; ao preconizar o atendimento ao Projeto de Vida, a Reforma esvazia o currículo desta etapa da Educação Básica; projeto de vida, expressou um sentimento de desinteresse pela disciplina ou de que ela é insignificante para a sua formação escolar; repensar práticas pedagógicas com conteúdos e ações científicas).	6	0,13 %	0,22%
FONTE: ALUNOS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
2	–	1 (práticas escolares voltadas para a cidadania e o trabalho são essenciais para a construção de Projetos de Vida)	1 (lógicas neoliberais, princípios da concorrência, aperfeiçoamento e autopromoção, fazendo com que os alunos se tornem empresários responsáveis por seu sucesso ou fracasso).	2	0,04 %	0,07%
FONTE: DESIGUALDADE						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27

6	2 (Etnomatemática; TICs e EAD)	–	4 (não garantia de equidade aos/às estudantes; ambiguidade, possa acarretar mais barreiras à equidade de oportunidades educacionais dos estudantes das escolas públicas; amplifica as desigualdades educacionais; projeto hegemônico voltado a adaptar as relações sociais a um mundo da precarização).	4	0,08 %	0,14%
FONTE: DOCENTES						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
7	–	–	7 (Violência Curricular, impõe obstáculos ao exercício da docência e à formação humana em perspectiva crítica; autonomia docente nas dificuldades das programações escolares; autonomia docente na dificuldade de elaboração e compreensão dos componentes dos Itinerários Formativos; os professores veem a si mesmos como espectadores, entregadores de um pacote formativo ;apresentaram desconhecimento; discordância com relação a melhoria após a implantação do NEM; “professor do século XXI” ,reduzido à figura de acompanhante do processo de formação dos estudantes; resistem, resignificam e transgridem as reformas curriculares unificadas, falhas no currículo e nos conteúdos como problemas principais dos altos números de evasão e reprovação escolar)	7	0,15 %	0,25%
FONTE: GESTÃO DEMOCRÁTICA						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27

1	–	–	1 (educação fragmentada e uma prática de gestão que impede a partilha de poder e a apropriação da escola pela sociedade civil)	1	0,02 %	0,03%
---	---	---	--	---	--------	-------

FONTE: IMPLEMENTAÇÃO

Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
21	4 (SESI, SENAI; INOVAEDUC; Sociologia; Ciências)	2 (ancorar-se em uma perspectiva que compreende o sujeito como um ser social, inacabado, em processo de aprendizagem; complexidade das mudanças que demandam rearranjo da organização curricular.)	15 (pouca participação da comunidade escolar; os docentes acabam sobrecarregados com o aumento da demanda de trabalho; impositiva e incompreensível, o que dificulta a efetivação da implementação; não houve acolhimento das considerações da comunidade escolar; formação técnica e o viés de empreendedorismo, o esvaziamento curricular e a tendência de privatização; Formar integralmente o aluno e prepará-lo para o trabalho continuam a ser as questões centrais do debate; posição de resistência às mudanças; produzir um regime ao mesmo tempo estético e performático nas tramas da flexibilidade, tensionado pela performance)	17	0,37 %	0,62%

FONTE: POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
----	----------	-----------------------------------	-------------------------------	-------	----------	-----------

6	–	–	6 (não considerar todos os atores envolvidos acaba por fragilizar; enfatizando o empreendedorismo como elemento chave para atender os requerimentos econômicos; privatização da educação, neste caso, materializada nas parcerias público-privada; dependência educacional; discurso falacioso claramente alinhado às reformas neoliberais; relação entre as intencionalidades das políticas educacionais e demandas da sociedade)	6	0,13 %	0,22%
---	---	---	--	---	-----------	-------

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 19 – Implementação



Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 19, Nó Implementação, apresenta-se quando vinculado às fontes Currículo, Alunos, Desigualdade, Docentes, Gestão democrática, Implementação e Políticas educacionais. Cabe à Implementação o maior percentual, com 0,37% e 0,62%, para o nó e Total, consecutivamente. Para os elementos consolidados, a implementação do NEM necessita “[...] ancorar-se em uma perspectiva que compreende o sujeito como um ser social, inacabado, em processo de aprendizagem” (Pottmeier; Zonta; Guilherme; Caetano; Pimenta, 2022, p. 2). Para os pontos emergentes, a reforma foi um processo com “[...] pouca participação da comunidade escolar” (Gawryszewski; Pereira, 2023, p. 1), além de se evidenciar o caráter de “[...] formação técnica e o viés de empreendedorismo, o esvaziamento curricular e a tendência de privatização desta etapa de ensino” (Silva; Pasqual; Blaszkowski, 2022, p. 1).

4.2.2.3 Currículo

Palavra: Currículo = 50 - 9 excluídos = 41.

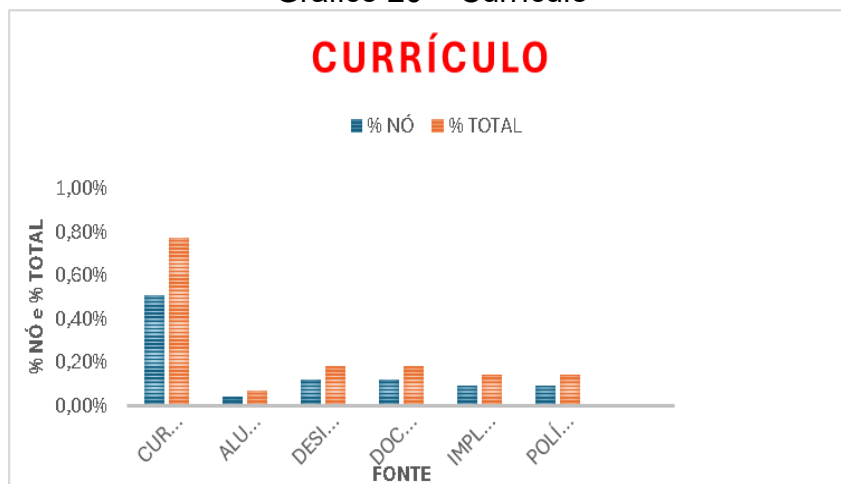
Quadro 27 – Currículo

Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
6	1(Matemática)	1 (permitirá ao aluno uma formação integral, direcionada à área de seu interesse)	4 (sentimentos de insegurança, incerteza, associados à escolha de trilhas e itinerários formativos; a reforma é arrogante, indolente e malévola, produz injustiças, invisibilidades e inexistências; estudantes de nível socioeconômico mais elevado têm maior 'liberdade de escolha'; a flexibilização curricular prometida na reforma amplifica as desigualdades educacionais; ideologia individualista e meritocrática)	5	0,12%	0,18%
FONTE: DOCENTES						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
5	–	–	5 (tem produzido diferentes formas e manifestações de Violência Curricular; autonomia docente na dificuldade de elaboração e compreensão dos componentes dos Itinerários Formativos; os professores veem a si mesmos como espectadores, destinatários ou, ainda, entregadores de um pacote formativo; “professor do século XXI” , artificialização do seu trabalho, sendo reconvertido, desintelectualizado, padronizado, responsabilizado; os professores resistem, resignificam e transgridem as reformas curriculares unificadas, insistem em apontar falhas, propagando para a sociedade a ideia que a qualidade da educação depende das reformas curriculares que seguem uma lógica global e neoliberal)	5	0,12%	0,18%
FONTE: IMPLEMENTAÇÃO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27

7	3 (Escola VIVA; movimento na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF); Sociologia)	–	4 (não se consubstanciaram em participação efetiva das comunidades escolares; mantém a lógica da dualidade que o caracteriza e cria outros problemas; indicam o aprofundamento da disputa econômica e ideológica na área educacional.; passa a produzir um regime ao mesmo tempo estético e performático nas tramas da flexibilidade, tensionado pela performance e pelos excessos advindos da contemporaneidade)	4	0,09%	0,14%
FONTE: POLÍTICAS EDUCACIONAIS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
4	–	–	4 (com o NEM a situação não melhorou; sonhos e projeções futuras dos jovens da classe trabalhadora aos ditames das relações de trabalho flexíveis e precarizadas; atrelamento discursivo entre a chamada pedagogia das competências e a reconstrução do trabalho no interior das políticas curriculares; enfatizando o empreendedorismo como elemento chave para atender os requerimentos econômicos; além disso, há forte tendência à privatização do ensino médio)	4	0,09%	0,14%

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 20 – Currículo



Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 20, nó Currículo, demonstra destaque quando vinculado às FONTES Currículo, Alunos, Desigualdade, Docentes, Implementação e Políticas educacionais. Sendo que o destaque se apresenta em Currículo para o nó e Total, com 0,51% e 0,77%, respectivamente. Para os elementos consolidados em Currículo encontramos “[...] expressiva variedade de formatos curriculares” (Silva; Krawczyk; Calçada, 2023, p. 1), bem como “[...] a formação por competências, promovendo mobilidade social e inclusão permanente no mundo social e laboral” (Soares, 2022, p. 7). Em relação aos pontos emergentes, “[...] a legislação não oferece bases conceituais, possibilitando desdobramentos equivocados na implementação do currículo” (Monte; Carvalho; Carzota; Monteiro, 2022, p. 1), além de assinalar “[...] uma política curricular marcada por ausência de participação e a produção de uma base curricular de matriz economicista” (Silva; Barbosa; Körbes, 2022, p. 1).

4.2.2.4 Preparação para o trabalho

Para este nó foi realizada a busca pela palavra TRABALHO, visto que a outra palavra que compõem o nó - PREPARAÇÃO está subentendida no processo de construção psicoeducativo.

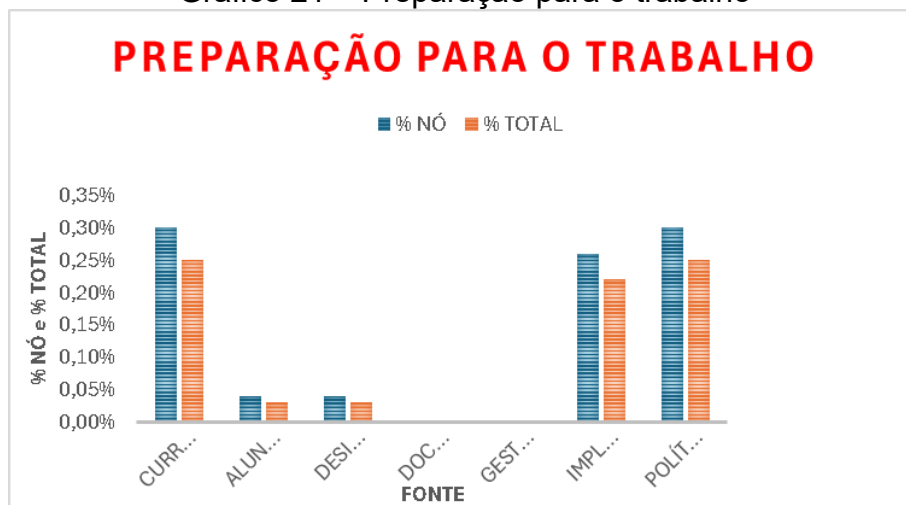
Palavra: Trabalho = 57 - 34 excluídos = 23.

Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
3	1 (Trabalho em si)	–	2 (O “novo” Ensino Médio formam uma ideologia individualista e meritocrática; expressão do projeto hegemônico voltado a adaptar as relações sociais a um mundo da precarização)	1	0,04%	0,03%
FONTE: DOCENTES						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
5	5 (Docente)	–	–	zero	zero	zero
FONTE: GESTÃO DEMOCRÁTICA						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	1 (Docente)	–	–	zero	zero	zero
FONTE: IMPLEMENTAÇÃO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
11	5 (Trabalho em si; Docente)	1 (Formar integralmente o aluno e prepará-lo para o trabalho continuam a ser as questões centrais do debate, embora postas em nova linguagem)	6 (uma política educacional em um contexto de recrudescimento do neoliberalismo, com uma ofensiva do capital sobre o trabalho, que aliena estudantes da formação integrada; ressalta suas implicações curriculares e formativas de caráter fragmentário e restritivo; métodos de negócios e a gestão para resultados; corrente neoliberal, a adesão à acumulação flexível pela necessidade de inserção da classe trabalhadora aos novos tipos de trabalho e indicam o aprofundamento da disputa econômica e ideológica na área educacional;	6	0,26%	0,22%

			performar e profissionalizar a juventude para o mundo do trabalho contemporâneo)			
FONTE: POLÍTICAS EDUCACIONAIS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
18	11 (Trabalho em si; Docente)	–	7 (processo repolitizado de moralização, ajustando as intenções, sonhos e projeções futuras dos jovens da classe trabalhadora aos ditames das relações de trabalho flexíveis e precarizadas; Educando para pedagogia da hegemonia do neoliberalismo educacional, as escolas constituem-se em órgãos (re) produtivos na medida em que ajudam a selecionar e certificar a força de trabalho; tais reformas encontram-se afinadas com as políticas neoliberais para educação brasileira das últimas décadas, com ênfase no protagonismo juvenil, colocando o jovem como definidor de seu percurso formativo; vão ao encontro de uma ou mais dimensões do processo de empresariamento da educação de novo tipo, condicionado pela lógica do capitalismo dependente; conexão entre o trabalho e o neoliberalismo ocorre por meio de regularidades discursivas relativas às instabilidades do mundo do trabalho e a necessidade de engendrar condutas juvenis flexíveis, proativas e autônomas; ideia de flexibilização que, aliada à modernidade neoliberal, induz os incautos a acreditarem que processos criativos resolverão as questões postas pelo trabalho).	7	0,30%	0,25%

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 21 – Preparação para o trabalho



Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 21, nó Preparação para o trabalho, apresenta-se quando vinculado às FONTES Currículo, Alunos, Desigualdade, Docentes, Gestão educacional, Implementação e Políticas públicas. Há destaque em Currículo (0,30% e 0,25%), Implementação (0,26% e 0,22%) e Políticas públicas (0,30% e 0,25%) para o nó e Total, respectivamente. No que se refere a elementos consolidados, o propósito é de “Formar integralmente o aluno e prepará-lo para o trabalho continuam a ser as questões centrais do debate, embora postas em nova linguagem” (Carvalho; Cavalcanti; Cavalcanti, 2022, p. 1). Para os pontos emergentes,

[...] intensificando a proposta dualista entre formação para o trabalho aos estudantes de baixo poder aquisitivo e formação intelectual à elite em detrimento de uma educação equânime, sob uma perspectiva holística que preze a formação integral do estudante” (Hilário; Ziilani, 2023, p. 1).

Além disso, há um “[...] processo repolitizado de moralização, ajustando as intenções, sonhos e projeções futuras dos jovens da classe trabalhadora aos ditames das relações de trabalho flexíveis e precarizadas” (Lima, 2023, p. 1). Portanto, “[...] tais reformas encontram-se afinadas com as políticas neoliberais para educação brasileira das últimas décadas, com ênfase no protagonismo juvenil, colocando o jovem como definidor de seu percurso formativo” (Martins; Santos, 2021, p. 1).

4.2.2.5 Projeto de vida

Para este nó, foi realizada a busca pela palavra vida, visto que a outra palavra que compõem o nó - projeto –, pode remeter a outros contextos como, por exemplo, Projeto de pesquisa.

Palavra: Vida = 30 - 8 excluídos = 22

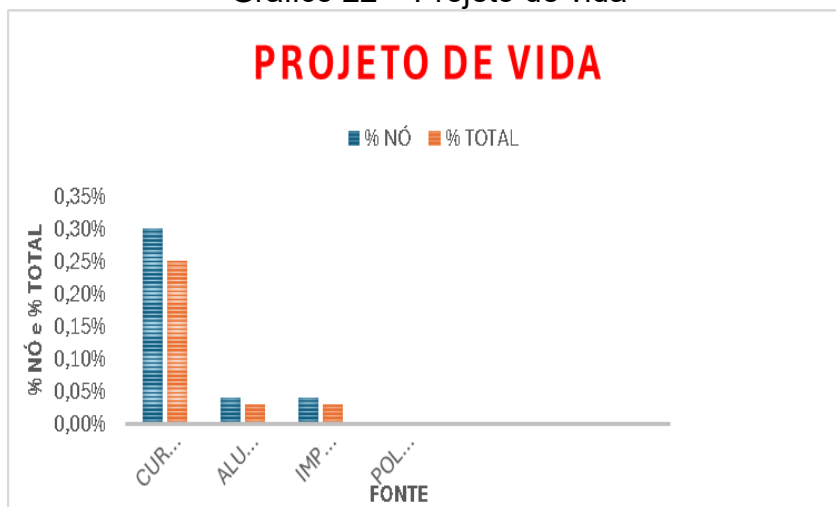
Quadro 29 – Projeto de vida

FONTE: CURRÍCULO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
19	5 (Papel da vida; Vida cotidiana; Relações da vida; Vida em sociedade; Vida pessoal)	5 (alinhada à BNCC; formação dos jovens; visão do educador; ontologia; empreendedorismo)	9 (esvazia o currículo; ferramenta de constituição de subjetividades monetizáveis; demandas atuais do mercado; neoliberal; PNLD)	14	0,63%	0,51%
FONTE: ALUNOS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
6	2 (Vida escolar; Vida pessoal)	3 (apreender as aspirações; cidadania e o trabalho são essenciais; precisamos acolher e ouvir os jovens)	1 (falhas significativas no tratamento que envolvem as juventudes)	4	0,18%	0,14%
FONTE: IMPLEMENTAÇÃO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27

2	–	2 (protagonismo; empreendedorismo	–	2	0,09%	0,07%
FONTE: POLÍTICAS EDUCACIONAIS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
3	1 (Melhoria de vida)	2 (instabilidade do mundo do trabalho)	1 (interesses econômicos)	2	0,09%	0,07%

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 22 – Projeto de vida



Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 22, Nó Projeto de Vida, demonstra que ele só aparece em destaque quando vinculado à FONTE Currículo, na sua totalidade, no que se refere como elemento consolidado “[...] que está alinhada à BNCC” (Dantas; Pereira, 2022, p. 1) e que deve “[...] nortear a formação dos jovens” (Falcão; Caldas; Barros, 2023, p. 1). Porém, como ponto emergente, ele está sendo visto como “[...] ferramenta de constituição de subjetividades monetizáveis” (Silva; Estormovski, 2023, p. 1), atendendo à “[...] lógica neoliberal” (Bernardes; Voigt, 2022, p. 1).

4.2.2.6 Flexibilização curricular

Para este nó foi realizada a busca pela palavra Flexibilização, visto que a outra palavra que compõe o nó – Curricular/Currículo – se torna redundante por ser um nó e por estar contemplado em Fonte/Categoria.

Palavra: Flexibilização = 19 - 2 excluídos = 17.

Quadro 30 – Flexibilização curricular

FONTE: CURRÍCULO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
5	1 (Flexibilização pessoal)	–	4 (geram importantes riscos pela flexibilidade e concessão de responsabilidades aos sujeitos (professores e estudantes) diante de percursos cada vez mais individualizados; pode acarretar esmaecimento do ensino e uma conformação dos sujeitos às regras neoliberais, como a individualização e a responsabilidade pelo seu próprio desempenho; estão em consonância com interesses econômicos e com a melhoria dos indicadores impostos pelas avaliações em larga escala; as análises evidenciam que os processos de interpretação e tradução são orientados reflexivamente, pelos pressupostos pedagógicos e ideológicos, pelos saberes docentes)	4	0,23%	0,14 %
FONTE: DESIGUALDADE						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
2	–	–	1 (estudantes de nível socioeconômico mais elevado têm maior 'liberdade de escolha'; revelam uma adaptação da formação de estudantes para o atual estágio de acumulação do capital na periferia do capitalismo)	1	0,05%	0,03 %
FONTE: IMPLEMENTAÇÃO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27

6	1 (INOVAEDUC)	–	5 (ênfase ao utilitarismo e ao individualismo emergencial para atender uma demanda transitória do mercado de trabalho; mantém a lógica da dualidade que o caracteriza e cria outros problemas. Formar integralmente o aluno e prepará-lo para o trabalho continuam a ser as questões centrais do debate, embora postas em nova linguagem; não se observou propostas para os gargalos estruturais e de formação docente nas discussões sobre a implementação da reforma; a sedução e a liberdade são táticas para conduzir, performar e profissionalizar a juventude para o mundo do trabalho contemporâneo)	5	0,29%	0,18 %
FONTE: POLÍTICAS EDUCACIONAIS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
6	–	–	6 (não basta a revogação da Reforma, mas um processo contínuo de luta para superar a submissão da educação à lógica de acumulação do capital; há forte tendência à privatização do ensino médio tanto por meio de parcerias com o setor privado para a oferta desses itinerários; Os documentos dos organismos internacionais simbolizam a supressão, flexibilização, mercantilização, precarização da educação; reforma representa retrocesso no cumprimento do PNE e possibilita o aprofundamento da dualidade estrutural; discurso falacioso claramente alinhado às reformas neoliberais na educação de que a possibilidade dos jovens terem uma educação de qualidade no seu processo formativo)	6	0,35%	0,22 %

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 23 – Flexibilização curricular



Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico23, Nó Flexibilização Curricular, apresenta-se vinculado às fontes Currículo, Desigualdade, Implementação e Políticas públicas, se destacando em Implementação (0,29% e 0,18%) e Políticas educacionais (0,35% e 0,22%), nó e Total, respectivamente. Não há elementos consolidados, mas, para os pontos emergentes, se destaca a “[...] ênfase ao utilitarismo e ao individualismo emergencial para atender uma demanda transitória do mercado de trabalho” (Homem, 2022, p. 7), reforçando um “[...] discurso falacioso claramente alinhado às reformas neoliberais na educação de que a possibilidade de os jovens terem uma educação de qualidade no seu processo formativo” (Fávero; Centenaro; Santos, 2023, p. 1).

4.2.2.7 Políticas públicas

Para este nó, foi realizada a busca pela palavra públicas, visto que a outra palavra que compõem o nó – políticas – se torna redundante por estar contemplado em Fonte/Categoria: Políticas Educacionais.

Palavra: Públicas = 24 - 12 excluídos = 12.

Quadro 31 – Políticas públicas

FONTE: CURRÍCULO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
4	3 (Redes públicas; Escolas públicas; Educação Física)	1 (é de extrema importância o desenvolvimento de um currículo empreendedor no Novo Ensino Médio, que oportunize a formação por competências, promovendo mobilidade social e a inclusão permanente no mundo social e laboral).	—	1	0,08%	0,03%
FONTE: DESIGUALDADE						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
2	1 (Escolas públicas)	—	1 (um trabalho pedagógico que formam uma ideologia individualista e meritocrática)	1	0,08%	0,03%
FONTE: DOCENTES						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	1 (Escolas públicas)	—	—	zero	zero	zero
FONTE: GESTÃO DEMOCRÁTICA						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27

1	–	–	1 (a oferta de uma educação fragmentada e uma prática de gestão que impede a partilha de poder e a apropriação da escola pela sociedade civil)	1	0,08%	0,03%
FONTE: IMPLEMENTAÇÃO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
5	4 (Escolas públicas)	1 (É fundamental que políticas públicas garantam uma escola de qualidade com foco na aprendizagem)	–	1	0,08%	0,03%
FONTE: POLÍTICAS EDUCACIONAIS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
11	3 (Escolas públicas; Audiências públicas)	–	8 (concepções teóricas e políticas dos aparelhos privados de hegemonia (APH) como organizadores e implementadores das novas políticas educacionais; mecanismos de hegemonização de seus interesses nas esferas do Estado Integral, sociedade civil e política, principalmente, através da estreita relação dos intelectuais que integram a CNI com as instâncias do aparelho estatal brasileiro; ensino médio de 2017 desconsiderou dados de pesquisas educacionais e discussões ocorridas por profissionais da educação; incompatível com uma esfera educacional cujos condicionantes e determinantes vão ao encontro de uma ou mais dimensões do processo de empresariamento da educação de novo tipo, condicionado pela lógica do capitalismo dependente; materializada nas parcerias público-privada; recursos financeiros foram alocados inexplicadamente em valores superiores às metas e não chegaram à escola; as orientações dos organismos internacionais direcionam as reformas educacionais aos interesses econômicos do sistema capital; podemos perceber as contradições que inserem as políticas públicas de educação na sociedade capitalista como um todo)	8	0,66%	0,29%

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 24 – Políticas públicas



Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 24, Nó Políticas Públicas, apresenta-se quando vinculado às fontes Currículo, Desigualdade, Docentes, Gestão democrática, Implementação e Políticas Públicas. O destaque se apresenta em Políticas Públicas para o nó e Total, com 0,68% e 0,29%, respectivamente. Para os elementos consolidados, “[...] é de extrema importância o desenvolvimento de um currículo empreendedor no Novo Ensino Médio, que oportunize a formação por competências, promovendo mobilidade social e a inclusão permanente no mundo social e laboral” (Soares, 2022, p. 7). Além disso, “É fundamental que políticas públicas garantam uma escola de qualidade com foco na aprendizagem” (Homem, 2022, p. 7). Para as fontes emergentes, há um consenso, de acordo com Mello (2020, p. 1), que foi alcançado através de que “[...] mecanismos de hegemonização de seus interesses nas esferas do Estado Integral, sociedade civil e política, principalmente, através da estreita relação dos intelectuais que integram a CNI com as instâncias do aparelho estatal brasileiro”, sendo que “[...] recursos financeiros foram alocados inexplicadamente em valores superiores às metas e não chegaram à escola” (Sperandio, 2019, p. 1).

4.2.2.8 Protagonismo juvenil

Para este nó foi realizada a busca pela palavra protagonismo, visto que a outra palavra que compõem o nó – juvenil –, nos remete ao público discente, que se enquadra em um novo NÓ, bem como em outra Fonte.

Palavra: Protagonismo = 12 - 1 excluído = onze.

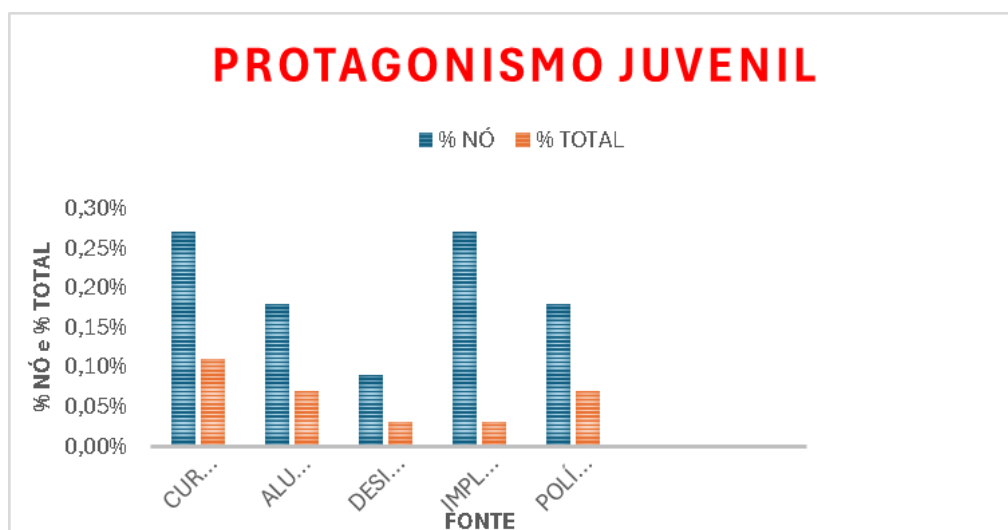
Quadro 32 – Protagonismo juvenil

FONTE: CURRÍCULO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
3	–	3 (práticas democráticas; construção e realização de sonhos; Educação Física)	–	3	0,27%	0,11%
FONTE: ALUNOS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
2	–	1 (formação para uma cultura empreendedora)	1 (pseudoprotagonismo)	2	0,18%	0,07%
FONTE: DESIGUALDADE						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	–		1 (incertezas; exclusão)	1	0,09%	0,03%
FONTE: IMPLEMENTAÇÃO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
4	1 (Protagonismo político)	1 (alavancar o protagonismo e o empreendedorismo)	2 (artes e esportes não foram contemplados; movimentos de recontextualização)	3	0,27 %	0,03%
FONTE: POLÍTICAS EDUCACIONAIS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27

2	–	–	2 (fragilidade por não envolver todos os atores; busca pelo trabalho produtivo)	2	0,18 %	0,07%
---	---	---	---	---	-----------	-------

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 25 – Protagonismo juvenil



Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 25, Nó Protagonismo, apresenta-se quando vinculado às fontes Currículo, Alunos, Desigualdade, Implementação e em Políticas Educacionais, porém com percentuais abaixo de 0,27%. Ou seja, são percentuais insignificantes, o que “[...] acaba por fragilizar quaisquer propostas de implementação” (Fiorese; Forneck, 2023, p. 1) e um “[...] pseudo protagonismo” (Tonieto; Bellenzier; Bukowski, 2023, p. 1).

4.2.2.9 Neoliberalismo

Palavra: Neoliberalismo = onze.

Quadro 33 – Neoliberalismo

FONTE: CURRÍCULO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
3	–	–	3 (desconsideram as subjetividades das escolas; “trabalho” como elemento central; racionalidade incide na constituição dos sujeitos)	3	0,27%	0,11%
FONTE: IMPLEMENTAÇÃO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
3	–	–	3 (teorias críticas; aliena a formação integrada; movimentos conservadores e empresarial)	3	0,27%	0,11%
FONTE: POLÍTICAS EDUCACIONAIS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
5	–	–	5 (neoliberalismo e o capitalismo x a formação humanista; neoliberalismo por meio de reformas; treinamento de competências; burguesia adepta da flexibilização para capturar a subjetividade; empresariamento da educação; capitalismo dependente; instabilidade do mundo do trabalho.	5	0,45%	0,18%

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 26 – Neoliberalismo



O Gráfico 26, Nó Neoliberalismo, apresenta-se quando vinculado às fontes Currículo, Implementação e Políticas Educacionais, este último com 0,45%, ou seja, atingindo quase a metade das produções no que se refere a pontos emergentes “[...] que atuam no/como exercício do neoliberalismo educacional, por meio de reformas, inovações e de transformações do ensino médio brasileiro” (Marques, 2020, p. 4). Para os consolidados, o Neoliberalismo, é inexistente.

4.2.2.10 Empreendedorismo

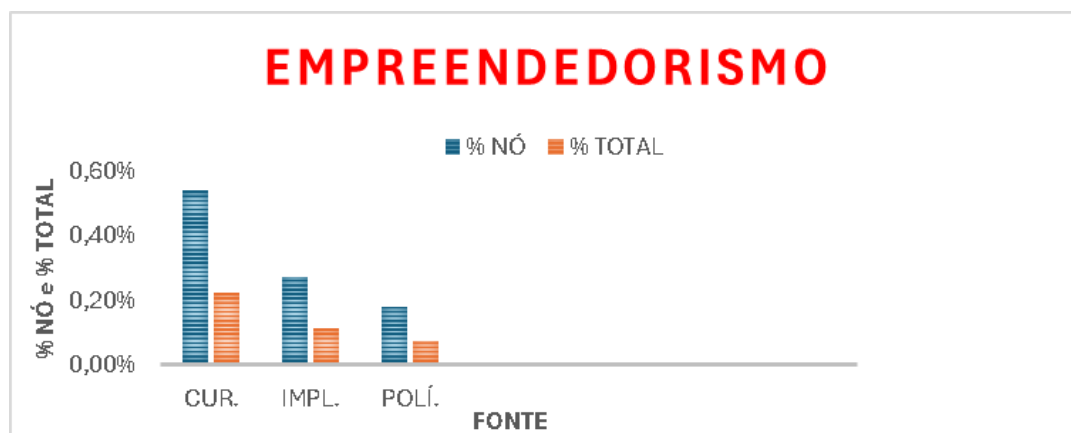
Palavra: Empreendedorismo = onze.

Quadro 34 – Empreendedorismo

FONTE: CURRÍCULO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
6	–	1 (diferentes percepções sobre empreendedorismo informal, cooperado, social e do próprio negócio)	5 (atreladas à BNCC; desenvolvimento de subjetividade neoliberal; novo ethos educacional voltado para atender a lógica do desemprego, da precarização, da robotização e uberização do trabalho; relação entre Projeto de vida e o conceito de empreendedorismo; técnicas de gestão em si, que movimentam o sujeito para a busca de um lugar no mercado; profundamente dualista e aprisionado aos interesses neoliberais)	6	0,54%	0,22%
FONTE: IMPLEMENTAÇÃO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
3	–	2 (busca alavancar o protagonismo e o empreendedorismo na vida dos jovens; recontextualização das proposições presentes nos documentos normativos).	1 (caráter de formação técnica e o viés de empreendedorismo, o esvaziamento curricular e a tendência de privatização; as reformulações foram propostas e estabelecidas sem a efetiva participação dos profissionais da educação).	3	0,27%	0,11%
FONTE: POLÍTICAS EDUCACIONAIS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
2	–	–	2 (configura a inserção produtiva cada vez menos crítica e principalmente para a contenção da luta de classes; o discurso da flexibilização enfatiza o empreendedorismo como elemento chave para atender os requerimentos econômicos; forte tendência à privatização).	2	0,18 %	0,07%

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 27 – Empreendedorismo



Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 27, Nó Empreendedorismo, apresenta-se quando vinculado às fontes Currículo, Implementação e Políticas Educacionais, principalmente em Currículo, com 0,54%, em pontos emergentes, por estar “[...] atrelados à BNCC” (Almeida; Bezerra; Lins, 2023, p. 1) e “[...] profundamente dualista e aprisionado aos interesses neoliberais” (Centenaro, 2023, p. 8).

4.2.2.11 Formação integral

Palavra: Integral = 19 - 8 excluídos = onze.

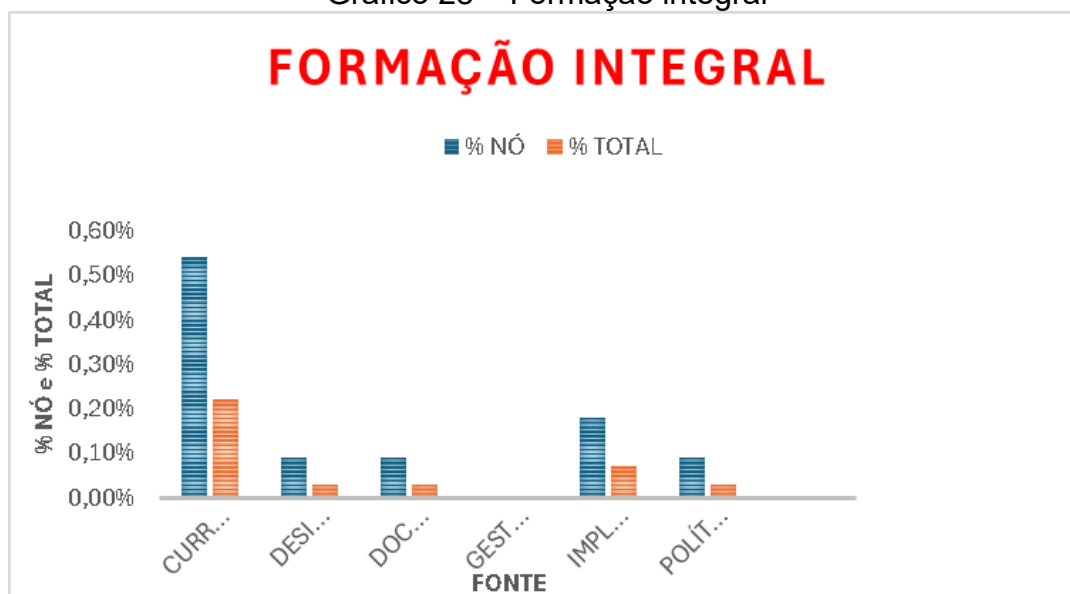
Quadro 35 – Formação integral

FONTE: CURRÍCULO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
7	1 (tempo integral)	2 (educação equânime, sob uma perspectiva holística que preze a formação integral do estudante; protagonismo, a educação integral e as práticas democráticas).	4 (reformas alteram as possibilidades de educação integral e omnilateral; ao relativizar as artes e as humanidades fragiliza o processo pedagógica utilitarista; formação mais técnica e menos propedêutica, homem massa; justiça social, negação da Educação Física).	6	0,54%	0,22%
FONTE: DESIGUALDADE						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
–	–	1 (existência de uma dualidade, prevalecendo desigualdades nos princípios formativos).	1	0,09 %	0,03%	
FONTE: DOCENTES						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
–	–	1 (existência de uma dualidade, prevalecendo desigualdades nos princípios formativos).	1	0,09 %	0,03%	
FONTE: GESTÃO DEMOCRÁTICA						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	1 (Estado)	–	–	zero	zero	zero

FONTE: IMPLEMENTAÇÃO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
3	1 (tempo)	–	2 (foco na aprendizagem e não a partir de um viés mercadológico; posição de resistência às mudanças).	2	0,18%	0,07%
FONTE: POLÍTICAS EDUCACIONAIS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
4	3 (Estado; tempo)	–	1 (se articula às mudanças no mundo do trabalho e corrobora para a formação restrita, aligeirada e desprovida de compromisso com a formação integral).	1	0,09%	0,03%

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 28 – Formação integral



Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 28, Nó Formação Integral, apresenta-se quando vinculado às fontes Currículo, Desigualdade, Docentes, Gestão democrática e Implementação. Cabe ao Currículo o maior percentual, com 0,54% e 0,22%, para o nó e Total, consecutivamente. Para os elementos emergentes, percebe-se a busca por uma “[...] educação equânime, sob a perspectiva holística que preze a formação integral do estudante” (Hilário; Ziilani, 2023, p. 1), bem como “Quanto ao currículo e às juventudes, quatro eixos se destacam: os conhecimentos relevantes; o protagonismo; a educação integral e as práticas democráticas (Sachinski; Kowalski; Torres, 2023, p 1). No que se refere aos pontos emergentes, “Tais reformas alteram as possibilidades de educação integral e omnilateral” (Costa; Caetano, 2021, p. 1). Ou seja, o “Novo Ensino Médio tem como compromisso uma formação mais técnica e menos propedêutica” (Silva; Boutin, 2018, p. 1).

4.2.2.12 Capitalismo

Palavra: Capitalismo = onze.

Quadro 36 – Capitalismo

FONTE: CURRÍCULO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	-	–	1 (ressignificação do capitalismo: fundações filantrópicas, grupos empresariais)	1	0,09%	0,03%
FONTE: BNCC						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	–	–	1 (contrarreforma alavancada pela burguesia; aprofundamento da dependência exacerbadamente contraditória, antidemocrática e retrógrada)	1	0,09%	0,03%
FONTE: DESIGUALDADE						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	–	–	1 (acumulação do capital na periferia do capitalismo)	1	0,09%	0,03%
FONTE: DOCENTES						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	–	–	1 (tem como principais determinantes os interesses advindos da reorganização produtiva do capitalismo mundial)	1	0,09%	0,03%

FONTE: IMPLEMENTAÇÃO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	–	1 (mudanças na formação do trabalhador, exigindo dele um novo perfil)	–	1	0,09%	0,03%
FONTE: POLÍTICAS EDUCACIONAIS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
6	–	1 (aumento da carga horária; ofertas de novos componentes curriculares; inserção de profissionais de notório saber)	5 (capitalismo dependente; neoliberalismo e o capitalismo versus a formação humanista; crise da hegemonia seguida pela consolidação de um novo período de crise orgânica do capitalismo brasileiro; conceito de empresariamento da educação; privatização da educação, materializada nas parcerias público-privada; captura integral da subjetividade da classe trabalhadora, orquestrada pelo rebaixamento do valor da força de trabalho com a subtração dos direitos trabalhistas e sociais; ampliação da acumulação de capital além de consolidação da dominação social).	6	0,54%	0,22%

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 29 – Capitalismo



Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 29, Nó Capitalismos, apresenta-se quando vinculado às fontes Currículo, BNCC, Desigualdade, Docentes, Implementação e Políticas educacionais. Cabe às Políticas educacionais o maior percentual, com 0,54% e 0,22%, para o nó e Total, respectivamente. Para os elementos consolidados, as reflexões se articulam no “[...] aumento da carga horária; ofertas de novos componentes curriculares; inserção de profissionais de notório saber” (Fiorese; Forneck, 2023, p. 1). Para os pontos emergentes, a reforma alavancou a abertura da “[...] crise da hegemonia seguida pela consolidação de um novo período de crise orgânica do capitalismo brasileiro” (Andrade, 2020, p. 1) e a “[...] ampliação da acumulação de capital além de consolidação da dominação social” (Souza, 2021, p. 1).

4.2.2.13 Gestor/Gestão educacional

Palavra: Gestor = zero resultados; Gestão = 9 - 8 excluídos = 1.

Quadro 37 – Gestão educacional

FONTE: CURRÍCULO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
4	4 (Estadual; Educação Física; Empreendedor; Gestão de si; Pessoal).	–	–	zero	zero	zero
FONTE: DESIGUALDADE						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	1 (Governo)	–	–	zero	zero	zero
FONTE: IMPLEMENTAÇÃO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	1 (Presidência)	–	–	zero	zero	zero
FONTE: POLÍTICAS EDUCACIONAIS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
3	2 (Privada; Programas de Pós- Graduação)	–	1 (imposição de modelos digitais de educação se mostraram como principais fatores de regulação sobre a autonomia da escola e sobre o trabalho docente).	1	1%	0,03%

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 30 – Gestão educacional



Fonte: Elaborado pela autora.

No Gráfico 30, o Nó Gestão educacional não foi relevante, retornando somente um estudo. Portanto, não existe preocupação dos pesquisadores quanto à apropriação dos gestores em relação ao NEM, dado que pode ser aprofundado em outros estudos.

4.2.2.14 Docente

Palavra: Docente = 10 - 2 excluídos = 8.

Quadro 38 – Docente

FONTE: CURRÍCULO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
4	1 (Material didático)	–	3 (ausência de participação e a produção de uma base curricular ; carência de material pedagógico e à falta de formação continuada ; precarização do trabalho docente)	3	0,37%	0,11%
FONTE: DOCENTES						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
3	1 (Filosofia)	–	2 (investir na autonomia profissional, no prestígio, no respeito e na confiança no trabalho docente; falhas significativas no tratamento dos assuntos que envolvem as juventudes e Projeto de Vida)	2	0,25%	0,07%
FONTE: IMPLEMENTAÇÃO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
2	—	–	2 (docentes acabam sobrecarregados; sentem- se desvalorizados)	2	0,25%	0,07%
FONTE: POLÍTICAS EDUCACIONAIS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	–	–	1 (regulação sobre a autonomia da escola e sobre o trabalho docente)	1	0,12%	0,03%

Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 31, Nó Docente, será apresentado após o Quadro 39, referente ao Nó Professor, visto que são sinônimos. Salienta-se que a posição, na ordem decrescente, professor estaria em 19º.

4.2.2.15 Professor

Palavra: Professor = 10 - 4 excluídos = 6.

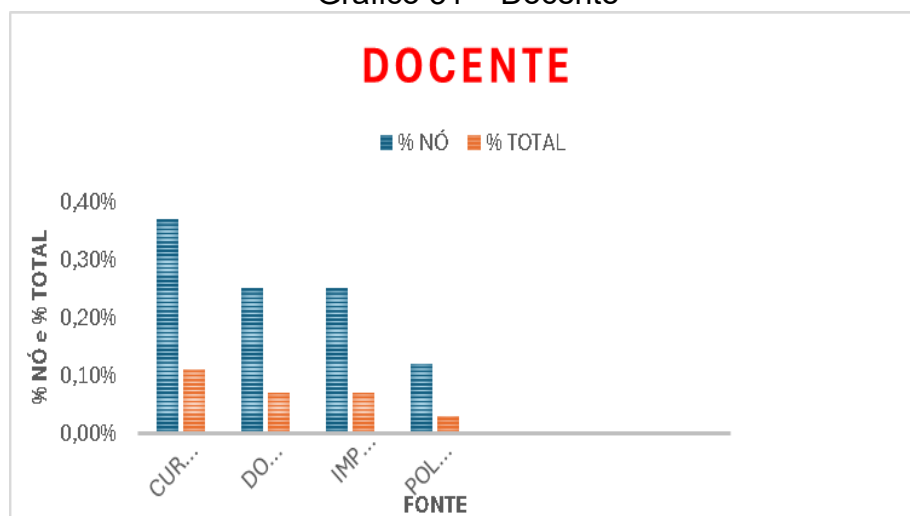
Quadro 39 – Professor

FONTE: CURRÍCULO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
3	2 (Pensamento computacional; Ontologia)	1 (define o professor como sujeito adaptável e padronizado, unilateralmente alinhado ao currículo por habilidades e competências.	–	1	0,16%	0,03%
FONTE: DOCENTES						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
4	2 (Literatura; Metodologias Ativas)	–	2 (devem ser ouvidos e envolvidos nos processos de reforma; reduzido à figura de acompanhante do processo de formação dos estudantes)	2	0,33%	0,07%
FONTE: IMPLEMENTAÇÃO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27

3	–	–	3 (3 (prática docente, em meio a “competição” entre os novos componentes curriculares e os componentes “tradicionais” da FGB; não observação do perfil do professor para trabalhar com os novos componentes curriculares da parte diversificada da matriz curricular; assume o papel de mediador do conhecimento)	3	0,5%	0,11%
---	---	---	---	---	------	-------

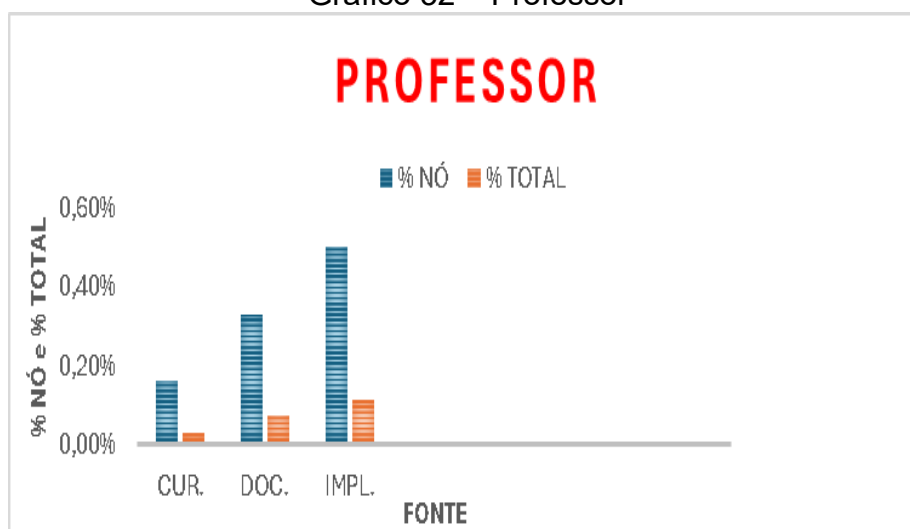
Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 31 – Docente



Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 32 – Professor



Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 31, Nó Docentes, apresenta-se vinculado às fontes Currículo, Docentes, Implementação e Políticas Públicas. No gráfico do nó Professor (Gráfico 32), segue-se a mesma linha, com exceção das Políticas Públicas. O destaque para os Docentes foi para o Currículo, sem nenhum elemento consolidado, mas com ponto emergente para os docentes e o cuidado para com “[...] uma política marcada por ausência de participação e a produção de uma base curricular” (Silva; Barbosa; Körbes, 2022, p. 1). Para o nó Professor, o maior percentual cabe a Implementação, com 0,5% e 0,11%, para o nó e Total, consecutivamente. Para os elementos consolidados, não houve resultados. No que diz respeito aos pontos emergentes, para a implementação não houve preocupação na “[...] não observação do perfil do professor para trabalhar com os novos componentes curriculares da parte diversificada da matriz curricular” (Much, 2021, p. 9).

4.2.2.16 BNCC

Palavra: BNCC = 28 - 20 excluídos = 8.

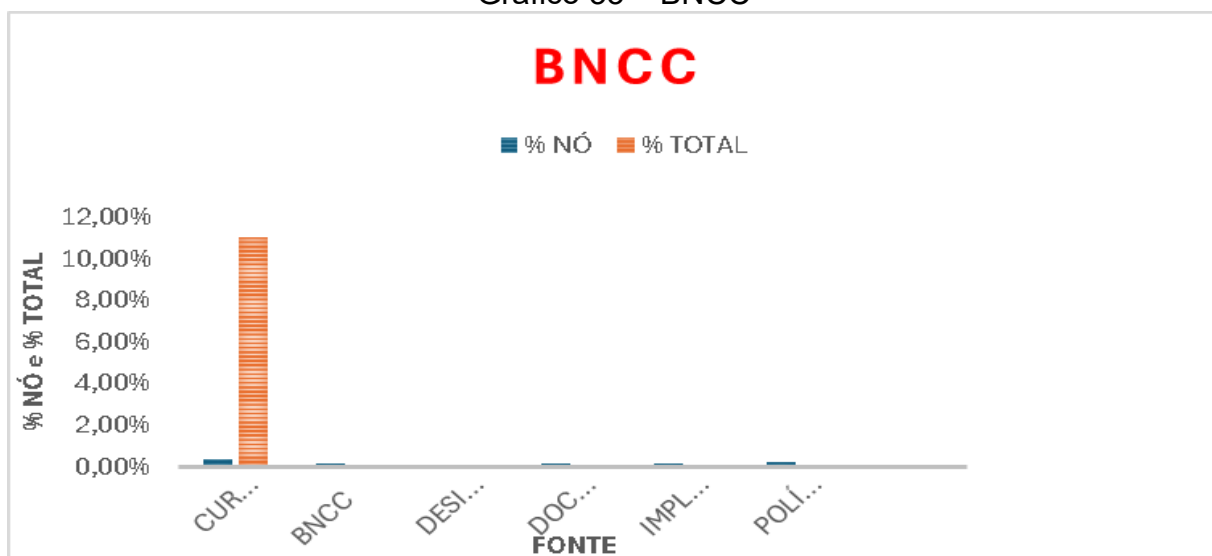
Quadro 40 – BNCC

FONTE: CURRÍCULO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
16	13 (Documento em si; História, Filosofia, Matemática, Pensamento computacional, Educação Física na BNCC; Pedagogia das competências)	1 (currículo empreendedor, uma alternativa viável para a formação de jovens que tenham competências e habilidades para ter sucesso em sua vida pessoal- profissional)	2 (desenvolvimento de subjetividade neoliberal a partir de movimentos formativos de jovens empreendedor; sem qualquer construção democrática).	3	0,37%	0,11
FONTE: BNCC						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
2	1 (Filosofia na BNCC)	–	1 (diversas reformas e medidas de contrarreforma alavancadas pela burguesia brasileira).	1	0,12%	0,03%
FONTE: DESIGUALDADE						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	1 (Etnomatemática)	–	–	zero	zero	zero
FONTE: DOCENTES						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27

3	2 (Formação dos professores; metodologia ativas)	–	1 (construção de currículos, resistem, ressignificam e transgridem as reformas curriculares unificadas, que, sob diversos discursos postos como “verdadeiros”, insistem em apontar falhas no currículo e nos conteúdos como problemas principais dos altos números de evasão e reprovação escolar.	1	0,12%	0,03%
FONTE: IMPLEMENTAÇÃO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
2	1 (Desafios da implementação)	–	1 (mantém a lógica da dualidade que o caracteriza e cria outros problemas).	1	0,12%	0,03%
FONTE: POLÍTICAS EDUCACIONAIS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
4	2 (Documento em si)	–	2 (estas representam mais retrocessos para a educação da classe trabalhadora, e reforçam a dualidade estrutural já existente, além de provocar o empobrecimento de conteúdo desta etapa do ensino; processo de empresariamento da educação de novo tipo, condicionado pela lógica do capitalismo dependente).	2	0,24%	0,07%

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 33 – BNCC



Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 33, Nó BNCC, apresenta-se vinculado às fontes Currículo, BNCC, Desigualdade, Docentes, Implementação e Políticas públicas. O nó e o Total destacam-se, respectivamente, em Currículo (0,37% e 0,11%) e Políticas educacionais (0,24% e 0,07%). Quanto aos elementos consolidados, o currículo empreendedor, visto pela BNCC, é “[...] uma alternativa viável para a formação de jovens que tenham competências e habilidades para ter sucesso em sua vida pessoal- profissional” (Soares, 2022, p. 7). Para os pontos emergentes, a BNCC reforça “[...] a dualidade estrutural já existente, além de provocar o empobrecimento de conteúdo desta etapa do ensino” (Martins; Santos, 2021, p. 1).

4.2.2.17 Alunos

Palavra: Alunos = 20 - 13 excluídos = 7.

Quadro 41 – Alunos

FONTE: CURRÍCULO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
5	2 (Filosofia; Geografia)	3 (aluno ingressar no mundo do trabalho; gerou discentes autônomos e seduzidos pelas práticas que desejam realizar; novo modelo permitirá ao aluno escolher a área do conhecimento para se aprofundar nos estudos)	–	3	0,42%	0,11%
FONTE: ALUNOS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
4	1 (Coleta de dados)	1 (a escuta dos alunos, como instrumento de participação no processo, permite reconhecer os meandros que assentam processo ensino-aprendizagem)	2 (a insatisfação a respeito da metodologia das aulas no NEM, a aspiração de realizarem cursos e conseguirem um emprego; formas de vida escolares sustentadas pelos princípios da concorrência, aperfeiçoamento e autopromoção).	3	0,42%	0,11%
FONTE: DESIGUALDADE						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	1 (EAD)	–	–	1	0,14%	0,03%
FONTE: DOCENTES						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27

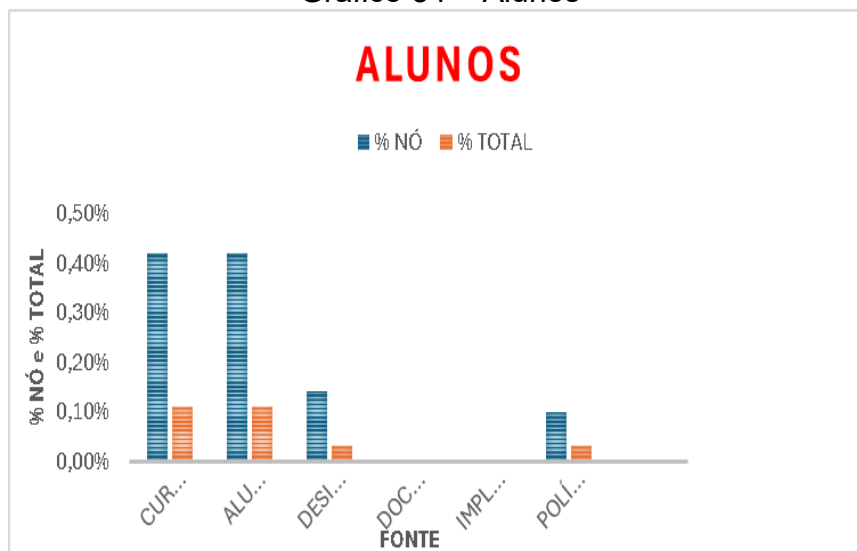
2	2 (Aluno por ser aluno; Aluno Matemática)	–	–	zero	zero	zero
FONTE: IMPLEMENTAÇÃO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
4	4 (Aluno por ser aluno; Quantidade de alunos; Aluno sendo Pesquisado)	–	–	zero	zero	zero
FONTE: POLÍTICAS EDUCACIONAIS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
4	3 (Aluno sendo pesquisado)	–	1 (operam um processo repolitizado de moralização, ajustando as intenções, sonhos e projeções futuras dos jovens da classe trabalhadora aos ditames das relações de trabalho flexíveis e precarizadas).	1	0,1%	0,03%

Fonte: elaborado pela autora.

Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	1 (ELA; Estudantes noturnos)	–	–	zero	zero	zero
FONTE: POLÍTICAS EDUCACIONAIS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	–	–	1 (falácia do discurso da escolha dos jovens; o “novo” Ensino Médio não apresenta novidades capazes de transformar ou solucionar os problemas historicamente acumulados).	1	0,16%	0,03%

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 34 – Alunos



Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 35 – Juventudes



Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 34, Nó Alunos, apresenta-se vinculado às fontes Currículo, Alunos, Desigualdade, Docentes, Implementação, Políticas educacionais. Para o gráfico nó Juventudes (Gráfico 35), se apresentam as mesmas fontes, com exceção da Desigualdade e Implementação. No nó Aluno, o maior percentual cabe ao Currículo e Alunos, com 0,4% e 0,11%, para o nó e Total, respectivamente. Para os elementos consolidados, o “[...] novo modelo permitirá ao aluno escolher a área do conhecimento para se aprofundar nos estudos” (Souza, 2021, p. 1). Porém, para os pontos emergentes, há preocupação com “[...] formas de vida escolares sustentadas

pelos princípios da concorrência, aperfeiçoamento e autopromoção” (Weinheimer; Wanderer, 2021, p. 1).

Para o nó Juventudes, o destaque foi para o Currículo, com 0,5% para o nó e Alunos. Para tanto, nos pontos emergentes, são sinalizados para “[...] um novo ethos educacional voltado para atender a lógica do desemprego, da precarização, da robotização e uberização do trabalho” (Costa; Caetano, 2021, p. 1) e para o “[...] pseudoprotagonismo juvenil, por meio de escolhas administradas e direcionadas dos itinerários formativos, as quais não têm contemplado a multiplicidade de interesses dos estudantes desapontando-os” (Tonieto; Bellenzier; Bukowski, 2023, p. 1).

4.2.2.19 Competências socioemocionais

Para este nó foi realizada a busca pela palavra Competências, visto que a outra palavra que compõe o nó – Socioemocionais – nos leva para estudos ligados a questões emocionais, as quais não estão contempladas nesta pesquisa.

Palavra: COMPETÊNCIAS = 20 - 13 excluídos = sete.

Quadro 43 – Competências socioemocionais

FONTE: CURRÍCULO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
7	6 (Formação Técnica e profissional; Competências da Matemática, da História, da Filosofia, da Pedagogia e do Currículo)	1 (currículo empreendedor no Novo Ensino Médio, que oportunize a formação por competências, promovendo mobilidade social e a inclusão permanente no mundo social e laboral).	–	1	0,14%	0,03%
FONTE: ALUNOS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	–	1 (Relatório Jacques Delors, que enuncia os quatro pilares de uma “Educação para o século XXI”, a saber, aprender a ser, aprender a fazer, aprender a aprender e aprender a conviver. Com esse protagonismo o jovem formaria sua autonomia a partir de uma experiência mais voltada às suas próprias competências e habilidades).	–	1	0,14%	0,03%
FONTE: BNCC						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	1 (Competências da Matemática)	–	–	zero	zero	zero

FONTE: DESIGUALDADE						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	–	–	1 (ideologia individualista e meritocrática, capaz de fazer com que os estudantes aprendam a ser flexíveis e adaptáveis e/ou se culpabilizam pelo desemprego ou trabalho precário, tão comuns no contexto atual)	1	0,14%	0,03%
FONTE: DOCENTES						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
2	2 (Competências do docente)	–	–	zero	zero	zero
FONTE: IMPLEMENTAÇÃO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
3	2 (Pedagogia das competências; Técnico e profissional)	–	1 (apontaram alinhamento a uma concepção de educação defendida pelo campo econômico)	1	0,14%	0,03%
FONTE: POLÍTICAS EDUCACIONAIS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
5	2 (Pedagogia das competências)	–	3 (operam um processo repolitizado de moralização, ajustando as intenções, sonhos e projeções futuras dos jovens da classe trabalhadora aos ditames das relações de trabalho flexíveis e precarizadas; estas representam mais retrocessos para a educação	3	0,42%	0,03%

			da classe trabalhadora, e reforçam a dualidade estrutural já existente, além de provocar o empobrecimento de conteúdo desta etapa do ensino; destituída de sentido crítico e voltada para a aplicabilidade de conteúdos orientados por uma lista de competências e habilidades).			
--	--	--	--	--	--	--

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 36 – Competências socioemocionais



Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 36, Nó Competências Socioemocionais, apresenta-se vinculado às fontes Currículo, Alunos, BNCC, Desigualdade, Docentes, Implementação e Políticas públicas. Há destaque em Políticas públicas, com 0,42% para o nó. Para as políticas públicas não há elementos consolidados. Porém, em relação aos pontos emergentes, além de focar na necessidade do desenvolvimento de competências, “[...] estas representam mais retrocessos para a educação da classe trabalhadora, e reforçam a dualidade estrutural já existente, além de provocar o empobrecimento de conteúdo desta etapa do ensino” (Martins; Santos, 2021, p. 1).

4.2.2.20 Hegemonia

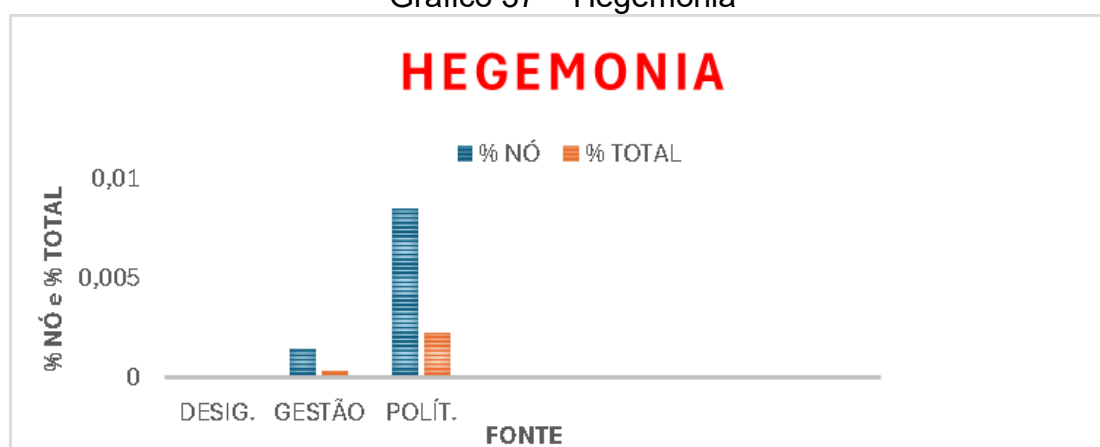
Palavra: Hegemonia = 9 - 2 excluídos = 7.

Quadro 44 – Hegemonia

FONTE: DESIGUALDADE						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	1 (literatura não abordado - Antonio Gramsci)	–	–	zer o	zero	zero
FONTE: GESTÃO DEMOCRÁTICA						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	–	–	1 (A hegemonia gerencial, bem como a precarização das condições de trabalho dos docentes, a falta de investimentos públicos).	1	0,14 %	0,03%
FONTE: POLÍTICAS EDUCACIONAIS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
7	1 (literatura não abordado - Antonio Gramsci)	–	6 (as escolas constituem-se em órgãos (re) produtivos na medida em que ajudam a selecionar e certificar a força de trabalho; atuação da fração burguesa industrial na elaboração das referidas políticas; abertura de uma crise de hegemonia, seguida pela consolidação de um novo período de crise orgânica do capitalismo brasileiro; primazia do “econômico corporativo”; uma escola sendo produzida a partir de disputas de hegemonia pelos sentidos).	6	0,85 %	0,22%

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 37 – Hegemonia



Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 37, Nó Hegemonia, apresenta-se vinculado às fontes Desigualdade, Gestão democrática e Políticas educacionais. Cabe às Políticas educacionais o maior percentual, com 0,85% e 0,22%, para o nó e Total, respectivamente. Para os elementos consolidados, não houve resultados. Porém, para os pontos emergentes, a contemporaneidade está “Educando para a pedagogia da hegemonia do neoliberalismo educacional, as escolas constituem-se em órgãos (re)produtivos na medida em que ajudam a selecionar e certificar a força de trabalho” (Marques, 2020, p. 4), o que intenciona analisar a “[...] atuação da fração burguesa industrial na elaboração das referidas políticas” (Mello, 2020, p. 8).

4.2.2.21 Autonomia

Palavra: Autonomia = 5.

Quadro 45 – Autonomia

FONTE: CURRÍCULO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
2	–	1 (é de extrema importância o desenvolvimento de um currículo empreendedor no Novo Ensino Médio, que oportunize a formação por competências, promovendo mobilidade social e a inclusão permanente no mundo social e laboral.)	1 (transmuta o ideal humanista da escola emancipadora em ideal de serviço de educação)	2	0,4%	0,07%
FONTE: ALUNOS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	–	1 (Com esse protagonismo o jovem formaria sua autonomia a partir de uma experiência mais voltada às suas próprias competências e habilidades)	–	1	0,2%	0,03%
FONTE: DOCENTES						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	–	–	1 (autonomia docente e as dificuldades dos planejamentos didáticos pedagógicos; autonomia docente nas dificuldades das programações escolares; autonomia docente na dificuldade de elaboração e compreensão dos componentes dos Itinerários Formativos).	1	0,2%	0,03%

FONTE: POLÍTICAS EDUCACIONAIS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	–	–	1 (as avaliações diagnósticas promovidas pelo estado e a rápida imposição de modelos digitais de educação se mostraram como principais fatores de regulação sobre a autonomia da escola e sobre o trabalho docente).	1	0,2%	0,03%

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 38 – Autonomia



Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 38, Nó Autonomia, apresenta-se vinculado às fontes Currículo, Aluno, Docentes e Políticas públicas. Se destaca em Currículo (0,40% e 0,07%), para nó e Total, respectivamente. Para os elementos consolidados, de acordo com Soares (2022, p. 7), “[...] é de extrema importância o desenvolvimento de um currículo empreendedor no Novo Ensino Médio, que oportunize a formação por competências, promovendo mobilidade social e a inclusão permanente no mundo social e laboral”.

Para os pontos emergentes, a Reforma, em relação a autonomia das escolas, “[...] transmuta o ideal humanista da escola emancipadora em ideal de serviço de educação” (Silva, 2023, p. 1).

4.2.2.22 Itinerários formativos

Para este nó foi realizada a busca pela palavra Itinerários, nomenclatura utilizada pela Lei nº 13.415 (Brasil, 2017), visto que a outra palavra que compõe o nó – Formativos – corresponde ao processo de formação do estudante na sua trajetória estudantil.

Palavra: Itinerários = 6 - 2 excluídos = 4.

Quadro 46 – Itinerários formativos

FONTE: CURRÍCULO						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
2	1 (STEAM)	1 (é de extrema importância o desenvolvimento de um currículo empreendedor, oportunize a formação por competências, promovendo mobilidade social e a inclusão permanente no mundo social e laboral)	–	1	0,25%	0,03%
FONTE: ALUNOS						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
2	–	1 (indefinição pela escolha do Itinerário Formativo)	1(os estudantes necessitam de uma formação crítica e emancipatória, que deve ser contemplada nas demais áreas do conhecimento)	2	0,5%	0,07%
FONTE: BNCC						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	–	–	1 (o documento normatizador abre precedentes para ampliar a desigualdade educacional entre as distintas classes sociais)	1	0,25%	0,03%
FONTE: DOCENTES						
Nº	Excluído	Elementos consolidados/principais	Pontos emergentes/secundários	Total	%Ref./61	%Total/27
1	1 (Metodologias Ativas)	—	–	zero	zero	zero

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 39 – Itinerários formativos



Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 39, Nó Itinerários Formativos, apresenta-se vinculado às FONTES Currículo, Alunos, BNCC, Docentes, com o destaque para Alunos, com 0,50%, Currículo e BNCC, com 0,25%, para NÓ. Para elemento consolidado, “[...] é de extrema importância o desenvolvimento de um currículo empreendedor no Novo Ensino Médio, que oportunize a formação por competências, promovendo mobilidade social e a inclusão permanente no mundo social e laboral” (Soares, 2022, p. 7).

Para as pontes emergentes, por sua vez, “[...] os estudantes necessitam de uma formação crítica e emancipatória, que deve ser contemplada nas demais áreas do conhecimento” (Krelling, 2022, p.8), visto que “[...] o documento normatizador abre precedentes para ampliar a desigualdade educacional entre as distintas classes sociais” (Vargas; Vicente Dantas, 2022, p. 1).

4.2.2.23 Demais nós

Os nós Desigualdade, Poder dos currículos, Evasão, PNLD e Exclusão estão agrupados devido à pouca ou nenhuma produção. No caso do nó Desigualdade, apresenta-se quando vinculado às fontes BNCC e Desigualdade, porém, com percentuais abaixo de 0,25%. Ou seja, um índice que pode ser considerado insignificante e “[...] abre precedentes para ampliar a desigualdade educacional” (Vargas; Vicente; Dantas, 2022) e “[...] atendendo os interesses do capital” (Santos; Lélis; Vale, 2020).

Para o nó Poder dos Currículos, foi realizada a busca pela palavra poder, visto que a outra palavra que compõem o nó – currículo – se torna redundante por estar contemplado em Fonte/Categoria, sendo que se tornou obsoleto devido ao percentual atingido nas fontes, como Currículo, Docentes, Gestão democrática e Políticas educacionais, com índices baixos e iguais de 0,33% e 0,03%, para o nó e Total.

O nó Evasão apresenta dados insignificantes, com 2 pesquisas, assim como os Nós PNLD e Exclusão, com 1 produção. O nó Coordenação Pedagógica, no qual a busca foi pela palavra “Pedagógica”, já que “Coordenação” direciona para um determinado cargo, posição, liderança, que não, necessariamente, seja da área da educação. Para este nó não houve produções. Nisso reside, portanto, algo a ser pensado pelos futuros pesquisadores e estudiosos da área sobre a baixa produção para esses nós.

Na sequência apresentam-se os nós excluídos:

- a) Interdisciplinaridade: Palavra: Interdisciplinaridade = zero resultados no Nvivo;
- b) Descontinuidade: Palavra: Descontinuidade = zero resultados no Nvivo;
- c) Papel da Educação = excluído pela pesquisadora, por não responder à pergunta e nem ao tema central da pesquisa;
- d) Busca por Resultados = Excluído pela pesquisadora, visto que todas as pesquisas apresentam resultados, sem propósito a filtragem.

A seguir, o Quadro 47 apresenta os dados levantados a partir da palavra escolhida nos 27 nós. Na 1ª coluna estão os nós com o(s) maior(res) ou iguais índices percentuais dos nós e sua totalização (27) por fonte (demais colunas).

Quadro 47 – % nó e % nó TOTAL

Nós	Currículo	Alunos	Implementação	Políticas Educacionais	Docentes	Desigualdade	BNCC	Gestão Democrática
1. Reforma	nó = 0,24% TOT. = 0,55%	–	nó = 0,24% TOT. = 0,55%	nó = 0,32% TOT. = 0,74%	–	–	–	–
2. Implementação	–	–	nó = 0,37% TOT. = 0,62%	–	–	–	–	–
3. Currículo	nó = 0,51% TOT. = 0,77%	–	–	–	–	–	–	–
4. Preparação trabalho	nó = 0,30% TOT. = 0,25%	–	nó = 0,26% TOT. = 0,22%	nó = 0,30% TOT. = 0,25%	–	–	–	–
5. Projeto vida	nó = 0,63% TOT. = 0,51%	–	–	–	–	–	–	–
6. Flexibilização curricular	nó = 0,23% TOT. = 0,14%	–	nó = 0,29% TOT. = 0,18%	nó = 0,35% TOT. = 0,22%	–	–	–	–
7. Políticas públicas	–	–	–	nó = 0,66% TOT. = 0,29%	–	–	–	–
8. Protagonismo juvenil	nó = 0,27% TOT. = 0,11%	–	nó = 0,27% TOT. = –	–	–	–	–	–
9. Neoliberalismo	–	–	–	nó = 0,45% TOT. = 0,18%	–	–	–	–

10. Empreendedorismo	nó = 0,54% TOT. = 0,22%	—	—	—	—	—	—	—
11. Formação integral	nó = 0,54% TOT. = 0,22%	—	—	—	—	—	—	—
12. Capitalismo	—	—	—	nó = 0,54% TOT. = 0,22%	—	—	—	—
13. Gestão educacional	-	—	—	nó = 1% TOT. = 0,03%	—	—	—	—
14. Docentes	nó = 0,37% TOT. = 0,11%	—	—	—	—	—	—	—
15. BNCC	NÓ= 0,37% TOT. = 0,11%	—	—	nó = 0,25% TOT. = 0,07%	—	—	—	—
16. Alunos	nó = 0,42% TOT. = 0,11%	NÓ= 0,42% TOT. = 0,11%	—	—	—	—	—	—
17. Competências socioemocionais	—	—	—	nó = 0,42% TOT. = 0,11%	—	—	—	—
18. Hegemonia	—	—	—	nó = 0,85% TOT. = 0,22%	—	—	—	—
19. Professor	—	—	nó = — TOT. = 0,11%	—	nó = 0,33% TOT. = —	—	—	—
20. Juventudes	nó - — TOT. = 0,11%	nó = 0,33% TOT. = —	—	—	—	—	—	—

21. Autonomia	nó = 0,4% TOT. = 0,07%	–	–	–	–	–	–	–
22. Itinerários formativos	NÓ= 0,25% TOT. = –	nó =-- TOT. = 0,07%	–	–	–	–	nó = 0,25% TOT. = –	–
23. Desigualdade						nó = 0,25% TOT. = 0,03%	nó = 0,25% TOT. = 0,03%	
24. Poder dos currículos	nó = 0,33% TOT. = 0,03%	–	–	nó = 0,33% TOT. = 0,03%	nó = 0,33% TOT. = 0,03%	–	–	nó = 0,33% TOT. = 0,03%
25. Evasão	nó = 0,5% TOT. = 0,03%	–	–	–	nó = 0,5% TOT. = 0,03%	–	–	–
26. PNLD	nó = 1% TOT. = 0,03%	–	–	–	–	–	–	–
27. Exclusão	–	–	–	–	–	nó = 1% TOT. = 0,03%	–	–
Total	16 - 16	3	5 - 5	11 - 11	3	2	2	1

Fonte: elaborado pela autora.

4.2.2.24 Análise geral dos nós

Percebe-se, a partir do Quadro 47, que houve, na fonte Currículo, uma maior incidência de resultados, aparecendo em 16 NÓS, seguido da fonte Políticas Educacionais, com onze NÓS, e Implementação, com cinco nós.

Após levantamento quantitativo dos nós x fontes, foi possível observar que houve um maior destaque (em vermelho e negrito) para a Fonte Currículo, com maior incidência dos nós Projeto de Vida - 0,63%, seguido do Empreendedorismo e da Formação Integral - 0,54%, e Currículo - 0,51%. Na sequência, para a Fonte Políticas Educacionais, houve destaque para os nós Hegemonia, com 0,85%; Políticas Públicas, com 0,66%; Capitalismo, com 0,54%; Neoliberalismo, com 0,45% e Competências Socioemocionais, com 0,42%. Para a Fonte Implementação, houve destaque para o nó Implementação, com 0,37%; Flexibilização curricular, com 0,29%; Protagonismo Juvenil, com 0,27% e Preparação para o Trabalho, com 0,26%. As demais Fontes, como Alunos, Docentes, Desigualdade, BNCC e Gestão Democrática, não apresentaram resultados significantes.

No que se refere aos resultados quantitativos na sua totalidade (%Total/27), percebe-se que as fontes em destaque se repetem: Currículo, com 16 nós; Políticas Educacionais, com onze nós, e Implementação, com cinco nós.

Os resultados apontam para os maiores índices percentuais pertencentes à fonte Currículo, para os nós Currículo, com 77%; Reforma, com 0,55%, e; Projeto de Vida, com 0,51%. Para a Fonte Políticas Educacionais, os destaques são para os NÓS Reforma, com 0,74%; Políticas Públicas, com 0,29%, e; preparação para o Trabalho, com 25%. Para a fonte Implementação, destacam-se os NÓS Implementação, com 0,62%; Reforma, com 0,55%, e; Preparação para o Trabalho, com 0,22%.

Portanto, de posse dos resultados quanti-quali realizados a partir dos *softwares* Mendeley e NVivo e do diálogo com as palavras-chaves e trechos obtidos a partir dos resumos das 151 dissertações, teses e produções, a sequência desse trabalho aproxima o levantamento feito até agora com o referencial teórico que traz elementos encontrados nos documentos legais utilizados nesta pesquisa, apresentados no Capítulo 2 desta dissertação.

5 DISCUSSÃO

O percurso desta pesquisa foi traçado partindo de uma definição e de uma historização do EM, desde a LDB/1996 (Brasil, 1996) até agosto de 2024 (vide Apêndice A), respaldada por suportes teóricos e conceituais, revisão bibliográfica, documental e de 151 produções. Trata-se de uma pesquisa robusta, com o propósito de trazer uma visão geral sobre o tema NEM, numa perspectiva de um estado do conhecimento.

A trajetória analítica agregou-se à ferramenta de análise quantitativa, com o auxílio do *software* Mendeley. Como bem salientam Brito *et al.* (2021), a busca por dados na investigação pode levar o pesquisador a trilhar outros caminhos que não os previstos no início da sua trajetória enquanto pesquisador. Essa mudança de caminho ocorreu na presente investigação, ao perceber-se que o *software* Mendeley não contemplava as necessidades da pesquisa. Para tanto, optou-se por agregar o *software* NVivo com o propósito da análise quanti-quali e de conteúdo, robustecendo a fidedignidade das categorias elencadas durante a trajetória analítica deste estudo, tendo como propósito final a elaboração de um banco de dados técnico- científico, apresentando os documentos legais sobre o EM desde a LDB/1996 (Brasil, 1996) até a Lei nº 14.495/2024 (Brasil, 2024). Além disso, procurou-se elaborar resgate bibliográfico a partir das teses, dissertações e produções no período compreendido entre 2018 e 2023.

Resgatando o processo inicial da coleta de dados, partiu-se de 299 produções e finalizou-se em 151, divididas em oito categorias, com o auxílio do *software* Mendeley. Bardin (2011, p. 146) afirma que “[...] classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles têm em comum uns com os outros. O que vai permitir o seu agrupamento e a parte comum existente entre eles”.

A partir da primeira análise da coleta de dados quanti, foi possível responder parte do problema apresentado nesta pesquisa. Os anos de maior concentração de produções são 2022 e 2023, e os atores envolvidos neste processo são os alunos e os docentes.

Na segunda análise da coleta de dados quanti-quali, com o auxílio do *software* NVivo, oportunizou-se o aprofundamento dos resultados da etapa anterior, sendo que, para esta etapa, mudou-se a nomenclatura para fontes. A busca pela frequência de palavras em cada fonte contempla ainda mais os achados. As fontes

escolhidas e consolidadas pela análise quanti-quali, garantiram a correta condução na busca pelas palavras-chaves para a análise de conteúdo que, segundo Bardin (2011, p. 24), precisa “[...] obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha”.

Portanto, obedecendo aos critérios de escolha que estão descritos minuciosamente ao longo trabalho, caminhou-se para a terceira análise, os nós, constituídos a partir de palavras-chave ou expressões oriundas dos resumos das produções que vão ao encontro da maioria das fontes Currículo, Implementação e Políticas públicas.

A partir da terceira fase analítica, abre-se dois diálogos: (i) o Nó dialogando com os autores citados no embasamento teórico, apresentado no corpo do trabalho; e (ii) o Nó dialogando como os autores das produções, a partir dos recortes extraídos dos resumos.

Em relação aos pontos emergentes destacados no nó Currículo, “[...] a legislação não oferece bases conceituais, possibilitando desdobramentos equivocados na implementação do currículo” (Monte; Carvalho; Carzota; Monteiro, 2022, p. 1), além de assinalar “[...] uma política curricular marcada por ausência de participação e a produção de uma base curricular de matriz economicista” (Silva; Barbosa; Körbes, 2022, p. 1).

Ao criarem o currículo, os elaboradores das políticas públicas esquecem que o nosso país não é homogêneo, ou seja, os currículos apresentam “[...] desigualdades sociais, locais, estaduais e regionais, de gênero e etnia” (ANPED, 2023, p. 17). Cada escola apresenta sua singularidade, como bem salienta Silva (2009) quando se refere ao currículo escolar. Como salienta Silva, “[...] O currículo é documento de identidade” (2009, p. 150). Sua singularidade está imersa em um contexto, em uma realidade, em uma sociedade, na qual vive-se momentos de incertezas, de rejeição, de exclusão, “[...] desejos de consumo e pertença a significados hegemônicos de bem-estar e felicidade nas contingências do espaço/tempo contemporâneo” (Teixeira Neto, 2020, p. 27). Há uma mudança de paradigma na chamada “era da cultura da prestação de contas”, na qual a relação muda: aprendente/consumidor e educador/provedor. Tal relação estabelecida nos traz uma profunda mudança nos aspectos ideológico, cultural, social e profissional (Bauman, 2001). A contemporaneidade, como nos aponta os pontos emergentes no nó Hegemonia, está “[...] educando para a pedagogia da hegemonia do

neoliberalismo educacional, as escolas constituem-se em órgãos (re)produtivos na medida em que ajudam a selecionar e certificar a força de trabalho” (Marques, 2020, p. 4), o que intenciona analisar “[...] atuação da fração burguesa industrial na elaboração das referidas políticas” (Mello, 2020, p. 8).

A globalização, no formato do capitalismo vigente, revela-nos aumento nos índices de exclusão e desemprego, principalmente em países historicamente marcados pela desigualdade social, como é o caso do Brasil. Como pontos emergentes, para o nó Capitalismo, a reforma alavancou a abertura da “[...] crise da hegemonia seguida pela consolidação de um novo período de crise orgânica do capitalismo brasileiro” (Aandrade, 2020, p. 1) e a “[...] ampliação da acumulação de capital além de consolidação da dominação social” (Souza, 2021, p. 1).

Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) propõem a necessidade de ações que ponham a economia a serviço da sociedade, com a finalidade de gerar maior justiça social e não “atendendo os interesses do capital” (Santos; Lélis; Vale, 2020, p. 1). Aí entra o papel da escola que é formar cidadãos mais preparados e qualificados para enfrentar os desafios postos na contemporaneidade. O ensino escolar deve contribuir formando pessoas capazes de pensar e aprender, que promovam a formação global, que sejam autônomos, conscientes, críticos, éticos e solidários, conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2012). Que bom seria se as escolas conseguissem formar de maneira integral os nossos estudantes como os autores citam, mas, infelizmente, a realidade apresentada é outra pois, conforme o Plano Nacional de Educação - PNE, Meta 3 do Ensino Médio (Brasil, 2023e), estabelecem metas a serem cumpridas até o ano de 2024. Esta apresenta os seguintes objetivos:

- Nº 1 – a garantia de que todos os jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, estejam matriculados na escola, até 2016. Dado esse, sem resultado parcial.
- Nº 2 – a garantia de 85% dos jovens de 15 a 17 anos, estejam matriculados no Ensino Médio até 2024. Dado esse, sem resultado parcial.

Portanto, os objetivos propostos não foram atingidos. Porém, cabe-nos salientar que nesse ínterim tivemos a pandemia (2020-2021) e as enchentes no Rio Grande do Sul (2024), o que, certamente, dificultará ainda mais o processo para atingir essas metas para o presente ano.

A Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), conforme atualização da LDB (Brasil, 2018, p. 24-25), define o que compete ao EM:

SEÇÃO IV – Do Ensino Médio

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

§ 1º A parte diversificada dos currículos de que trata o *caput* do art. 26, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

[...]

§ 6º A União estabelecerá os padrões de desempenho esperados para o ensino médio, que serão referência nos processos nacionais de avaliação, a partir da Base Nacional Comum Curricular.

§ 7º Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.

Percebe-se que diversificação/flexibilização curricular, projeto de vida e preparação para o trabalho, que constam como finalidades da Lei nº 9.394/1996, vão ao encontro dos NÓS que mais se destacaram. Para a flexibilização, encontra-se como pontos emergentes a “[...] ênfase ao utilitarismo e ao individualismo emergencial para atender uma demanda transitória do mercado de trabalho” (Homem, 2022, p. 7), reforçado um “[...] discurso falacioso claramente alinhado às reformas neoliberais na educação de que a possibilidade de os jovens terem uma educação de qualidade no seu processo formativo” (Fávero; Centenaro; Santos, 2023, p. 1). Projeto de vida, elemento consolidado “[...] que está alinhada à BNCC” (Dantas; Pereira, 2022, p. 1), que deve “[...] nortear a formação dos jovens” (Falcão; Caldas; Barros, 2023, p. 1). Porém, como ponto emergente para o Projeto de vida, aparece que ele “[...] esvazia o currículo” (Santos, 2022, p. 1) e que é visto como “[...] ferramenta de constituição de subjetividades monetizáveis” (Silva; Estormovski, 2023, p. 1), atendendo a “[...] lógica neoliberal” (Bernardes; Voigt, 2022, p. 1). E, quando se referem à Preparação para o trabalho, nos elementos consolidados surge o propósito de “Formar integralmente o aluno e prepará-lo para o trabalho continuam a ser as questões centrais do debate, embora postas em nova linguagem” (Carvalho; Cavalcanti; Cavalcanti, 2022, p. 1). E, para os pontos emergentes, “[...] intensificando a proposta dualista entre formação para o trabalho aos estudantes de baixo poder aquisitivo e formação intelectual à elite em detrimento de uma educação equânime, sob uma perspectiva holística que preze a formação integral do estudante” (Hilário; Ziilani, 2023, p. 1), além do que é um “[...] processo repolitizado de moralização, ajustando as intenções, sonhos e projeções futuras dos jovens da classe

trabalhadora aos ditames das relações de trabalho flexíveis e precarizadas” (Lima, 2023, p. X). Portanto, tal reforma encontra-se alinhada com as políticas neoliberais para educação brasileira das últimas décadas, com ênfase no protagonismo juvenil, colocando o jovem como definidor de seu percurso formativo (Martins; Santos, 2021). Uma outra finalidade da Lei destacada entre as palavras, porém, de menor frequência, é a Formação integral dos estudantes, sendo pouco abordado pelos pesquisadores. Apesar de ser considerado um eixo, visto que “Quanto ao currículo e às juventudes, quatro eixos se destacam: os conhecimentos relevantes; o protagonismo; a educação integral e as práticas democráticas (Sachinski; Kowalski; Torres, 2023, p. 1). No que se refere aos pontos emergentes “Tais reformas alteram as possibilidades de educação integral e omnilateral” (Costa; Caetano, 2021, p. 1), ou seja, o “Novo Ensino Médio tem como compromisso uma formação mais técnica e menos propedêutica” (Silva; Boutin, 2018, p. 1).

Se retomarmos à Linha do Tempo das Leis do Ensino Médio (1996-2024), apresentada na Figura 2 do Capítulo 2.4 desta pesquisa, percebemos que ela nos apresenta os passos importantes na trajetória histórica do EM, além da preparação para o trabalho, a inserção da Língua dos Sinais em Libras, o investimento do FUNDEB, a preocupação com os povos Afro-brasileiros e indígenas, bem como a inserção das disciplinas Filosofia e Sociologia nos currículos do EM e a universalização do ensino gratuito. Apesar dos avanços nos documentos legais do EM, desde a Lei nº 9.394/1996 até a Lei nº 14.495/2024, há um longo caminho a ser trilhado para conseguirmos chegar à educação com igualdade de acesso para todos, conforme os dados coletados nas pesquisas. Embora, em 2018, o documento que norteia o NEM, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tenha vindo com o propósito de proporcionar maior equidade na educação brasileira, ele nos aponta, também, algumas incongruências, visto os resultados encontrados no nó BNCC.

De acordo com a BNCC (Brasil, 2018, p. 473):

É papel da escola auxiliar os estudantes a aprender a se reconhecer como sujeitos, considerando suas potencialidades e a relevância dos modos de participação e intervenção social na concretização de seu projeto de vida. É, também, no ambiente escolar que os jovens podem experimentar, de forma mediada e intencional, as interações com o outro, com o mundo, e vislumbrar, na valorização da diversidade, oportunidades de crescimento para seu presente e futuro.

Tais políticas estão alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e das modalidades da Educação Básica. Ao estabelecer normatizações, a BNCC tem como principal objetivo balizar a qualidade da Educação Brasileira. Quando a BNCC é analisada pelo viés do NÓ, surge como elemento consolidado o currículo empreendedor, como “[...] uma alternativa viável para a formação de jovens que tenham competências e habilidades para ter sucesso em sua vida pessoal-profissional” (Soares, 2022, p. 7). Enquanto, para os pontos emergentes, a BNCC reforça “[...] a dualidade estrutural já existente, além de provocar o empobrecimento de conteúdo desta etapa do ensino” (Martins; Santos, 2021, p.1).

O empreendedorismo, quando analisado pelo NÓ, em pontos emergentes, enquanto opção de itinerário formativo estão “atrelados à BNCC” (Almeida; Bezerra; Lins, 2023, p. 1) e “profundamente dualista e aprisionado aos interesses neoliberais” (Centenaro, 2023, p. 8). Além do empreendedorismo que é citado pela BNCC, há, também, a preocupação para com o protagonismo juvenil, sendo que esse nó “[...] acaba por fragilizar quaisquer propostas de implementação” (Fiorese; Forneck, 2023, p. 1), resultando em um “pseudo protagonismo” (Tonieto; Bellenzier; Bukowski, 2023, p. 1). Outra questão relevante que a BNCC nos traz são as competências socioemocionais, que aparecem como pontos emergentes e merecem atenção pelos fatos de representarem “[...] mais retrocessos para a educação da classe trabalhadora, e reforçarem a dualidade estrutural já existente, além de provocar o empobrecimento de conteúdo desta etapa do ensino” (Martins; Santos, 2021, p. 1).

Paro (2018) enfatiza a necessidade da busca pela qualidade para que o ensino não fique preso à transmissão do conhecimento e das informações contidas nas disciplinas teóricas. Imbernón (2011) nos chama a atenção sobre a formação docente e sobre a necessidade da redefinição coletiva da profissão, de suas funções e de sua formação, e se elas afetam as mudanças de aprendizado dos alunos. Na coleta de dados, os resultados obtidos dos nós Docentes e/ou Professor, aparecem nos menos frequentes e diretamente ligados à Fonte Currículo e Implementação. O que nos leva a pensar a responder o problema atribuído na presente pesquisa, sobre os movimentos institucionais e os diferentes atores educacionais envolvidos durante o processo de sua elaboração e implantação do NEM. Visto que, como ponto emergente para esses nós, aparece o cuidado para com “[...] uma política marcada

por ausência de participação e a produção de uma base curricular” (Silva; Barbosa; Körbes, 2022, p. 1). Alia-se a isso a evidência de que, no processo de implementação, houve uma “[...] não observação do perfil do professor para trabalhar com os novos componentes curriculares da parte diversificada da matriz curricular” (Much, 2021, p. 9).

Paro (2018, p. 33), destaca que, para o professor “[...] Não basta gostar do trabalho que exerce, é preciso ter consciência política de sua função e do que ela representa na construção de seres democráticos para uma sociedade democrática”. Ou seja, deve-se formar profissionais com uma visão crítica e abrangente da realidade do campo escolar, com condições de atuarem dentro de suas competências, de acordo com o seu papel, com base em sua formação, dentro de escolas, compondo equipes multidisciplinares, no planejamento de projetos individuais ou institucionais.

A ênfase dada à empregabilidade, à competitividade e à performatividade invadiu o espaço da sociedade dita de vanguarda, baseada em desempenho, em que o professor bem formado não basta, pois precisa apresentar outras competências, por vezes não tão compatíveis com a formação inicial. Ademais, o aprendizado para os jovens se tornou repetitivo, tedioso, alienante. Instiga que a escola do futuro precisa proporcionar significado aos jovens, em que o esforço seja fundamental, e não a busca pelo resultado. Uma escola, portanto, que proporcione a todos a oportunidade de começar em uma mesma posição inicial, aceitando suas diferenças e realidades e assumindo a tarefa de “[...] criar e proporcionar igualdade” (Masschelein; Simons, 2013, p. 68).

Quando focamos a busca por respostas em relação aos NÓS Alunos e/ou Juventudes diante da Reforma do EM, a preocupação é com os elementos consolidados, ou seja, o “[...] novo modelo permitirá ao aluno escolher a área do conhecimento para se aprofundar nos estudos” (Souza, 2021, p. 1). Porém, para os pontos emergentes, a vinculação se dá a “[...] formas de vida escolares sustentadas pelos princípios da concorrência, aperfeiçoamento e autopromoção” (Weinheimer; Wanderer, 2021, p. 1). Além de sinalizar para “[...] um novo *ethos* educacional voltado para atender à lógica do desemprego, da precarização, da robotização e uberização do trabalho” (Costa; Caetano, 2021, p. 1) e para o “[...] pseudoprotagonismo juvenil, por meio de escolhas administradas e direcionadas dos itinerários formativos, as quais não têm contemplado a multiplicidade de interesses

dos estudantes, desapontando-os” (Tonieto; Bellenzier; Bukowski, 2023, p. 1). Tal Reforma, quando analisada enquanto NÓ, diz que o “[...] novo ensino médio tem contribuído de forma mais significativa para o aluno ingressar no mundo do trabalho” (Silveira, 2023, p. 7). Porém, nos aponta pontos emergentes, quando vinculada à Fonte Currículo, para a necessidade de “[...] uma atenção do campo científico, no sentido de buscar trazer discussões críticas sobre os significados dessas mudanças para a formação dos jovens” (Falcão; Caldas; Barros, 2023, p. 1).

Dados trazidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) afirmam que “[...] há 2.661 municípios no Brasil com apenas uma escola de Ensino Médio” (ANPED, 2023, p. 23). Nesse caso, como fica a escolha do aluno, visto não ter opção quanto ao NEM. Além da falta de opções de escolha, existem professores despreparados para assumir a parte flexível do currículo - itinerários formativos - que vem a piorar o cenário quando analisados pelo nó Itinerários, trazendo o elemento consolidado que reforça ser “[...] de extrema importância o desenvolvimento de um currículo empreendedor no Novo Ensino Médio, que oportunize a formação por competências, promovendo mobilidade social e a inclusão permanente no mundo social e laboral” (Soares, 2022, p. 7). Porém “[...] os estudantes necessitam de uma formação crítica e emancipatória, que deve ser contemplada nas demais áreas do conhecimento” (Krelling, 2022, p. 8).

O Quadro 1 – Síntese ANPED/2023 – nos traz as questões incontornáveis como “A Reforma amplia/produz desigualdades e traz impossibilidades de efetivação de uma educação pública de qualidade, visto que de acordo com IBGE (2022), “[...] ainda temos 2.661 municípios no Brasil com apenas uma escola de Ensino Médio”. Como afirmar que as juventudes, após a mudança curricular, estão tendo possibilidade de escolha?” (Anped, 2023, p. 23). Esta é uma pergunta que ainda vai precisar de um tempo para obter a devida resposta, visto que a sanção da Lei nº 14.945/2024 (Brasil 2024), pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreu em 31 de julho de 2024, e passa a valer em 2025, revogando a Lei nº 13.415 (Brasil, 2017) e trazendo as alterações para a devida implementação. Quando analisado pelo nó Implementação, ela propõe a “[...] ancorar-se em uma perspectiva que compreende o sujeito como um ser social, inacabado, em processo de aprendizagem” (Pottmeier; Zonta; Guilherme; Caetano; Pimenta, 2022, p. 2). Porém, como pontos emergentes, cita que a reforma foi um processo com “[...] pouca participação da comunidade escolar” (Gawryszewski; Pereira, 2023, p. 1), além de se evidenciar o caráter de “[...]”

formação técnica e o viés de empreendedorismo, o esvaziamento curricular e a tendência de privatização desta etapa de ensino” (Silva; Pasqual; Blaszkowski, 2022, p. 1). Portanto, cabe-nos acompanhar os desdobramentos futuros em relação à implementação do NEM, previsto para o ano de 2025, e do Novo ENEM, com previsão para 2027.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação, ao empregar a metodologia do Estado do Conhecimento, mapeou, de maneira abrangente, os percursos das produções bibliográficas e documentais sobre o Novo Ensino Médio (2018-2023). Identificamos que as 151 produções revelam um esforço contínuo por parte dos pesquisadores em compreender as diretrizes legais que fundamentam a reforma, os movimentos institucionais que a impulsionam, bem como a atuação de diferentes atores educacionais, como alunos, professores, gestores e formuladores de políticas públicas, durante o processo de elaboração e implantação do NEM. A análise das narrativas bibliográficas evidenciou tanto os desafios enfrentados quanto às supostas inovações por uma política marcada pela ausência de participação, que vai ao encontro dos documentos legais, como a paralisação ocorrida em 2023, através do Sumário, e o sancionamento da Lei nº 14.945/2024 (Brasil, 2024), que revoga parcialmente a Lei nº 13.415 (Brasil, 2017). Portanto, o cenário nos mostra o atraso, a descontinuidade, o esvaziamento e a falta de diálogo característico do Ensino Médio.

O resultado disso são proposições desiguais, o descaso com a juventude trabalhadora, com os estudantes do EJA, com os residentes do meio rural, com os que necessitam de cuidados especiais, com os indígenas, entre outros. Dessa forma, aprofundam-se as desigualdades formativas entre o campo da educação pública e privada, as políticas públicas não ecoam de maneira atraente para as escolas e, tampouco, para os jovens. Como sinalizam Silva e Boutin, o “Novo Ensino Médio tem como compromisso uma formação mais técnica e menos propedêutica” (Silva; Boutin, 2018, p. 1). Tem-se, dessa forma, uma sucessão de políticas públicas precariamente travestidas de supostas inovações e coerências. Há a necessidade de uma educação que seja centrada no aluno, no qual o aprendizado tenha significado e que eles possam fazer escolhas, se apropriar e se sentir pertencentes ao ambiente educativo, por meio da inclusão de todos.

O estado do conhecimento desta pesquisa nos proporcionou melhor entendimento sobre as escolas contemporâneas, sobre o foco nos ambientes de aprendizagem centrados no aluno para que os mesmos sintam prazer em pertencer a um ambiente educativo e que encontrem nele, o seu propósito de vida.

Outra pesquisa de minha autoria, realizada em 2014, com o tema central “Aluno Mediano” revelou, a partir dos resultados obtidos, que boa parte dos estudantes do EM não buscam um desempenho além do mínimo esperado por falta de objetivos e perspectivas profissionais futuras, ou seja, não se sentem motivados a ponto de buscar um melhor desempenho. Portanto, embora as duas pesquisas tenham ocorrido em tempos e espaços distintos, revelam a urgência sobre o foco central nas juventudes. Com olhar atento e escuta ativa em relação às suas necessidades e interesses para que possam se tornar cidadãos preparados para enfrentar obstáculos no mundo no qual estamos inseridos, com maior maturidade e qualificação para o trabalho.

Além disso, observamos que, embora haja um significativo conjunto de trabalhos que abordam as diretrizes legais e os movimentos institucionais, ainda existem poucos estudos que exploram em profundidade o impacto dessas mudanças na prática pedagógica e na formação integral dos estudantes, haja visto a exclusão da categoria Coordenação Pedagógica da presente pesquisa, por falta de trabalhos publicados. Algo que me causa espécie, visto a importância do ofício da coordenação pedagógica nos ambientes educativos, como responsáveis diretos na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), na adequação dos currículos e implementação das leis. Além disso, são os profissionais habilitados para coordenar os professores que vão colocar em prática as orientações dos documentos legais. Cabe aqui um alerta para os futuros pesquisadores como proposta de outras produções.

Já se passaram sete anos da proposta da Reforma do NEM, e ainda não temos resultados quanto ao processo de implementação. Nesse sentido, o desenvolvimento de um banco de dados técnico- científico (vide Apêndice A e B), conforme proposta de intervenção nesta dissertação, emerge como uma ferramenta essencial para consolidar e sistematizar o conhecimento acumulado, facilitando o acesso e o diálogo entre pesquisadores, educadores e gestores.

Enquanto psicóloga, orientadora profissional e de carreira, a Reforma do NEM, por um lado, me acalenta na perspectiva da narrativa de dar a chance dos estudantes em poder realizar as suas escolhas, montando seu próprio currículo e projeto de vida. Porém, em uma outra perspectiva, me angustia em saber que a maioria dos estudantes não terão essa oportunidade de escolha, não terão voz, nem ação, por falta de opções sendo direcionados para caminhos não atrativos, podendo,

ainda mais, aumentar os índices de evasão. Outras sugestões de temas para os futuros pesquisadores, a percepção dos coordenadores pedagógicos quanto à implementação do NEM e o impacto em relação aos índices de exclusão, na tentativa de elucidar novos caminhos, novas estratégias que contemplem as necessidades e interesses dos estudantes nos currículos escolares.

Por fim, é fundamental reconhecer que a compreensão plena do Novo Ensino Médio, suas diretrizes, sua implantação, seu currículo, requer uma abordagem contínua e multifacetada. A criação de um banco de dados técnico-científico não apenas contribuirá para o avanço das pesquisas futuras, mas também servirá como um recurso estratégico para a formulação de políticas educacionais mais informadas e eficazes. Espera-se que a partir da robustez desta pesquisa, ao consolidar o conhecimento sobre o NEM, possa apontar novas direções de pesquisa, bem como contribuir para uma reflexão mais profunda e fundamentada sobre os rumos da educação básica no Brasil, promovendo um ensino médio mais justo em termos de qualidade, acesso, oportunidades e permanência do aluno.

7 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Esta proposta de intervenção parte de uma pesquisa robusta que trata sobre a Reforma do Ensino Médio brasileiro - Lei nº 14.945/2024 -, que traz a obrigatoriedade dos estudantes em fazer a escolha por um itinerário formativo e/ou técnico e profissional, no término do Ensino Fundamental. Tal imposição inquieta-me, visto ser uma precoce escolha – feita aos 13, 14, 15 anos – pela área do conhecimento de maior interesse. Além disso, o peso da escolha alia-se a um suposto (des)preparo dos gestores, professores, orientadores e psicólogos quanto à implementação do NEM (Novo Ensino Médio). Daí partiu o desejo em aprofundar os estudos em relação à apropriação, implantação e os desdobramentos do NEM nas escolas brasileiras públicas e privadas.

O estudo concretiza-se a partir da pesquisa bibliográfica e documental realizada, com o tema “Os fundamentos, as narrativas e as observações sobre o Novo Ensino Médio: um estado do conhecimento sobre o tema (2018-2023)”.

Assim, busca-se, com o Estado do Conhecimento, resgatar o percurso de (des)construção do NEM por meio do levantamento e da análise das produções vinculadas ao tema, problematizando-as à luz do arcabouço legal e das concepções sobre o currículo.

Entende-se que o desenho proporcionado por um Estado do Conhecimento possibilitará o avanço do entendimento acerca do aprofundamento de temas, dos assuntos mais em voga, dos períodos de maior ou menor produção acadêmica e das lacunas existentes que podem servir de sugestões para futuras pesquisas.

Toda intervenção nos traz como proposta uma ação ou medida para resolver um determinado problema que foi discutido, estudado. Neste caso, propõe-se a apresentação de um banco de dados técnico-científico, um Estado do Conhecimento sobre o Novo Ensino Médio - NEM. Um resgate bibliográfico documental a partir de teses, dissertações e produções realizadas no período compreendido entre 2018-2023, bem como documentos legais sobre o Ensino Médio desde a Lei nº 9.394 – LDB/1996 até a Lei nº14.945/2024, com a proposta de respaldar futuras pesquisas na área da Educação - Ensino Médio.

Tal proposta se pauta no aprofundamento teórico a partir de autores consagrados na literatura, como Libâneo, Alarcão, Paro, Moreira e Tadeu, entre outros, sobre temas como currículo, papel da escola e juventudes; documentos

legais, historicizando o percurso do ensino médio e novo ensino médio; nos dados coletados a partir de 151 pesquisas como teses, dissertações e produções junto às Plataformas CAPES, SciELO, Sucupira-Qualis, a partir da metodologia quanti-quali e de conteúdo com auxílio dos softwares Mendeley e NVivo.

Como o tema abordado vincula-se a um assunto de extrema atualidade e por adquirir especial centralidade quanto à discussão sobre as reformas que vêm sendo propostas para o segmento, no período de 2018-2023, optou-se pela descrição e análise do Estado do Conhecimento.

De posse dos dados, a proposta interventiva visa disponibilizar um Repositório, alimentado a partir dos resultados e registros encontrados na presente pesquisa, pela literatura que respalda o tema, bem como - a partir das 151 produções, contendo título, autores, palavras-chave e trechos dos resumos sobre o Novo Ensino Médio - dar subsídios e facilitar a busca por dados para os futuros pesquisadores que demonstram interesse em pesquisar, problematizar e ou dar continuidade no assunto em voga, atual e inacabado, visto que a implementação do NEM segue em processo no ano de 2024.

Portanto, segue a seguinte proposta de intervenção, baseada na pesquisa intitulada “Os fundamentos, as narrativas e as observações sobre o Novo Ensino Médio: um Estado do Conhecimento sobre o tema (2018-2023)”. Tal repositório está constituído por dois bancos de dados técnico-científicos, com a finalidade de favorecer a compreensão e as análises da proposta do NEM, auxiliando futuras ações e políticas públicas que possibilitem um Ensino Médio mais inclusivo e com propostas formativas mais coerentes e consistentes. O propósito é facilitar o acesso aos estudiosos e pesquisadores interessados no tema NEM, possibilitando buscas, otimizando o tempo e permitindo que as informações estejam acessíveis, colaborando, desta forma, para outras pesquisas e para ações de formação e qualificação das equipes diretivas e de professores, com temas que dialogam com as categorias presentes na pesquisa como BNCC, Reforma, Evasão, Professor/Docente, etc.

Compõem o repositório os seguintes bancos de dados:

- Banco de dados apresentando a historização dos documentos legais que se referem ao EM, desde a Lei nº 9.394 - LDB/1996 (Brasil, 1996), até a Lei nº 14.945/2024 (Brasil, 2024). Este apresenta descrição com a

identificação da Ementa / Parecer / Resolução / Lei / Decreto / Portaria / Data de publicação e *link* de acesso; Procedência; Assunto, e; Ênfase referente ao EM.

- Banco de dados com o resgate bibliográfico documental a partir de teses, dissertações e produções realizadas no período compreendido entre 2018-2023. O Banco contém Título; Autor(es); Ano de publicação / Artigo / Tese / Dissertação; Palavras-chave; Link de acesso; Resumo contendo trechos extraído das produções para facilitar o pesquisador. Além de estar subdividido nas seguintes categorias: Alunos; BNCC; Currículo; Desigualdade; Docentes; Gestão Democrática; Implementação; e Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. (org.). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ALMEIDA, L. A. A. de; BEZERRA, A. A.; LINS, C. P. A. (2023). Políticas curriculares no novo Ensino Médio de Pernambucano. **Revista Espaço Pedagógico**, [s. l.], v. 30, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rep.v30i0.14352>. Acesso em: 13 dez. 2023.

ANDRADE, M. C. P. de. **Base Nacional Comum e Novo Ensino Médio: expressões do empresariamento da educação de novo tipo em meio à crise orgânica do capitalismo brasileiro**. 2020. 358 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9307886. Acesso em: 15 jan. 2024.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Ensino Médio: o que as pesquisas têm a dizer? Subsídios para a Consulta Pública**. Rio de Janeiro: Anped, 2023. (Relatório final). Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/17jVvPIAGnLCDLA1Gh2zC79M0sX81eLaa>. Acesso em: 14 jul. 2023.

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BACHICH, L; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórica-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições, 2011.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BERNARDES, A. C. R.; VOIGT, J. M. R. Empresarização escolar: reflexões sobre empreendedorismo e currículo. **Retratos da Escola**, [s. l.] v. 16, n. 34, p. 111–125, jan./abr. 2022a. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v16i34.1467>. Acesso em: 20 abr.2023.

BERNARDES, A. C. R.; VOIGT, J. M. R. Projeto de vida e empreendedorismo no novo ensino médio. **Educação em Foco**, [s. l.], v. 27, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/36651>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BIGARELLA, Nadia; COSTA, Marilda de Oliveira. Plano Nacional de Educação (2014-2024) sob influências do gerencialismo: meta 19 e uma abordagem conceitual da gestão. **Quaestio**, Sorocaba, v. 21, n. 1, p. 279-294, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/3382>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 17 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Etapa Ensino Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_sit e.pdf. Acesso em: 04 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 4/2009/DF**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: Ministério da Educação, 02 out. 2009. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rceb00409.pdf?query=Resolu%5Cu00e7%5Cu00e3o. Acesso em: 25 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 4/2010/DF**. Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, DF: Ministério da Educação, 09 mar. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4445-pceb004-10&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 7/2010/DF**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF: Ministério da Educação, 07 abr. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5367-pceb007-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 5/2011/DF**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, 04 maio 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&category_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bas es_2ed.pdf. Acesso em: 14 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNE 2014-2024**: Plano Nacional de Educação: meta 03: ensino médio. Brasília, DF: MEC, 2023e. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 04 set, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 399, de 08 de março de 2023**. Institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 47, p. 16, 09 mar. 2023a. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/tf-portaria-no-399-de-8-de-marco-de-2023,453db36e-26c5-4d41-bc83-977fdb9940cc#:~:text=A%20Portaria%20n%C2%BA%20399%2C%20de,magist%C3%A9rio%2C%20as%20equipes%20t%C3%A9cnicas%20dos>. Acesso em: 26 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 627, de 04 de abril de 2023**. Suspende os prazos em curso da Portaria MEC nº 521, de 13 de julho de 2021, que institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 66, p. 18, 05 abr. 2023b. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-627-2023-04-04.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sumário Executivo, 8 de março de 2023**. Portaria nº 399, de 8 de março de 2023, que institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023d. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/audiencias-e-consultas-publicas/audiencias-e-consultas-publicas/sumario_consulta_publica_ensino_medio.pdf. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Projeto de Lei nº 5.230/2023**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e define diretrizes para a política nacional de ensino médio. Brasília, DF: Presidência da República, [2023c]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2023/PL/pl-5230.htm#:~:text=PROJETO%20DE%20LEI%20N%C2%BA%205.230%20DE%2023&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.394,pol%C3%ADtica%20nacional%20de%20ensino%20m%C3%A9dio. Acesso em: 26 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 25 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14945&ano=2024&ato=841UTSU5ENZpWT3a9#:~:text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.394,31%20de%20julho%20de%202023>. Acesso em: 25 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.**

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRITO, A. P. G. *et al.* A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área da educação. **Cadernos da FUCAMP**, [s. l.], v. 20, n. 44, 2021. Disponível em:

<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2354>. Acesso em: 28 jul. 2023.

CALADO, S. dos S.; FERREIRA, S. C. dos R. **Análise de documentos**: método de recolha e análise de dados. Texto distribuído na disciplina Metodologia da Investigação I, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos, 2005. Disponível em: <https://www.academia.edu/36174909/Analisedocumentos>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CARVALHO, C. do P. F. De; CAVALCANTI, F. O Novo Ensino Médio Paulista: velhas propostas de manutenção da dualidade estrutural e da precarização do ensino. **Educação & Formação**, [s. l.], v. 7, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.25053/redufor.v7.e7317>. Acesso em: 13 dez. 2023.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CENTENARO, J. B. **Da Lei nº 13.415/2017 ao referencial curricular gaúcho do novo ensino médio: processos e recontextualização**. 2023. 206 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13866616. Acesso em: 12 jan. 2024.

COSTA, M. de O.; CAETANO, M. R. Um novo Ethos educacional no ensino médio: da formação integral ao empreendedorismo. **Revista Exitus**, v. 11, n. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2015v1n1ID1655>. Acesso em: 13 dez. 2023.

DALLABONA, K. G.; CARMINATI, C. J. Sentidos da participação na gestão democrática escolar de Timbó-SC. *In*: ANDREIS, A. M.; SIMÕES, W. (orgs.). **O PNEM em Santa Catarina**: Reflexões sobre vivências na formação continuada de professores. Tubarão, SC: Ed. Copiart; [Chapecó, SC]: UFFS, 2016. p. 213-226.

DANTAS, J. S.; PEREIRA, T. G. Novo Ensino Médio de Santa Catarina: organização curricular, implicações e sentidos formativos. **Percursos**, [s. l.], v. 23, n. 53, p. 290–319, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/1984724623532022290>. Acesso em: 13 dez. 2023.

DEWEY, John. **Experiência e educação**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

EMENTA. In: Dicio, Dicionário Online de Português. [S. l., 2024?]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/ementa/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FALCÃO, N. M.; CALDAS, R. S. M.; BARROS, E. B. Juventude e Projeto de Vida na Reforma do Ensino Médio. **Revista Espaço Pedagógico**, [s. l.], n. 30, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rep.v30i0.14360>. Acesso em: 13 dez. 2023

FAVERO, A; CENTENARO, J; SANTOS, A. A liberdade de escolha no Novo Ensino Médio. **Revista Espaço Pedagógico**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/14414/114117103>. Acesso em: 13 dez. 2023.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Revista Educação & Pesquisa**, [s. l.], v. 23, n. 79, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2023

IORESE, L.; FORNECK, K. L. Caminhos desencontrados e dilemas contraditórios. **Revista Espaço Pedagógico**, [s. l.], n. 30, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rep.v30i0.14143>. Acesso em: 13 dez. 2023.

GAWRYSZEWSKI, B.; PEREIRA, N. S. A reconstituição do processo histórico do novo ensino médio no estado do Rio de Janeiro. **Revista Espaço Pedagógico**, [s. l.], n. 30, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rep.v30i0.14355>. Acesso em: 13 dez. 2023.

HILÁRIO, W. F. de A.; ZILANI, R. de L. M. Trabalho e projeto de vida no novo ensino médio em Mato Grosso do Sul: discursos e modos de subjetivação juvenil. **Revista Espaço Pedagógico**, [s. l.], n. 30, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rep.v30i0.14378>. Acesso em: 13 dez. 2023.

HOMEM, L. F. **Políticas sobre o currículo do novo ensino médio: desdobramentos e efeitos de um projeto piloto em uma escola estadual (RS)**. 2022. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/11473>. Acesso em: 14 jan. 2024.

IMBÉRNON, F. **Formação docente profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KRELLING, L. I. F. **Novo ensino médio e o componente curricular projeto de vida: significações atribuídas por jovens em uma escola de Joinville/SC**. 2022, 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade da Região de Joinville, Santa Catarina, 2-22. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12979581. Acesso em: 17 abr. 2024.

LEI. In: Normas Legais. [S. l., 2024?]. Disponível em: <https://www.normaslegais.com.br/guia/clientes/lei.htm#:~:text=LEI&text=%C3%89%20a%20norma%2%20escrita%20emanada,sen%C3%A3o%20em%20virtude%20da%20lei>. Acesso em: 18 mai. 2024.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. São Paulo: Eccus, 2018.

LIBÂNEO, José Calos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Docência em Formação).

LIMA, G. L. F. de. **As competências socioemocionais e o projeto de vida do novo ensino médio**: uma moralização renovada para a classe trabalhadora. 2023. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2023. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13751314. Acesso em: 12 jan. 2024.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARQUES, A. R. R. (2020). **A produção discursiva do ensino médio brasileiro (2009-2019)**: reformas, orientações e intenções. 2020. 246 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10200083. Acesso em: 16 jan. 2024.

MARTINS, S. A.; SANTOS, F. S. dos. Novo ensino médio: consequências e perspectivas para a formação dos jovens. **Revista Pedagógica**, v. 23, n. 23, p. 1–27, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22196/rp.v22i0.5786>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MASSCHELEIN, J.; SIMÕES, M. **Em defesa da escola**: uma questão pública. São Paulo: Grupo Autêntica, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582172513/pageid/6>. Acesso em: 26 jun. 2023.

MATTOS, A. **Região Sul de Sergipe ganhará escolha de tempo integral em 2017**. Sergipe: Governo do Estado, 04 out. 2016. Disponível em: <https://www.se.gov.br/noticias/educacao-cultura/secretaria-da-educacao-amplia-discussao-sobre-a-reforma-do-ensino-medio>. Acesso em: 15 nov. 2017.

MELLO, L. M. de. **Os empresários e as políticas públicas em educação básica no Brasil contemporâneo**: a atuação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) na construção do “Novo Ensino Médio” (2013-2018). 2020. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação,

Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9970432. Acesso em: 14 jan. 2024.

MINAYO, M. C. de S.; DESKANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MONTE, M. J. do; CARVALHO, L. M. T. L. De; CARZOTA, I. M.; MONTEIRO, C. E. F. Compreensões de professores de Matemática sobre recomendações da BNCC para abordar conteúdos de Estatística no Ensino Médio. **Em Teia - Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, [s. l.], v. 13, n. 3, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2177-9309.2022.254680>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MORAN, J. As grandes transformações na educação atual. *In*: JOSÉ MORAN Educação Transformadora. [S.l.], 13 out. 2022. Disponível em: <https://moran.eca.usp.br/?p=2278>. Acesso em: 23 mai. 2024.

MOREIRA, A. F.; TADEU, T. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2011.

MUCH, L. N. **Desafios e possibilidades para a implementação do novo ensino médio em escolas públicas da região de Santa Maria/RS**. 2021. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11050825. Acesso em: 11 jan. 2024.

MÜLLER, M. **Orientação vocacional: contribuições clínicas e educacionais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

OCDE. ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Education Policy Outlook: Brasil: com foco em políticas internacionais**. Paris: OCDE, 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/policy-outlook/country-profile-Brazil-2021-INT-PT.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.

OCDE. ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Pisa 2018 results**. Paris: OCDE, 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/publications/pisa-2018-results.htm>. Acesso em: 13 jun. 2023.

PARECER. *In*: Glossário de Termos Legislativos do Congresso Nacional. [S.l., 2024?]. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-legislativo/-/legislativo/termo/parecer>. Acesso em: 24 jan. 2024.

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PARO, V. H. **Educação como exercício do poder**: crítica ao senso comum em educação. São Paulo: Cortez, 2018.

PASINATO, D. Importância do manifesto de 1959 para a educação brasileira. 2º semestre. **Revista Semina**, [s. l.], v. 10, 2011. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/4367>. Acesso em: 20 maio 2024.

PASINATO, D.; CUNHA, J. L.; FRITSCH, R. Histórias e narrativas de professores de uma escola rural no contexto da Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985). **Revista Brasileira de História da Educação**, [s. l.], v. 24, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/NZ4k6MDSmXNLT9H7swq6gkf/>. Acesso em: 09 maio 2024.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FGx3yzvz7XrHRvqQBWLzDNv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 ago. 2023.

POTTMEIER, S.; ZONTA, E. J.; GUILHERME, L. H. de S.; CAETANO, M. H. C. de; PIMENTA, R. W. de S. O “novo” ensino médio no cenário educacional pandêmico. **Revista Nova Paideia**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 390-402, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36732/riep.vi.171>. Acesso em: 13 dez. 2023.

PRADO, M. Taxa de abstenção do segundo dia de provas do Enem atinge 32%. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 nov. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/11/1934912-taxa-de-abstencao-do-segundo-dia-do-enem-foi-de-32.shtml>. Acesso em: 15 nov. 2017.

RESOLUÇÕES. In: Glossário UFSC. [S. l., 2024?]. Disponível em: <https://legislacao.ufsc.br/glossario/#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%B5es%3A%20s%C3%A3o%20atos%20administrativos%20normativos,mat%C3%A9ria%20de%20sua%20compet%C3%Aância%20espec%C3%ADfica>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SACHINSKI, G.; KOWALSKI, R. P. G.; TORRES, P. L. Disciplinas eletivas no Novo Ensino Médio: um possível caminho para a Escolarização Aberta. **Revista Diálogo Educacional**, [s. l.], v. 23, n. 77, p. 730–745, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.23.077.DS05>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SALDAÑA, P.; BOLDRINI, A. Total de matrículas no ensino superior tem estagnação inédita em 2016. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 ago. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/08/1914492-total-de-matriculas-no-ensino-superior-tem-estagnacao-inedita-em-2016.shtml>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SANTOS, É. M. N.; LÉLIS, L. S. C.; VALE, C. O direito à educação na perspectiva da justiça distributiva: uma análise sobre a Reforma do Ensino Médio. **Educação**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984644438228>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SANTOS, F. M. dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, UFSCar, v. 6, n. 1, p. 383-387, maio 2012. Resenha da obra de: BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acesso em: 4 ago. 2023.

SANTOS, I. S. G. dos. **Desafios e entraves do novo ensino médio da Bahia**: os contextos de influência e produção de texto. 2022. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12183796. Acesso em: 4 fev. 2023.

SILVA, A. P. P. N. da; SOUZA, R. T. de; VASCONCELLOS, V. M. R. de. O estado da arte ou estado do conhecimento. **Educação**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, set./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2020.3.37452>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SILVA, A. R. E. **O novo ensino médio no Espírito Santo**: o componente curricular projeto de vida na formação dos jovens. 2023. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2023. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13731917. Acesso em: 13 dez. 2023.

SILVA, D. A. C. da; PASQUAL, F. M.; BLASZKO, C. E. Desafios e possibilidades do Novo Ensino Médio: uma revisão sistemática de literatura. **Ensino & Pesquisa**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 211–225, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33871/23594381.2022.20.3.7205>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SILVA, K. C.; BOUTIN, A. C. Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. **Educação**, [s. l.], v. 43, n. 3, p. 521–534, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984644430458>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SILVA, L. O que é portaria e decreto e quais são suas diferenças? In: E-DIÁRIO OFICIAL. [S.l.], 20 mar. 2019. Disponível em: <https://e-diariooficial.com/o-que-e-portaria-e-decreto-e-quais-sao-suas-diferencas/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SILVA, M. R. Da; BARBOSA, R. P.; KÖRBES, C. Reforma do ensino médio no Paraná: dos enunciados da Lei 13.415/17 à regulamentação estadual. **Retratos da Escola**, [s. l.], v. 16, n. 35), p. 399–417, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v16i35.1473>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SILVA, M. R. da; KRAWCZYK, N. R.; CALÇADA, G. E. C. Juventudes, novo ensino médio e itinerários formativos: o que propõem os currículos das redes estaduais. **Educação e Pesquisa**, [s. l.], v. 49, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202349271803por>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SILVA, R. R. D. Da; ESTORMOVSKI, R. C. Projetos de vida e a fabricação de subjetividades monetizáveis. **Revista Espaço Pedagógico**, [s. l.], v. 30, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rep.v30i0.14363>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SILVEIRA, A. K. N. **Pensando sobre o futuro: o papel do novo ensino médio na construção de projeto de vida e carreira dos estudantes no estado de Sergipe.** 2023. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tiradentes, 2023. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13783978. Acesso em: 15 jan. 2024.

SOARES, T. P. **Competências empreendedoras no novo ensino médio: uma resposta às dores e aos sonhos educacionais Canoas.** 2022. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade, La Salle, Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13581546. Acesso em: 12 jan. 2024.

SOUZA, D. C. S. De. **Política educacional do novo ensino médio: a atuação do Banco Mundial.** 2021. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10956524. Acesso em: 14 jan. 2024.

SOUZA, V. M. de. Que diferença faz lei ou decreto? In: JUSBRASIL. [S. I.], c2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/que-diferenca-faz-lei-ou-decreto/116712721>. Acesso em: 15 maio. 2025.

SOUZA, W. C. de. **O novo ensino médio e a educação física nas escolas públicas do Mato Grosso: itinerários formativos e o protagonismo juvenil.** 2021. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10985509. Acesso em: 13 jan. 2024.

SPERANDIO, R. dos S. **Processo de institucionalização da reforma do ensino médio: análise das disputas envolvidas na configuração da Lei nº 13.415/2017 no Congresso Nacional.** 2019. 304 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8055822. Acesso em: 16 jan. 2024.

TEIXEIRA NETO, J. **Mochilas existenciais e insurgências curriculares: possibilidades de interações nas pedagogias culturais do tempo presente.** Curitiba: CRV, 2020.

TONIETO, C.; BELLENZIER, C. S.; BUKOWSKI, C. As concepções dos estudantes em relação ao protagonismo juvenil no Novo Ensino Médio. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 30, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rep.v30i0.14398>. Acesso em: 13 dez. 2023.

UNESCO. **Global Education Meeting**. Brussels: Unesco, 2018a. Disponível em: <https://en.unesco.org/gem-report/taxonomy/term/209>. Acesso em: 15 jun. 2023.

UNESCO. **Juventude do Brasil**. Brasília, DF: Unesco, [s.d.]. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/fieldoffice/brasil/expertise/youth-brazil>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UNESCO. **Manual para garantir inclusão e equidade na educação**. Brasília, DF: Unesco, 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000370508>. Acesso em: 07 nov. 2023.

UNESCO. **Protótipos curriculares de ensino médio e ensino médio integrado: resumo executivo**. Brasília, DF: Unesco, 2018b. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000192271>. Acesso em: 15 ago. 2023.

UNESCO. **Relatório anual da UNESCO no Brasil**. Brasília, DF: Unesco, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000380649>. Acesso em: 20 jun. 2023.

VARGAS, F. L. da S.; VICENTE, V. R. R. de; DANTAS, S. C. Matemática e suas tecnologias no Novo Ensino Médio: a dualidade presente nas habilidades específicas da Base Nacional Comum Curricular. **Em Teia - Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, [s. l.], v. 13, n. 3, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2177-9309.2022.254699>. Acesso em: 13 dez. 2023.

WEINHEIMER, G.; WANDERER, F. O (Novo) Ensino Médio na visão dos alunos: rastros da racionalidade neoliberal. **Práxis Educacional**, [s. l.], v. 17, n. 48, p. 1–19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9086>. Acesso em: 17 abr. 2024.

APÊNDICE A - BANCO DE DADOS DOCUMENTOS LEGAIS EM (1996-2024)

Banco de dados apresentando a historização dos documentos legais que se referem ao EM, desde a Lei nº 9.394 - LDB/1996 até a Lei nº 14.945/2024.

EMENTA/PARECER/RESOLUÇÃO/LEI/DECRETO/PORTARIA	PUBLICAÇÃO E ACESSO	PROCEDÊNCIA	ASSUNTO	ÊNFASES REFERENTES AO EM
Lei nº 9.394 – LDB/1996	20 de dezembro de 1996. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm	Presidente da República Fernando Henrique Cardoso	Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Seção IV – Do Ensino Médio. Art. 35 (preparação para o trabalho) e art. 36 (organização do currículo do EM).
Parecer CNE/CEB nº 5/97 – 7/5/1997 (Homologado pelo Ministro da Educação e publicado em 16/05/1997)	16 de maio de 1997. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1997/pceb05_97.pdf	Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica	Proposta de Regulamentação da Lei nº 9.394/96.	“[...] domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna”, ao conhecimento das formas contemporâneas de linguagem e ao “domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania”, para usar os precisos termos da própria LDB (artigo 36, § 1º).
Resolução CNE/CEB nº 3/98 (Homologado pelo Ministro da Educação e do Desporto em 25 de junho de 1998)	26 de junho de 1998. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf	Câmara de Educação Básica	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM.	Conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização pedagógica e curricular de cada unidade escolar; vincular a educação com o mundo do trabalho e a prática social: a preparação para o exercício da cidadania e propiciando preparação básica para o trabalho.

PNE 2001-2010 Lei nº 10172/2001	9 de janeiro de 2001. http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf	Presidente da República Fernando Henrique Cardoso	Plano Nacional de Educação com duração de 10 anos	Elevar o nível de escolaridade; melhorar a qualidade de ensino; reduzir as desigualdades sociais; democratização da gestão do ensino público; * desenvolver sistemas de informação e avaliação.
Lei nº 10.436/2002	24 de abril de 2002 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm	Presidente da República Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.	Reconhecida a Língua Brasileira de Sinais – Libras.
CNE/CEB nº 35/2003 (Homologado pelo Senhor Ministro da Educação em 9/01/2004)	5 de novembro de 2003. https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_pceb3503.pdf?query=M%C3%89DIO	Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica	Aprova Projeto de Resolução que estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio	Propõe diretrizes para a organização e a realização de estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, em todos os seus níveis e modalidades, exceto na modalidade de Educação a Distância, em atendimento ao disposto no artigo 82 da LDB – Lei Federal nº 9.394/96.
Lei nº 10.793/2003	01 de dezembro de 2003. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10793.htm	Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva	Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394/96 e dá outras providências.	A prática da Educação Física é obrigatória, mas facultativa para o aluno que trabalha mais de 6 horas; que possui mais de 30 anos; que está prestando serviço militar.
CNE/CEB nº 1/2004	21 de janeiro de 2004. http://portal.mec.gov.br/se/arquivos/pdf/res1.pdf	Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica	Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de	O estágio será sempre curricular e supervisionado; deve estar matriculado e frequentando curso compatível; estágio deve ser realizado ao longo

			Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.	do curso; tenham efetivas condições de proporcionar aos alunos estagiários experiências profissionais; serão de responsabilidade das Instituições de Ensino a orientação e o preparo de seus alunos; os estagiários com deficiência terão o direito a serviços de apoio de profissionais da educação especial; o estágio, ainda que remunerado, não gera vínculo empregatício de qualquer natureza; § 1º A carga horária do estágio profissional supervisionado não poderá exceder a jornada diária de 6 horas, perfazendo 30 horas semanais. § 2º A carga horária do estágio supervisionado de aluno do ensino médio, de natureza não profissional, não poderá exceder a jornada diária de 4 horas, perfazendo o total de 20 horas semanais.
Decreto nº 5.154/2004	23 de julho de 2004. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm	Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva	Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.	A educação profissional e a educação profissional técnica de nível médio.

Parecer CNE/CEB nº 39/2004 (Homologado pelo Senhor Ministro da Educação em 6 de janeiro de 2005)	8 de dezembro de 2004. https://normativasconselho.s.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN392004.pdf?query=travestis	Conselho Nacional de Educação	Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio	Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.
CNE/CEB nº 1/2005	3 de fevereiro de 2005. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001_05.pdf	Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica	Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.	Art. 1º Será incluído § 3º, no artigo 12 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, com a seguinte redação: “§ 3º A articulação entre a Educação Profissional Técnica de nível médio e o Ensino Médio se dará das seguintes formas: I – integrada, no mesmo estabelecimento de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II – concomitante, no mesmo estabelecimento de ensino ou em instituições de ensino distintas, aproveitando as oportunidades educacionais disponíveis, ou mediante convênio de intercomplementaridade”. Artigo 13. Os estudos concluídos no Ensino Médio serão considerados como básicos para a obtenção de uma habilitação profissional técnica de nível médio, decorrente da execução de curso de técnico de nível médio realizado nas formas integrada, concomitante ou subsequente ao Ensino Médio.”

Lei nº 11.494/2007	20 de junho de 2007. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm	Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva	Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.	Art. 12. Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade.
Lei nº 11.645/2008	10 de março de 2008. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm	Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e	Altera a redação do art. 26-A. Inclui no currículo do Ensino Fundamental e Médio, públicos e privados, a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena.

			Indígena".	
Lei nº 11.684/2008	2 de junho de 2008. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11684.htm	Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva	Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.	Inclui Filosofia e Sociologia no EM.
Decreto nº 6.571/2008	17 de setembro de 2008 https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decret-o-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html	Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva	Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.	A União prestará apoio técnico e financeiro (salas de recursos, formação continuada aos professores, formação de gestores, adequação arquitetônica das escolas); salas de recursos multifuncionais; livros didáticos e paradidáticos em braile e libras;
Ementa Constitucional nº 59/2009	11 de novembro de 2009. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm	Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal	Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União	Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade; atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; * plano nacional de educação, de duração decenal.

			incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI.	
Parecer CNE/CEB nº 13/2009	03 de junho de 2009 https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_pceb01309homolog.pdf?query=normas%20para%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20b%C3%A1sica	Conselho Nacional de Educação	Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial	* Oferta do atendimento educacional especializado – AEE e obrigatoriedade de matrícula; * atendimento educacional especializado; * definição de espaços e turno para atendimento; * matrícula concomitante ao ensino regular; * inclusão do AEE no PPP; * atribuições e formação do professor para atendimento AEE.

Resolução CNE/CEB nº 4/2009	02 de outubro de 2009 http://portal.mec.gov.br/dm/documents/rceb004_09.pdf	Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica	Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial	Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.
Lei nº 12.061/2009	27 de outubro de 2009. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12061.htm	Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva	Altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público.	Universalização do ensino médio gratuito.
Decreto nº 7.083/2010	27 de janeiro de 2010. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm	Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva	Programa Mais Educação	Ampliar espaços, reduzir a evasão, a repetência e distorções de idade por ano/série, por meio de projetos, ações culturais, educativas, esportivas, de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de lazer.

Parecer CNE/CEB nº 8/2010	5 de maio de 2010. https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN82010.pdf?query=Brasil	Conselho Nacional de Educação	Estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei nº 9.394/96 (LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública	O parecer destaca: 1) a necessidade de real valorização da carreira do magistério; 2) a ampliação do financiamento da educação; e 3) uma melhor organização da gestão.
Resolução CNE/CEB nº 4/2010	13 de julho de 2010. https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN42010.pdf?query=AGR	Conselho nacional de Educação	Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica	Direito de toda pessoa ao seu pleno desenvolvimento, à preparação para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, na vivência e convivência em ambiente educativo; o Estado brasileiro, a família e a sociedade têm de garantir a democratização do acesso, a inclusão, a permanência e a conclusão com sucesso das crianças, dos jovens e adultos na instituição educacional; * continuidade dos estudos e a extensão da obrigatoriedade e da gratuidade da Educação Básica.
Parecer CNE/CEB nº 7/2010	13 de julho de 2010. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf	Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica	Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.	* Sessão III – “§ 1º O Ensino Médio deve ter uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas como preparação geral para o trabalho ou, facultativamente, para profissões técnicas; na ciência e na tecnologia, como iniciação científica e tecnológica; na cultura, como ampliação da formação cultural; [...] § 3º Os sistemas educativos devem prever currículos flexíveis, com diferentes alternativas, para que os jovens tenham a oportunidade de escolher o percurso formativo que

				atenda seus interesses, necessidades e aspirações, para que se assegure a permanência dos jovens na escola, com proveito, até a conclusão da Educação Básica”.
PNE 2011-2020	2011-2020. http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf	Ministério da Educação	Plano Nacional de Educação com duração de 10 anos	Meta 3 – universalizar até 2016, atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa de matrículas no EM para 85%. Meta 4 – atendimento escolar aos estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação e altas habilidades. Meta 6 – educação em tempo integral em 50% das escolas públicas
Parecer CNE/CEB nº 5/2011	4 de maio de 2011 https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN52011.pdf?query=M%C3%89DIO	Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio	Formação para a cidadania como para o mundo do trabalho; criação do FUNDEB; reorganização curricular e da formulação de diretrizes filosóficas e sociológicas; as Juventudes – CONJUVE; estudantes do EM noturno; estudantes do EJA; estudantes indígenas, do campo e quilombolas; estudantes da Educação Especial; trabalho, ciência, tecnologia e cultura; trabalho como princípio educativo; pesquisa como princípio pedagógico; direitos humanos como princípio norteador; sustentabilidade ambiental como meta universal; identidade e diversidade; profissionalização.

Parecer CNE/CEB nº 2/2012	30 de janeiro de 2012 http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192	Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica	Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.	Orienta a educação pública da União quanto à elaboração, ao planejamento, à implementação e à avaliação das propostas curriculares do EM.
Portaria nº 1.140/2013	22 de novembro de 2013	Ministérios da Educação e as Secretarias estadual e distrital de educação	Pacto Nacional pelo Fortalecimento do EM	* Assumem o compromisso pela valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos no ensino médio público, nas áreas rurais e urbanas; * portal com informações e materiais sobre o Pacto Nacional.
Decreto nº 8.268, de 2014	18 de junho de 2014. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8268.htm	Presidenta da República Dilma Rousseff	Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	“Art. 1º [...] § 2º Para os fins do disposto neste Decreto, consideram-se itinerários formativos ou trajetórias de formação as unidades curriculares de cursos e programas da educação profissional, em uma determinada área, que possibilitem o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.”
Lei nº 13.415/2017 Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016.	16 de fevereiro de 2017. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm	Presidente da República Michel Temer	Altera a Lei nº 9.394 – LDB/1996 e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.	Aumento da carga horária para 1.400 horas; BNCC por áreas do conhecimento e parte diversificada (Itinerários Formativos e Técnica e profissional); formação integral; projeto de vida; certificados intermediários de qualificação para o trabalho.

Parecer CNE/CEB nº 3/2018	8 de novembro de 2018 https://normativasconselho.s.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN32018.pdf?query=M%C3%89DI O	Conselho Nacional de Educação	Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, observadas as alterações introduzidas na LDB pela Lei nº 13.415/2017	Os currículos escolares e suas propostas pedagógicas, devem ser organizados a partir da Base Nacional Comum Curricular e se articularem segundo itinerários formativos que considerem as características de cada região.
Parecer nº 15/2018 (Homologado pelo Senhor Ministro da Educação por meio da Portaria nº 1.570, publicada no D.O.U. de 21/12/2017)	4 de dezembro de 2018 https://normativasconselho.s.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN152018.pdf?query=PLENA	Conselho Nacional de Educação	Instituição da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) e orientação aos sistemas de ensino e às instituições e redes escolares para sua implementação, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino, nos termos do Art. 211 da Constituição Federal e art. 8º da Lei nº 9.394/1996 (LDB).	Instituem a BNCC-EM, na condição de etapa final da Educação Básica, visando a “consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos”, bem como a “preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”. Estrutura curricular, organização, proposta pedagógica, ENEM, PNLD.
Portaria MEC nº 521/2021	13 de julho de 2021 https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-521-de-13-de-julho-de-2021-331876769	Ministério da Educação / Gabinete do Ministro	Institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio.	cronograma da implementação dos currículos alinhados à BNCC; ampliação da carga horária para mil horas; implementação dos itinerários formativos; cronograma dos materiais e recursos didáticos via PNLD. *matrizes do SAEB alinhados ao

				NEM até 2024; * atualização da matriz de avaliação do NEM.
Parecer nº 0003/2021 – CEE/RS	20 de outubro de 2021 https://www.ceed.rs.gov.br/parecer-n-0003-2021	Comissão de Ensino Médio e Educação Superior Comissão Especial do Regime de Colaboração	Instituiu o Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio – RCGEM, etapa final da educação básica, e suas modalidades, como referência obrigatória para elaboração dos currículos das instituições integrantes dos Sistemas Estadual e Municipais de Ensino do RS, nos termos deste Parecer.	*Organização do referencial curricular gaúcho do EM. *O RCGEM oferta duas modalidades: EM em tempo integral; EM noturno. *Fundamentos pedagógicos do Currículo Gaúcho. *FGB (Formação Geral Básica). *Itinerários Formativos. *Implementação nos Sistemas e Ensino.
Portaria MEC nº399/2023	08 de março de 2023 https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-399-2023-03-08.pdf	Diário Oficial da União Ministro de Estado da Educação	Instituiu a consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio.	Abre diálogo com profissionais do magistério, as equipes técnicas dos sistemas de ensino, os estudantes, os pesquisadores e os especialistas do campo da educação, com o objetivo de avaliar a implementação do NEM.
Portaria MEC nº 627/2023	4 de abril de 2023 https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-627-2023-04-04.pdf	Diário Oficial da União Ministro de Estado da Educação	Suspende os prazos em curso da Portaria MEC nº 521, de 13 de julho de 2021, que instituiu o Cronograma Nacional de	Suspende no prazo de 60 dias a implementação do NEM. Abre para consulta pública para avaliação e reestruturação da política nacional de EM.

			Implementação do Novo Ensino Médio.	
Sumário Consulta Pública Ensino Médio – MEC	7 de agosto de 2023 https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacoes-ociais/audiencias-e-consultas-publicas/audiencias-e-consultas-publicas/sumario_consulta_publica_ensino_medio.pdf	Ministério da Educação	Sumário Executivo Portaria nº 399, de 8 de março de 2023, que institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio	* Aumento da carga horária para FGB em 2.400 horas e demais para a parte flexível; rebatizou os itinerários para “percursos de aprofundamentos e integração de estudos”; diminuiu os itinerários de 5 para 3 (linguagens, matemática e ciências da natureza; linguagens, matemática e ciências humanas e sociais; formação técnica e profissional).
PL nº 5230/2023	26 de outubro de 2023 https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2399598	Ministério da Educação	Projeto de Lei Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e define diretrizes para a política nacional de ensino médio.	Ficam revogados: I - os seguintes dispositivos da Lei nº 9.394, de 1996: o § 11 do art. 36; e o inciso IV do caput do art. 61; - os art. 12 a art. 20 da Lei nº 13.415, de 2017; e - o art. 15 da Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
PL nº 5320/2023	20 de março de 2024 https://todospelaeducacao.org.br/noticias/aprovacao-do-projeto-de-lei-novo-ensino-medio/	Ministério da Educação	Câmara dos deputados aprova nova reforma do NEM. Tramitação junto ao Senado.	Flexibilização da carga horária obrigatória do currículo comum para os estudantes que optarem por fazer cursos profissionalizantes. De 2.400 horas foi reduzido para 1.800. Permanece a Língua Inglesa como 1ª língua obrigatória. Aprovado a “mediação por tecnologia”. autorização do “notório saber” para cursos profissionalizantes. Mudanças no ENEM a partir de 2027. 2 itinerários para cada escola.

PL nº 5320/2023	09 de julho de 2024 file:///C:/Users/Jp%20higi/Downloads/Novo%20Ensino%20M%C3%A9dio_An%C3%A1lise%20do%20Todos%20Pela%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20(1).pdf	Ministério da Educação	Aprovação final da Câmara dos deputados Aguardando a sanção presidencial do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.	Define novas diretrizes para o Ensino Médio e dispõe sobre sua implementação: *Ampliação da carga horária da Formação Geral Básica (FGB), para 2.400 horas e para os Itinerários Formativos, 600 horas, totalizando 3.000 horas. *oferta de no mínimo 2 itinerários. *implementação em 2025 e Novo ENEM em 2027, conforme BNCC. * Distância na FGB; * manter o ENEM 2024 no formato da FGB; *propõe debate com a sociedade para elaboração do novo PNE.
-----------------	--	------------------------	--	---

APÊNDICE B - BANCO DE DADOS BIBLIOGRÁFICO DOCUMENTAL DE TESES, DISSERTAÇÕES E PRODUÇÕES (2018- 2023)

Banco de dados com o resgate bibliográfico documental a partir de teses, dissertações e produções realizadas no período compreendido entre 2018-2023. Eles estão subdivididos em categorias para facilitar a busca: ALUNOS; BNCC; COORDENAÇÃO; CURRÍCULO; DESIGUALDADE; DOCENTES; GESTÃO; IMPLEMENTAÇÃO; POLÍTICAS PÚBLICAS.

ALUNOS

TÍTULO	AUTORES	ANO/ARTIGO/TESE/DISSERTAÇÃO	PALAVRAS- CHAVE	LINK	RESUMO
Reforma do ensino médio e educação remota: o que pensam os (as) estudantes do Distrito Federal?	CIGALES, Marcelo Pinheiro ASSIS, Doralice Pereira de FIGUEIREDO, Lucas Sales de QUEVEDO, Guilherme Henrique Cruz	2020 - Norus	Reforma do ensino médio Ensino remoto currículo	https://www.researchgate.net/publication/347984191_Reforma_do_Ensino_Medio_e_Educacao_Remota_o_que_pensam_osas_estudantes_do_Distrito_Federal	É compreender a percepção dos estudantes do ensino médio da rede pública do Distrito Federal (DF) sobre a Reforma do Ensino Médio e o ensino remoto implementado a partir do distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19.
Percepções discentes sobre práticas escolares para a construção do projeto de vida no ensino médio	GRIMES, Camila BOOZ, Flávio FERMINO, Rozane	2022 Revista Educação e Emancipação	Ensino médio, projeto de vida, escola pública	https://periodicos.eletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/20383	Analisar as percepções de estudantes do Ensino Médio em uma escola da rede pública do estado de Santa Catarina, a partir de práticas escolares voltadas a incentivar a construção de seu Projeto de Vida.
O Novo Ensino Médio: a escuta dos educandos no estado do Amazonas	JUNIOR, José Cavalcante Lacerda	2021 Cadernos de Pesquisa : Pensamento Educacional (Curitiba. Online)	BNCC Ensino médio Percepção	https://interin.utp.br/index.php/a/article/view/2376	Percepção dos educandos em torno do Novo Ensino Médio no Estado do Amazonas.

O investimento no “potencial dos jovens” como uma tecnologia biopolítica: repensando o protagonismo juvenil no contexto do “novo ensino médio”	GOULART, Marcos Vinicius da Silva TRAVERSINI, Clarice Salete	2022 Contexto & Educação (Impresso)	Biopolítica; análise do discurso foucaultiana; protagonismo juvenil; reforma do Ensino Médio.	file:///C:/Users/Regina/Downloads/11035-Textodoartigo-56332-1-10-202203301.pdf	Analisar o discurso do protagonismo juvenil em conexão com a releitura que o filósofo desenvolve da noção de capital humano.
O (Novo) Ensino Médio na visão dos alunos: rastros da racionalidade neoliberal	WEINHEIMER, Gicele WANDERER, Fernanda	2021 Práxis educacional	Racionalidade neoliberal; Escola pública; Ensino Médio	https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9086	Analisa enunciações de discentes sobre a escola e sobre o Ensino Médio, tendo em vista a implementação do Programa Novo Ensino Médio (PNEM).
Novo Ensino Médio: expectativas e realidade dos alunos de uma escola da rede estadual de Santa Catarina	ADRIANO, Graciele Alice Carvalho BARBOSA, Ana Clarisse Alencar	2023 Caminhos da Educação	Expectativas e realidade dos alunos; Desenvolvimento e aprendizagem; Novo Ensino médio	https://periodicos.ufpi.br/index.php/cedsd/article/view/4411	Análise das expectativas e realidade vivenciada pelos alunos no NEM de uma escola da rede estadual de Educação Básica de Santa Catarina
As concepções dos estudantes em relação ao protagonismo juvenil no Novo Ensino Médio	TONIETO, Carina BELLENZIER, Caroline Simon BELLENZIER, Caroline Simon	2023 Revista Espaço Pedagógico	Protagonismo juvenil; Reforma Ensino Médio; Lei 13.415/2017.	https://seer.upf.br/index.php/revista/article/view/14398	O que dizem os estudantes gaúchos a respeito do protagonismo juvenil após três anos de experiência nas escolas piloto?
Novo Ensino Médio e o Componente Curricular Projeto de Vida: Significações Atribuídas por Jovens em uma Escola de Joinville/SC	KRELLING, Lucelia Izabel Fraga	2022 – tese UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE	Currículo; Novo Ensino Médio; Juventude; Projeto de Vida; Sentidos e Significados	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/publicacoes/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12979581	Apreender os sentidos e significados que os jovens estudantes do Ensino Médio de uma escola pública de Joinville/SC atribuem a um currículo que oferece o componente curricular Projeto de Vida.

Aprender a empreender: significados produzidos em uma proposta de educação financeira no novo Ensino Médio	MARCARINI, Veronica Borsonelli REIS, Solange Taranto de	2022 - tese Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo,	Educação Matemática; Educação Financeira Escolar; Novo Ensino Médio; Modelos dos Campos Semânticos	https://periodicos.ufjf.br/index.php/ridema/article/view/38733	Analisar os significados produzidos por estudantes em uma disciplina eletiva do Novo Ensino Médio durante o planejamento e a execução de práticas, no viés da Educação Financeira.
--	---	--	--	---	--

BNCC

TÍTULO	AUTORES	ANO/ARTIGO/TESE	PALAVRAS- CHAVE	LINK	RESUMO
Matemática e suas tecnologias no Novo Ensino Médio: a dualidade presente nas habilidades específicas da Base Nacional Comum Curricular	VARGAS, Fabiane Larissa da Silva VICENTE, Vinicius Renan Rigolin de DANTAS, Sergio Carrazedo	2022 Em Teia Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana	Base Nacional Comum Curricular, Novo Ensino Médio, matemática e suas tecnologias, concepções em Vieira Pinto, Teoria Crítica da Tecnologia	https://doi.org/10.51359/2177-9309.2022.254699	Objetiva discutir as habilidades das competências específicas do itinerário formativo Matemática e suas tecnologias e relacioná-las com a dualidade educacional presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do novo Ensino Médio.
Novo ensino médio: análise e projeções: entrevista com Daniel Cara	BELOTI, Adriana GRZECA, Francini Carla BOHRER, Marcos	2023 Revista Educação e Linguagens	Novo Ensino Médio	https://doi.org/10.33871/22386084.2023.12.23.7-18	Debater o <i>Novo Ensino Médio - NEM</i> -, imposto pela reforma educacional materializada na Base Nacional Comum Curricular – BNCC -, de 2018.
Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio: uma análise à luz de categorias de Florestan Fernandes	ANDRADE, Maria Carolina Pires de MOTA, Vânia Cardoso da	2020 Revista HISTEDBR on-line	Capitalismo dependente Florestan Fernandes Base Nacional Comum Curricular Reforma do Ensino Médio	https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8655150	À compreensão dos pormenores da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio (NEM) em diálogo com os aspectos histórico-estruturantes da educação brasileira.

COORDENAÇÃO

TÍTULO	AUTORES	ANO/ARTIGO/TESE	PALAVRAS- CHAVE	LINK	RESUMO
A Nova BNCC e a Organização por Áreas do Conhecimento: Desafios ao Desenvolvimento Profissional do(a) Coordenador(a) Pedagógico(a)	MENEZES, Lilian Cristina Fonseca OLIVEIRA, Rayane Rodrigues Góes de OLIVEIRA, Rayane Rodrigues Góes de	2023 Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas	Coordenação Pedagógica. DPD. Novo Ensino Médio. BNCCEM.	https://doi.org/10.17921/2447-8733.2023v24n2p251-259	Visa investigar o que as publicações estão discutindo sobre os impactos do novo Ensino Médio no trabalho da coordenação pedagógica e os desafios em seu desenvolvimento profissional.
Condições de trabalho do(a) coordenador(a) pedagógico(a) e seus desafios: um olhar para a etapa do ensino médio	MENEZES, Lilian SEDANO, Luciana	2022 Debates em Educação	Coordenação pedagógica, Ensino Médio, Condições de trabalho, Levantamento bibliográfico.	https://doi.org/10.28998/2175-6600.2022v14n35p353-374	Analisar as condições de trabalho dos(as) coordenadores(as) pedagógicos(as) que atuam na etapa do Ensino Médio.

CURRÍCULO

TÍTULO	AUTORES	ANO/ARTIGO/TESE	PALAVRAS- CHAVE	LINK	RESUMO
História na Base nacional Comum Curricular: alguns apontamentos	ALVES, Vânia Maria Siqueira	2019 Revista Escritas	BNCC; ensino médio; ensino de História	https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/7127	O trabalho aborda o componente curricular História na BNCC para o ensino médio, buscando analisar a proposição de organização e direcionamentos deste componente curricular para constituir o conhecimento escolar que se ensinará e se aprenderá nas escolas.
Políticas curriculares no novo Ensino Médio de Pernambucano	ALMEIDA, Lucinalva Andrade Ataíde de BEZERRA, Almir Antonio LINS, Carla Patrícia Acioli	2023 Revista Espaço Pedagógico	Itinerários Formativos. (Re)configurações. Ensino Médio.	https://doi.org/10.5335/rep.v30i0.14352	Objetivo é analisar (re)configurações e sentidos de Itinerários Formativos instituídos em torno de disciplinas eletivas em escolas de Ensino Médio localizadas no agreste de Pernambuco.
Análise da Lei 13.415/17: o novo Ensino Médio e o lugar da Filosofia no Currículo	BARROS, Rafael de	2021 Revista Digital de Ensino de Filosofia - REFilo	Lei 13.415/17; Currículo; Reforma do Ensino Médio; Ensino de Filosofia	file:///C:/Users/Regina/Downloads/67426+-Barros.pdf	Objetivo é contribuir para o debate acerca da contrarreforma do Ensino Médio e seus impactos sobre o currículo, sobretudo no que diz respeito à formação filosófica.
A educação física no novo ensino médio: implicações e tendências promovidas pela reforma e pela BNCC	BELTRÃO, José Arlen TEIXEIRA David Romão TAFFAREL, Celi Nelza Zulke	2020 Práxis educacional	Educação física escolar , Ensino médio , BNCC	https://doi.org/10.22481/rpe.v16i43.7024	Objetiva examinar a condição do componente curricular educação física no ensino médio, após as alterações promovidas pela lei n. 13.415/2017, pelas DCNEM de 2018 e pela BNCC, visando discutir as implicações e tendências que emergem desse processo, bem como expor os elementos fundamentais da proposta de educação física presente na BNCC.

Projeto de vida e empreendedoris mo no novo ensino médio	BERNARDES, Ana Cristina Rodrigues VOIGT, Jane Mery Richter	2022 Educação em foco : órgão oficial da Faculdade de Educação, Centro Pedagógico da UFJF	currículo; ensino médio; projeto de vida; empreendedoris mo; neoliberalismo	https://periodicos.ufff.br/index.php/edufoco/article/view/36651	Discutir a relação entre empreendedorismo e o componente projeto de vida presentes nestes documentos dentro proposta do Ensino Médio para Santa Catarina, bem como questionar qual a relação deste a uma suposta ordem social que produz relações sociais, maneiras de viver e também maneiras de subjetivar.
Empresarização escolar: reflexões sobre empreendedoris mo e currículo	BERNARDES, Ana Cristina Rodrigues VOIGT, Jane Mery Richter	2022 Retratos da Escola	Políticas Educacionais, Currículo, Ensino Médio	https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1467	Refletir sobre as possíveis razões que tornam relevantes questões como <i>empreendedorismo</i> e <i>projeto de vida</i> nas práticas educativas nas escolas.
Um novo Ethos educacional no ensino médio: da formação integral ao empreendedoris mo	COSTA, Marilda de Oliveira COSTA, Marilda de Oliveira	2021 Revista Exitus	Formação Integral; Ensino Médio; Empreendedoris mo	https://doi.org/10.24065/2237-9460.2015v1n1id1655	Analisar a emergência do empreendedorismo como um eixo central na formação das juventudes, adotado em reformas educacionais para o ensino médio em dois estados da federação - Mato Grosso e Rio Grande do Sul, orientadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Novo Ensino Médio
Concepções e perspectivas à Educação Física na base nacional comum curricular do ensino médio no Brasil	CRUZ, Lauro Rafael NEGRÃO, Alice Raquel Maia ABREU, Meriane Conceição Paiva	2020 Motrivivência : revista de educação física, esporte e lazer	Educação física; Base nacional comum curricular; Novo ensino médio	10.5007/2175-8042.2020e66752	Analisa a Educação Física na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, a partir da compreensão das concepções e perspectivas, envidadas pelo documento ao campo da Educação Física.

Novo Ensino Médio de Santa Catarina: organização curricular, implicações e sentidos formativos	DANTAS, Jéferson Silveira PEREIRA, Thalia Gonçalves	2022 Percursos	reforma do ensino médio; Santa Catarina; currículo base do território catarinense	file:///C:/Users/Regina/Downloads/DANTAS_PEREIRA_NOVO_ENSINO_MDIO.pdf	Analisar o Novo Ensino Médio da rede pública de ensino de Santa Catarina e as suas possíveis implicações para os processos formativos juvenis
A Matemática e os sentidos manifestados nas competências específicas e habilidades do referencial curricular do Novo Ensino Médio no Paraná	DELIBERALLI, Mariangela KLÜBER, Tiago Emanuel BOSCARIOLI, Clodis	2022 Em Teia Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana	educação matemática, filosofia da educação matemática, fenomenologia, currículo paranaense	https://doi.org/10.51359/2177-9309.2022.254690	Como se mostra a matemática no Referencial Curricular do Novo Ensino Médio no Estado do Paraná?
Novo Ensino Médio e seus efeitos sobre sujeitos e currículos	FABIS, Camila da Silva WANDERER, Fernanda	2022 Cadernos do Aplicação	Ensino Médio. Reforma curricular. Sujeitos e currículos escolares.	https://doi.org/10.22456/2595-4377.120820	Discute os contornos das políticas curriculares do Novo Ensino Médio – EM, a serem implementadas pelas escolas brasileiras até o ano de 2022. O desenho curricular da reforma do EM, materializada na Lei 13.415/2017, acena para uma configuração que propõe itinerários formativos optativos e diminuição dos tempos de formação comum.
Estudantes autônomos e seduzidos pelas tramas curriculares do (novo) Ensino Médio	FABRIS, Camila Silva WANDERER, Fernanda	2023 Horizontes	Ensino Médio; Flexibilização; Estudantes.	file:///C:/Users/Regina/Downloads/Estudantes_autonomos_e_seduzidos pelas_tramas_curr.pdf	Tem como propósito analisar efeitos que a flexibilização curricular, proposta pela Reforma do Ensino Médio, produziu nos modos de ser estudante em uma escola da região central do País.

Juventude e Projeto de Vida na Reforma do Ensino Médio	FALCÃO, Nádia Maciel CALDAS, Rafaela Silva Marinho BARROS, Ellen Belmonte	2023 Revista Espaço Pedagógico	Projeto de vida., Juventudes., Ensino Médio, Política Pública	https://doi.org/10.5335/rep.v30i0.14360	Discute o processo de incorporação da categoria projeto de vida na Reforma do Ensino Médio a partir da legislação e da produção científica no campo da educação.
A Lei 13.415/2017 e o lugar da geografia escolar na estrutura curricular do ensino médio	FARIAS, Paulo Sérgio Cunha	2020 Revista ensino de geografia	Lei 13.415. Currículo. Ensino Médio.Geografia Escolar	https://doi.org/10.51359/2594-9616.2020.245116	Objetiva analisar os impactos da Lei 13.415/2017, que reformulou a Lei 9.394/1996 e instaurou o chamado “Novo Ensino Médio”. Atenta para a questão da estrutura curricular proposta por ela para essa etapa do ensino e como nessa estrutura a Geografia aparece contemplada.
A Educação Ambiental no “Novo Ensino Médio”: uma análise nos livros didáticos da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias	FERREIRA, Mateus Henrique SILVEIRA, Dieison Prestes da LORENZETTI, Leonir	2023 Revista Sergipana de Educação Ambiental	Educação Ambiental, Livro Didático, Novo Ensino Médio	https://doi.org/10.47401/revisea.v10.19675	Analisa como os livros didáticos da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias no Ensino Médio, aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático 2021, abordam a Educação Ambiental frente aos desafios socioambientais.
A carga horária do ensino de filosofia no novo ensino médio	FRANCKLIN, Adelino	2023 Griot : Revista de Filosofia	Ensino de Filosofia; Base Nacional Comum Curricular; Lei nº 13.415/17.	https://www.researchgate.net/publication/375157399_A_carga_horaria_do_ensino_de_filosofia_no_novo_ensino_medio	Analisa o quantitativo de aulas semanais de Filosofia no Novo Ensino Médio nos diferentes estados brasileiros, levando em consideração o ensino nas Redes Públicas Estaduais de Ensino.
Filosofia no Novo Ensino Médio: BNCC e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	FRAU, Erica Cristina SILVA, Paulo Rogério da ARAUJO, Daniel José de	2021 Revista Digital de Ensino de Filosofia - REFilo	Áreas de Conhecimento, BNCC, Ensino Médio, Filosofia, 17 ODS	https://doi.org/10.5902/2448065764490	Apontar algumas reflexões sobre as mudanças ocorridas no Novo Ensino Médio, mais especificamente na estrutura do Ensino de Filosofia a partir da homologação da BNCC em 2018, e estabelecer as relações entre os componentes curriculares da Área de Ciências Humanas e Sociais

					Aplicadas, e da Área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias.
A lei 13.415/2017 e o "novo" Ensino Médio: inquietações pertinentes	GONZAGA, Luciano Luz	2021 Revista Teias	Ensino Médio; Lei 13415/17; Itinerários formativos; Reforma.	file:///C:/Users/Regina/Downloads/tatcouth2C15_62047_225000_1_CEpdfilenameUTF_8tatcouth2C15_62047_225000_1_CE%20(1).pdf	Analisa os percursos formativos do Ensino Médio no Brasil desde a sua gênese até a presente reforma do Ensino Médio pela Lei 13415/2017
O novo ensino médio: entre as normativas/orientações para a reestruturação curricular e a prática didático pedagógica de professores da formação geral básica	HENDGES, Leonardo Avelhaneda	2022 – tese UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	Novo Ensino Médio. Reforma Curricular do Ensino Médio. Lei nº 13.415	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12849649	“Estabelecer relações entre normativas/orientações legais referentes ao Novo Ensino Médio e as práticas didático-pedagógicas desenvolvidas por professores da Formação Geral Básica em escolas pertencentes à 17ª Coordenadoria Regional de Educação”. Realizou-se a coleta e análise de informações por meio de entrevistas com os professores atuantes no Novo Ensino Médio de escolas da Rede Escolar Pública Estadual do Rio Grande do Sul (REPE/RS), pertencentes à 17ª Coordenadoria Regional de Educação.
Trabalho e Projeto de Vida no Novo Ensino Médio em Mato Grosso do Sul: discursos e modos de subjetivação juvenil	HILÁRIO, Wesley Fernando de Andrade ZILANI, Rosemeire de Lourdes Monteiro	2023 Revista Pedagógico Espaço	Subjetivação, Novo Ensino Médio, Neoliberalismo, Currículo	https://doi.org/10.5335/rep.v30i0.14378	Utiliza-se como fonte o livro didático distribuído à Rede Estadual de Ensino para uso na disciplina Projeto de Vida, sendo analisado a partir dos princípios da análise discursiva de Michel Foucault.

Cenários para entender o Novo Ensino Médio no contexto da Matemática e da Educação Financeira Escolar	JÚNIOR, Marco Aurélio Kistemann GIORDANO, Cassio Cristiano GIORDANO, Cassio Cristiano	2022 Em Teia Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana	Novo Ensino Médio, itinerários formativos, educação financeira	https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/artic/e/view/254698	Por meio de cenários, apresentar os pontos essenciais para o educador que queira se aprofundar nos itinerários formativos, na condução do projeto de vida dos estudantes, na formação geral básica e nas unidades eletivas, problematizando temáticas da Matemática Financeira e da Educação Financeira em seus diversos vieses.
Sociologia Pública e o ensino de sociologia: reflexões sobre o contexto pós- reforma do Ensino Médio	LIMA, Rodrigo da Costa	2020 Revista Brasileira do Ensino Médio	Sociologia no ensino médio, reforma do ensino médio, sociologia pública	https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=5W2UqxUAAAJ&citation_for_view=5W2UqxUAAAJ:2osOgNQ5qMEC	Compreender a reforma do ensino médio e suas implicações na estrutura curricular, após a promulgação da Lei 13.415/2017.
Pensamento computacional no novo ensino médio: uma análise das obras didáticas da área de matemática e suas tecnologias	LUCAS, Leandro Mário MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro VIANA, Lucas Henrique	2023 Educação Matemática Pesquisa	Pensamento computacional, Novo ensino médio, Obras didáticas, Matemática e suas tecnologias	https://doi.org/10.23925/1983-3156.2023v25i3p049-078	Analisar o impacto da inserção do PC no conteúdo das obras didáticas da área de Matemática e suas tecnologias do novo ensino médio.
Transformação curricular do novo ensino médio sob a ótica da abordagem STEAM	MELLO, Geison Jader GRAÇA, Aline Ribeiro Tosta	2022 REAMEC - Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática	Novo Ensino Médio, Interdisciplinaridade, Itinerário Formativo, Transformação curricular. Formação de professores	https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/reamec/article/view/14268	Analisar a transformação curricular do Novo Ensino Médio, sob a perspectiva de uma formação de professores orientada para a Abordagem STEAM (acrônimo em inglês para Ciências, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática).

Currículo cultural e biologia na Amazônia: Análise crítica do Documento Curricular do Estado do Pará	MELO, Amanda Jessica Coelho SANTOS, Marcio dos	2023 Revista espaço do currículo	Currículo cultural amazônico, DCEPA-EM, Pará, Currículo de Biologia	https://doi.org/10.15687/rec.v16i1.66056	Aproximar as reflexões acerca da cultura e da Amazônia, aos espaços educacionais e especialmente ao currículo. Mais especificamente, este estudo tem o objetivo de analisar a influência dos conhecimentos amazônicos no Documento Curricular do Estado do Pará (DCEPA-EM), no campo da Biologia.
O conceito de áreas de conhecimento no Novo Ensino Médio	MENDES, Sandra Regina	2020 Retratos da escola	Ensino médio. Reforma do ensino médio. Áreas de conhecimento. Legislação educacional. Currículo	https://doi.org/10.22420/rde.v14i29.1077	O que de fato é <i>novo</i> em relação as áreas de conhecimento no “novo” ensino médio?
Compreensões de professores de Matemática sobre recomendações da BNCC para abordar conteúdos de Estatística no Ensino Médio	MONTE, Marciel José do CARVALHO, Liliane Maria Teixeira Lima de CARZOTA, Irene Maurício MONTEIRO, Carlos Eduardo Ferreira	2022 Em Teia Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana	educação matemática, educação financeira escolar, itinerários formativos, temas contemporâneos transversais e integradores, ensino médio	https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/emteia/article/view/254700	Verificar se e como a Educação Financeira Escolar está presente em livros didáticos (Objeto1: Projetos Integradores e Projeto de Vida) do PNLD (2021) das diferentes áreas de conhecimento para o Ensino Médio.
A Educação do/no Campo na Base Nacional Comum Curricular e na reforma do novo Ensino Médio: desafios para o ensino de Matemática	NAHIRNE, Ana Paula BOSCARIOLI, Clodis	2023 Revista Eletrônica de Educação Matemática	Educação do Campo, Base Nacional Comum Curricular, Reforma do Ensino Médio, Ensino da Matemática	https://periodicos.ufsc.br/index.php/revemat/article/view/91026/52695	Analisar se a proposta pedagógica curricular de Educação do Campo, em seus princípios políticos e pedagógicos, está contemplada na Base Nacional Comum Curricular e na Reforma do Ensino Médio.

Ensino de filosofia no contexto das competências e habilidades do novo ensino médio	NASCIMENTO, Christian Lindberg Lopes do ALVES, Nilmária Silveira	2021 Revista Digital de Ensino de Filosofia - REFilo	BNCC. Competências. Ensino de Filosofia. Habilidades. Novo Ensino Médio.	https://periodicos.ufsm.br/refilo/article/view/67446	Tem o intuito de examinar como o ensino de Filosofia se insere no contexto das habilidades e competências. Para tanto, é crucial compreender os conceitos de habilidades e competências, com o objetivo de pensar de que maneira os conteúdos filosóficos podem ser preservados.
Tensões no novo ensino médio: projetos de currículos em disputa	NETO, Alaim Souza	2020 Retratos da escola	BNCC. Currículo. Ensino médio. Política curricular	https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/947	Problematizar algumas das tensões entre as políticas curriculares, a saber, a reforma do ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), caracterizando algumas das disputas e interesses, bem como os seus impactos à escola, em uma perspectiva curricular.
Menos Educação Física, menos formação humana, menos educação integral	NETO, Vicente Molina	2023 Movimento	Educação Física, Educação Básica, Currículo Escolar, Política Pública.	https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/125819	Análise dos documentos relativos ao que denominamos contrarreforma curricular.
Uma análise do componente curricular Projeto de Vida no Ensino Médio a partir da ontologia fundamental de Martin Heidegger	OECHSLER, Fabio Richard	2023 – tese UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	Ensino Médio; Existência; Existenciais; Heidegger; Ontologia da Educação; Projeto de Vida	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12708049	Compreender as características do componente curricular Projeto de Vida no Ensino Médio a partir da ontologia fundamental de Martin Heidegger,

A Educação Física no Novo Ensino Médio Baiano: uma análise documental	OLIVEIRA, Cristiano de Souza RIBEIRO, Alexsandro Rabaioli Nunes	2022 Revista Entreideias	Lei nº 13.415/17, Educação Física, Novo Ensino Médio	https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/42722	Analisar as mudanças que estão ocorrendo no Novo Ensino Médio baiano, especificamente no componente curricular Educação Física.
“Cuidado, não voa tão perto do sol”: considerações para trabalhar projeto de vida com juventudes brasileiras	PESSANHA Corrêa, Giovanna EUCLIDES, Rebeca de Oliveira, CUNHA, Thiago Colmenero	2022 Contexto & Educação	Projeto de vida, subjetividades, juventudes, psicologia educacional	https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/12703	O Novo Ensino Médio institui o Projeto de Vida como obrigatório no currículo escolar, através de oficinas ou aulas onde educadores e jovens debatem sobre questões de âmbito profissional, social, físico e emocional a partir da reflexão sobre tomada de decisões e resolução de problemas.
Disciplinas eletivas no Novo Ensino Médio: um possível caminho para a Escolarização Aberta	SACHINSKI, Gabriele KOWALSKI, Raquel Pasternak Glitz TORRES, Patricia Lupion	2023 Revista educacional diálogo	Escolarização Aberta. Projeto CONNECT. Novo Ensino Médio. Disciplinas eletivas. Base Nacional Comum Curricular	https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/30038/26111	Busca refletir sobre como as disciplinas eletivas propostas pelo Novo Ensino Médio podem contribuir para tornar a Escolarização Aberta uma realidade na educação brasileira.
As especificidades do ensino médio brasileiro, a Lei nº 13.415 e a geografia escolar: um debate necessário	SALMERON, Lucas Da Silva LOPES, Claudivan Sanches	2021 Revista ensino de geografia	Ensino de Geografia; Novo Ensino Médio; Reformas Educacionais	file:///C:/Users/Regina/Downloads/bruno3300291,+246841-186876-1-CE.16-35%20(1).pdf	Discutir algumas das problemáticas presentes no Ensino Médio, refletindo sobre seus desafios na contemporaneidade, além de procurar compreender o papel da Geografia em meio ao novo contexto educacional desse ensino implementado pela Lei nº 13.415/2017.

O “novo” ensino médio na rede estadual de educação da Bahia: processos curriculares em movimento no NTE 09 - Amargosa	SANTOS, Flavio Figueiredo	2021 – tese UNIVERSIDADE DO SUDOESTE DA BAHIA	Desterritorialização o- reterritorialização curriculares; Novo Ensino Médio; Proposta curricular baiana	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11250273	Cartografar os processos de desterritorialização e reterritorialização curriculares, ocorridos entre 2019 e 2020, que incidem sobre as escolas-piloto para um “novo” ensino médio, no contexto da Rede Estadual de Educação da Bahia, no contexto do NTE 09 – Amargosa.
Desafios e entraves do novo ensino médio da Bahia: os contextos de influência e produção	SANTOS, Ines Silva Goncalves dos	2022 – tese UNIVERSIDADE DO SUDOESTE DA BAHIA	Currículo; Política educacional; Projeto de	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12183796	Compreender os fundamentos que embasam a proposta curricular, presente nos documentos normativos da Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei n.º 13.415/2017, cujo aporte teórico-metodológico se sustenta na abordagem ciclo de políticas de Stephen Ball e colaboradores.
Ameaças à Disciplina Escolar Biologia no “Novo” Ensino Médio (NEM): Atravessamentos Entre BNCC e BNC-Formação	SELLES, Sandra Escovedo SELLES, Sandra Escovedo	2022 Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências	Educação em Ciências, Currículo, História da Disciplina Escolar Biologia, Finalidades Educacionais, BNCC-EM	https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/40802	Investiga as finalidades da disciplina escolar Biologia e como essas vêm sendo reconfiguradas no Brasil desde 1996 até a presente década.
Juventudes, novo ensino médio e itinerários formativos: o que propõem os currículos das redes estaduais	SILVA, Monica Ribeiro da KRAWCZYK, Nora Rut CALÇADA, Guilherme Eduardo Camilo	2023 Educação e Pesquisa	Juventudes; Itinerários formativos; Reforma do ensino médio; Novo ensino médio	https://www.scielo.br/j/ep/a/JFWYthKGr3PzwN7QsqhfMqs/	Analisa as propostas curriculares das 16 unidades da federação que haviam concluído a adequação até dezembro de 2021, problematizando-as a partir da relação entre juventude e escolarização.

Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma	SILVA, Karen Cristina BOUTIN, Aldimara Catarina	2018 Educação (Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brazil)	Educação; Educação integral; Ensino médio; Reformas educacionais.	http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1984-64442018000300521&script=sci_abstract	Propõe estabelecer reflexões sobre a proposta de educação integral expressa na atual Reforma do Ensino Médio, instituída por meio da Lei nº 13.415/2017, e desse modo trazer argumentos para instigar o debate teórico acerca do assunto.
A educação física escolar na reforma do Ensino Médio	SILVA, João Luís Coletto da SILVEIRA, Eder Da Silva	2023 Revista Espaço Pedagógico	Educação Física, Ensino Médio, Currículo, Lei 13.415/2017, Justiça curricular	https://seer.upf.br/index.php/re/article/view/14399	Identificar e compreender as principais ponderações presentes na bibliografia especializada sobre as implicações do Novo Ensino Médio para a Educação Física escolar à luz da justiça curricular.
Projetos de vida e a fabricação de subjetividades monetizáveis	SILVA, Roberto Rafael Dias da ESTORMOVS KI, Renata Cecilia	2023 Revista Espaço Pedagógico	Currículo Escolar, Novo Ensino Médio, Customização curricular, Projetos de Vida	https://seer.upf.br/index.php/re/article/view/14363	Examinamos as racionalidades políticas que atravessam a curricularização dos projetos de vida no Novo Ensino Médio, problematizando esse componente como uma tecnologia de rentabilização de estilos afetivos a partir da fabricação de subjetividades monetizáveis.
Reforma do ensino médio no Paraná: dos enunciados da Lei 13.415/17 à regulamentação estadual	SILVA, Monica Ribeiro da BARBOSA, Renata Peres KÖRBES, Cleci	2022 Retratos da Escola	Políticas Educacionais, Políticas Curriculares, Reforma do Ensino Médio	https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1473	Trata da regulamentação das bases curriculares do chamado Novo Ensino Médio na rede estadual de ensino do Paraná, considerando-se o que está previsto na Lei 13.415/17.

O novo ensino médio no Espírito Santo: o componente curricular projeto de vida na formação dos jovens	SILVA, Asenete Rodrigues e	2023 – dissertação Universidade federal do Espírito Santo	Reforma do Ensino Médio. Novo Ensino Médio. Projeto de Vida	https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_17376_DISSERTA%C7%C3O%20A SENATE%20R ODRIGUES%20E%20SILVA%202023.pdf	Focaliza o componente curricular “Projeto de Vida” no Novo Ensino Médio no Espírito Santo.
Pensando sobre o futuro: o papel do novo ensino médio na construção de projeto de vida e carreira dos estudantes no estado de Sergipe	SILVEIRA, Ana Karolina Nunes	2023 - Dissertação UNIVERSIDADE TIRADENTES	Educação. Projeto de Vida. Projeto de Carreira. Reforma do Ensino Médio	https://mestrados.unit.br/pped/wp-content/uploads/sites/2/2023/09/ANA-KAROLINA-NUNES-SILVEIRA.pdf	Identificar como a nova reforma do ensino médio tem contribuído ou dificultado a construção de um projeto de vida e carreira dos estudantes do ensino médio no Estado de Sergipe.
Competências empreendedoras no novo ensino médio: uma resposta às dores e aos sonhos educacionais Canoas	SOARES, Tatiani Prestes	2022 – Dissertação Universidade La Salle	Gestão educacional; Empreendedorismo; Educação empreendedora; Novo Ensino Médio	https://svr-net20.unilasalle.edu.br/handle/11690/3501	Consiste em analisar o itinerário formativo de empreendedorismo para o desenvolvimento de competências nos estudantes concluintes do ensino médio de uma escola da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul.
Proposta pedagógica para inserção de uma “cultura maker” visando adequação de escolas estaduais ao novo ensino médio	SOUZA, Ana Paula Nazar de	2023 Revista Foco	: Escola pública; maker; educação acessível	file:///C:/Users/Regina/Downloads/PROPOSTA_PEDAGOGICA_PARA_INSERCAO_DE_UMA_CULTURA_M.pdf	Divulgar projeto prático realizado em uma escola pública do estado do Rio de Janeiro baseado em uma cultura do Faça Você Mesmo - Do It Yourself (DIY).

Pensamento computacional no novo Ensino Médio: atividades desplugadas envolvendo padrões e regularidades	TREVISAN, André Luis LUZ, Carlos Augusto GROSS, Giane Fernanda Schneider DUTRA, Alessandra	2022 Em Teia Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana	Ensino e aprendizagem; Pensamento computacional; Ensino de Matemática; Padrões e regularidades	file:///C:/Users/Regina/Downloads/Pensamento_computacional_no_novo_Ensino_Medio_atividade.pdf	Analisar as contribuições de atividades desplugadas aplicadas a alunos de duas turmas de Ensino Médio (EM) de uma escola situada ao noroeste do Paraná para ensinar os conteúdos padrões e regularidades por meio dos quatro pilares do PC: decomposição, reconhecimento de padrões, abstração e algoritmo.
O novo ensino médio e a educação física nas escolas públicas do Mato Grosso: itinerários formativos e o protagonismo juvenil	SOUZA, Weder Camillo de	2021 – tese UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	Ensino Médio; Educação Física. Itinerários Formativos. Protagonismo Juvenil.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/publicacoes/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10985509	Analisar as discussões sobre BNCC no Ensino Médio na perspectiva da Educação Física enquanto componente curricular com potencialidade para contribuir com o protagonismo juvenil.
Novo Ensino Médio: os conteúdos científicos em rede nos processos de ensino e aprendizagem no Projeto Connect	TRINDADE, Sueli Perazzoli TORRES, Patrícia Lupion KOWALSKI, Raquel Pasternak Glitz	2023 Revista e-curriculum	novo ensino médio; escolarização aberta; ciência aberta; Projeto Connect.	https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/61614	Analisar práticas pedagógicas inovadoras, interativas, integradas e inclusivas no Novo Ensino Médio, por meio de conteúdos científicos em rede no Projeto Connect.
A pedagogia das competências e o “novo” ensino médio: currículo utilitarista e a centralidade da avaliação	TRINDADE, Debora Cristine MALANCHEN, Julia	2022 EccoS – Revista Científica	BNCC, currículo, ensino médio, pedagogia das competências, pedagogia histórico-crítica	https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/23198	O texto apresenta argumentos, indicando que o “novo” Ensino Médio no Brasil e a reorganização curricular via Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem suas vertentes na pedagogia das competências, já utilizadas no final da década de 1990.

Prática de construção de jogos digitais: uma experiência marcante no Novo Ensino Médio	TRINDADE, Roger TRINDADE, Roger	2021 – tese UNIVERSIDADE REGIONAL DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	Ensino Médio; Educação Física. Itinerários Formativos. Protagonismo Juvenil.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10985509	Analisar as discussões sobre BNCC no Ensino Médio na perspectiva da Educação Física enquanto componente curricular com potencialidade para contribuir com o pro-tagonismo juvenil.
Currículo STEAM: interrogações e reticências sobre um "novo" ensino médio	ZULTANSKI, Ana Clara	2022 – tese UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	“Novo” Ensino Médio; STEAM; Política curricular; Indústria 4.0	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13780867	Analisar como a chamada “Indústria 4.0” influenciou a elaboração e a implementação do currículo STEAM (Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics) no “Novo” Ensino Médio.
Projetos integradores de matemática	MENDONÇA, Adriana Ferreira SANTOS, Francisco Filipe Passos dos	2021 Boletim Cearense de Educação e História da Matemática	Projetos Integradores, Temas Integradores, PNLD2021	https://revistas.uece.br/index.php/BOCEHM/article/view/5524	Analisar os Projetos Integradores da área de Matemática e suas Tecnologias, aprovados pelo PNLD 2021, relativamente a três aspectos: temas integradores, competências e habilidades. Os temas integradores que compõem as obras são: STEAM, Protagonismo juvenil, Mídia Educação e Mediação de conflitos.

DESIGUALDADE

TÍTULO	AUTORES	ANO/ARTIGO/TESE	PALAVRAS-CHAVE	LINK	RESUMO
Relação de forças entre as orientações da Unesco e as demandas estudantis na Lei nº 13.415/2017	BOUTIN, Audimara Catarina Brito Delabona Flach, Simone de Fátima	2022 Práxis educativa (Ponta Grossa, Paraná, Brazil)	Relação de forças; Hegemonia; Unesco; Movimento estudantil; Lei Nº 13.415/2017	https://doi.org/10.5212/praxedu.v.17.19945.0.28	Como aporte teórico o materialismo histórico e dialético, este texto tem por objetivodesvelar a relação de forças entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e o movimento estudantil secundarista brasileiro, aqui representado pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubess), na materialização da Lei Nº 13.415/2017 – Reforma do Ensino Médio
Itinerários formativos e 'liberdade de escolha': Novo Ensino Médio em São Paulo	CÁSSIO, Fernando GOULART, Débora Cristina	2022 Retratos da Escola	Ensino médio. Desigualdades Educaçã o Educacionais. Educa ção Integral. Projeto de Vida.	https://retrato.sdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1516	Analisa a promessa de 'liberdade de escolha' feita a estudantes brasileiros/as com a Lei n. 13.415/2017, articulando três elementos: i) delineamento da 'livre escolha' no Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed e na Frente Currículo e Novo Ensino Médio; ii) o estado de São Paulo na vanguarda nacional da implementação do Novo Ensino Médio – NEM; iii) relação entre escolha individual, oferta de itinerários formativos e indicadores socioeconômicos na rede estadual paulista.
A BNCC e o “novo” Ensino Médio: reformas arrogantes, indolentes e malévolas	SÜSSEKIND, Maria Luiza	2019 Retratos da escola	Currículos. BNCC do Ensino Médio. Epistemologias do Sul	https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.980	Partimos da percepção de que o modo de conhecer moderno engendra também suas ignorâncias e aponta, em diálogo com as teorias de Boaventura Santos, que a reforma é arrogante, indolente e malévola, produz injustiças, invisibilidades e inexistências.
Um vírus em meio ao aparelhamento do novo ensino médio	CASAGRANDE, Ana Lara	2022 Retratos da Escola	Ensino médio. Desigualdades Educacionais. Educa- ção Integral. Projeto de Vida		Analisa a promessa de 'liberdade de escolha' feita a estudantes brasileiros/as com a Lei n. 13.415/2017, articulando três elementos: i) delineamento da 'livre escolha' no Conselho Nacional de Secretários de Educação –

					Consed e na Frente Currículo e Novo Ensino Médio; ii) o estado de São Paulo na vanguarda nacional da implementação do Novo Ensino Médio – NEM; iii) relação entre escolha individual, oferta de itinerários formativos e indicadores socioeconômicos na rede estadual paulista.
A “expansão” da carga horária no novo ensino médio aprofunda desigualdades escolares no estado de São Paulo	CÁSSIO, Fernando	2022 EccoS – Revista Científica	Desigualdades educacionais ensino a distância, ensino médio, ensino noturno, Novo Ensino Médio	https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/23200	A partir de uma análise objetiva, abrangendo a regulamentação estadual e dados relativos à expansão da carga horária no NEM da rede estadual paulista em 2022, o artigo argumenta que a “expansão” do tempo dos/as estudantes na escola – uma das grandes promessas da reforma do ensino médio desde 2016 – aprofunda as desigualdades escolares no estado de São Paulo em vez de melhorar as condições de escolarização dos/as estudantes.
“Novo” ensino médio e trabalho pedagógico na rede estadual do rio Grande do Sul: impactos na formação da força de trabalho no Brasil	EICHNER, Anthony Scapin	2023 – Dissertação UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	“Novo” Ensino Médio. Capitalismo. Trabalho pedagógico. Força de Trabalho.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id_trabalho=13729449	Analisar, tendo por base a Reforma do Ensino Médio na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul, as relações entre o trabalho pedagógico, visando à formação de estudantes secundaristas, e o estágio atual de acumulação capitalista e suas consequências para a reprodução da força de trabalho no Brasil. Partiu-se do Materialismo Histórico-Dialético, abordagem marxista de análise e conhecimento da realidade social, que orientou a pesquisa tendo por pressuposto que as relações de produção e a luta de classes, conforme suas atuais configurações, impactam as políticas educacionais brasileiras
Capital, educação pública e trabalho: estratégia neoliberal como legitimadora da precarização do trabalho no Novo	FRANCA, Diego	2023 Germinal : marxismo e educação em debate	Capital, Educação, trabalho, Novo Ensino Médio	https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/arti	Analisa as relações entre capital, educação pública e trabalho no contexto das transformações estruturais da acumulação.

Ensino Médio na Paraíba				cle/view/51336	
A reforma em curso no ensino médio brasileiro e a naturalização das desigualdades escolares e sociais	FURTADO, Renan Santos SILVA, Vergas Vitória Andrade da	2020 Revista e- curriculum	Reforma curricular, Itinerários formativos, Reprodução, Legitimação, Desigualdades escolares.	https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/45763	A escolha por itinerários formativos pode contribuir para o alargamento das desigualdades no sistema escolar?
A Etnomatemática e a reforma curricular brasileira	GIORDANO, Cassio Cristiano SOUSA, Olenêva Sanches HAETINGER, Claus	2023 Prometeica (Mar del Plata)	base nacional común curricular etnomatemática matemáticas y cultura reforma curricular brasileña transdisciplinariedad	10.34024/prometeica.2023.27.15281	Em um dos momentos mais críticos para o povo brasileiro, em plena crise sanitária e econômica da pandemia de Covid-19, por uma infeliz coincidência, atravessamos uma ampla reforma curricular impulsionada publicação da “Base Nacional Comum Curricular – BNCC”, em 2018, documento norteador dos currículos nacionais que ignorou a História da Matemática, bem como nossa grande tradição em pesquisa e ensino etnomatemáticos. Por outro lado, os documentos curriculares complementares publicados em 2019: “Referenciais Curriculares para a Elaboração de Itinerários Formativos” e “Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos” colocaram os professores brasileiros diante de um vazio fértil, repleto de desafios e possibilidades. Disc
Desigualdades Digitais e as Parcerias Público-Privadas: análise sobre a atuação da SEDUC/RS para a apropriação das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação pelos professores e estudantes das escolas	JOVER, BRENDA	2022 – Dissertação UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação; Ensino Remoto Emergencial; Apropriação; Novo Ensino Médio; Desigualdades digitais; Parcerias público-privado	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id_trabalho=13790978	Analisar a atuação da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul para a apropriação das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) pelos professores e estudantes das escolas estaduais de Ensino Médio durante o Ensino Remoto Emergencial, em 2020 e 2021 e na implementação do Novo Ensino Médio em 2022.

estaduais de Ensino Médio entre os anos de 2020 e 2022					
A cláusula REBUS SIC STANTIBUS na educação: a proposta do novo ensino médio e o prejuízo cultural	PACKER, Amilcar Douglas	2019 – tese UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	Educação;Políticas Públicas;Teoria da Imprevisão;Ensino Médio;Flexibilização	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id_trabalho=7725533	Em direito existe a chamada “teoria da imprevisão”, a qual promove a amenização dos efeitos de mudanças socioeconômicas, que de alguma forma cause grave dano, afete ou prejudique os direitos das pessoas em geral
O novo Ensino Médio e a liberdade de escolha	RIBEIRO, Márcen Pádua ZANARDI, Teodoro Adriano Costa	2020 Educação	New High School, Freedom, Inequalities.	https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/articulo/view/39519	Aborda a proposta do Novo Ensino Médio a partir de suas promessas de liberdade de escolhas reiteradas aos (às) jovens brasileiros(as), através de intensa propaganda midiática realizada pelo Ministério da Educação
Novo Ensino Médio: desafios e expectativas	RODRIGUES, Eliane Ricarte CUNHA, Geremias Cassiano MANSKE, George Saliba	2023 Devir Educação	Novo Ensino Médio. Formação docente. Ambiente Escolar.	https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/articulate/view/640	Buscou-se com este trabalho discutir sobre o Novo Ensino Médio (NEM) elencando as mudanças, desafios e restrições que gestores, professores e alunos encontrarão com a implantação deste modelo de ensino.
O direito à educação na perspectiva da justiça distributiva: uma análise sobre a Reforma do Ensino Médio	SANTOS, Émina Márcia Nery LÉLIS, Luziane Said Cometti VALE, Cassio	2020 Educação	Direito à educação, Ensino médio, Justiça distributiva	https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/articulo/view/38228	O estudo discute o direito à educação na perspectiva da justiça distributiva preconizada por John Rawls (2017), que articula a igualdade equitativa de oportunidades ao princípio da diferença com a finalidade de possibilitar a ascensão do indivíduo em diversas funções na sociedade
Orfandade instituída e legalmente amparada: reflexões críticas sobre o "novo" Ensino Médio brasileiro	SCHÜTZ, Jenerton Arlan Cossetin, Vânia Lisa Fischer	2019 Educação Unisinos	Reforma do Ensino Médio; Escola; Educação.	https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2019.232.01	Examina a Medida Provisória 746/2016, convertida na Lei 13.415, situando-a no debate sobre as finalidades e o formato do “novo” Ensino Médio brasileiro

“Novo ensino médio” como persistência das desigualdades educacionais?	SEGAL, Robert Lee	2022 Educação em foco : órgão oficial da Faculdade de Educação, Centro Pedagógico da UFJF	educação; novo ensino médio; itinerários formativos; oportunidades educacionais; desigualdades de oportunidades educacionais.	https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/36920	Os itinerários formativos do “Novo Ensino Médio” significam efetivamente uma liberdade de escolha entre os estudantes, sob seu destino educacional, ou mais uma forma de persistência das desigualdades de oportunidades educacionais no Brasil?
A função do “Novo” Ensino Médio na lógica do capital: estratificação, perspectivas e resistências	GOMES, Mike Ceriani de Oliveira	2022 Práxis educativa (Ponta Grossa, Paraná, Brazil)	Classes dominantes. Classes populares. Novo Ensino Médio.	https://revista.suepg.br/index.php/praxise/educativa/article/view/18510	Refletir as mudanças no sistema de educação formal brasileiro. Foi utilizada como ponto de partida para a análise bibliográfica uma citação da obra <i>A educação para além do capital</i> , do filósofo húngaro István Mészáros, na qual este cita um modelo educacional arcaico sugerido pelo filósofo iluminista inglês John Locke para as classes populares.

DOCENTES

Desenvolvimento do Pensamento Computacional: do preconizado pela BNCC à formação dos professores da Educação Básica	MACHADO, Kheronn Khennedy DUTRA, Alessandra	2023 Revista diálogo educacional	Pensamento Computacional I. Educação Básica. Ensino Médio	https://doi.org/10.7213/1981-416X.23.077.A009	Os professores da rede pública do estado do Paraná-PR, mais especificamente, da região noroeste, estão preparados para empregar os pressupostos e diretrizes do PC a estudantes do Ensino Médio?
Que há de projetos de vida para os estudantes e educadores no currículo? Reflexões sobre o caderno orientador de projeto de vida da rede pública estadual de Minas Gerais	MESQUITA, Fábio Júnio	2023 Revista Inter Ação	Novo Ensino Médio; Projeto de Vida; Juventudes; Sujeito-docente- efetivo.	https://revista.sufg.br/interacao/article/view/75018	Investigar como os docentes da rede pública estadual mineira têm sido formados para o Novo Ensino Médio.
Metodologias Ativas e o ensino de Biologia: desafios e possibilidades no novo Ensino Médio	PIFFERO, Eliane SOARES, Renata COELHO,	2020 Revista Ensino & Pesquisa	Educação básica, formação de professores, metodologias de ensino.	https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/	Investigar o contexto do ensino da Biologia na percepção de professores diante das demandas do Novo Ensino Médio, o qual propõe que o aluno tenha um

	Caroline ROEHRS, Rafael			ew/3568	itinerário próprio de aprendizagem e como as metodologias ativas podem contribuir nos resultados esperados nesta etapa de ensino.
As implicações da reforma do novo ensino médio na prática e na formação docente em filosofia	RODRIGUE S, Neuza Ferreira FERREIR A, Sônia Maria Lira	2021 Filosofia e educação	Ensino de Filosofia. Novo Ensino Médio. Formação Docente	https://periodicos.sbu.unica.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8664187/26686	Compreender os fenômenos de aceitação e de recusa do estudo de Filosofia pelos estudantes, investigando um problema já vivido, ou seja, o desinteresse acadêmico, que se torna emergente diante desse cenário educacional. Os professores de Filosofia são convocados a repensar o seu ensino e a sua formação docente, buscando superar a visão negativa da disciplina no Ensino Médio.
A produção da reforma do ensino médio nos discursos do programa “Educação: novos rumos”	BRITO, Elia Povoas Pereira Estrela	2018 Olh@res (Universidade Federal de São Paulo)	Mídia, ensino médio, formação de professores	https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/730/272	Analisa o programa: “Educação: Novos Rumos”, produzido e exibido pela TV Cultura, evidenciando as estratégias discursivas utilizadas em prol das práticas reformistas.
Autonomia docente no novo ensino médio: possibilidades e constrangimentos no contexto do RS	CENTA, Fernanda Gall	2022 – tese UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA		https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12839670	Compreender as possíveis formas pelas quais a autonomia docente se desenvolve no processo de mudança do currículo na implementação do Novo Ensino Médio.
Avaliação da percepção dos professores de escolas estaduais pertencentes à	FRANCISCO, Bruna Corrêa UGGIONI, Edison	2023 Perspectiva (Florianópolis, Brazil)	Educação Básica, Novo Ensino Médio, Lei nº 13.415/2017	https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/94172	Verificar qual a percepção dos professores com relação as mudanças decorrentes da implementação do Novo Ensino Médio (NEM).

coordenadoria regional de educação de Criciúma sobre o novo ensino médio.	MADEIRA, Kristian				
Desafios do Novo Ensino Médio	GIORDANO, Cassio Cristiano	2023 A Educação em Matemática Revista	Novo ensino médio; itinerários formativos; BNCC; ensino de matemática	https://www.researchgate.net/publication/369687255_Desafios_do_Novo_Ensino_Medio	Ser professor na Educação Básica brasileira significa ser testado a todo instante, adaptar-se a contínuas modificações nas diretrizes educacionais, à precária formação inicial e continuada e às cobranças por melhoria dos indicadores educacionais, a despeito da falta de recursos disponíveis
BNCC e o professor de Literatura: água que corre entre pedras	MENDES, Nataniel	2020 Revista Teias	BNCC, ensino de literatura, atuação docente	https://www.e-publicacoes.ufrj.br/revistateias/article/view/53725	Discutir a papel destinado pela legislação brasileira, notadamente pela Base Nacional Curricular Comum, à educação literária no Ensino Médio para, a partir daí, refletirmos sobre como deve ser a atuação do professor de literatura nesse processo, diante dos propósitos perseguidos pela nova legislação em articulação com o “novo” Ensino Médio.
Que há de projetos de vida para os estudantes e educadores no currículo? Reflexões sobre o caderno orientador de projeto de vida da rede pública estadual de Minas Gerais	MESQUITA, Fábio J.	2023 Revista Inter Ação	Novo Ensino Médio; Projeto de Vida; Juventudes; Sujeito-docente- efetivo.	https://revista.s.ufg.br/interacao/article/view/75018	Busca investigar como os docentes da rede pública estadual mineira têm sido formados para o Novo Ensino Médio.
O “professor do século XXI”: seus principais determinantes e sua caracterização em	OTALORA, Gabriel Felipe Sanchez	2022 – Dissertação UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA	Atividade de Ensino; Trabalho do Professor; Reforma do Ensino Médio; Novo Ensino Médio	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalho	Conhecer as características do trabalho do professor no Novo Ensino Médio, chamado de “professor do século XXI”, a partir das orientações ao programa

face ao novo ensino médio (2016-2022)		CATARINA		Conclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13215563	EMITI (2017) e do Currículo Base do Ensino Médio para o Território Catarinense (2021).
O impacto da reforma do ensino médio nos Institutos Federais de Educação: a ótica dos docentes do IF sudeste MG campus Santos Dumont sobre as mudanças na prática pedagógica	SILVA, Rafael Arcanjo Duarte e CONCEIÇÃO O, Gabriel Luís	2023 Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica (Online)	Reforma do Ensino Médio, Base Nacional Comum Curricular, Educação Profissional e Tecnológica, Prática pedagógica.	https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEP/article/view/13607	Investiga a Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei 13415/17, que promoveu alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e os seus possíveis impactos na ótica docente.
Reformas, docência e violência curricular: uma análise a partir do “Novo Ensino Médio”	SILVEIRA, Éder da Silva SILVA, Monica Ribeiro da OLIVEIRA, Falconiere Leone Bezerra de	2021 Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	Reforma do ensino médio, Docência, Violência curricular	https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15298	Busca-se compreender o que comunicam as narrativas de professores/as que atuam em duas escolas-piloto do programa do governo federal criado com vistas à implementação da reforma do ensino médio (Lei 13.415/17) e em uma escola privada que vem implementando a reforma a título experimental
Professores diante do novo ensino médio: relações externas de mudança e trabalho docente	TONIETO, Carina FÁVERO, Altair Alberto CENTENAR O, Junior Bufon BUKOWSKI, Chaiane BELLENZIE R, Caroline Simon	2023 Educação	Ensino Médio, Participação docente, Políticas Curriculares	https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/69995	Analisar as percepções de professores da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul (RS), a fim de identificar se eles se percebem como protagonistas no processo de elaboração e de implementação da reforma educacional do novo ensino médio.

Novo ensino médio (NEM) e sua implementação: dos professores da rede estadual de educação da supervisão regional de Joaçaba - SC	TREVISOL, Marcio Giusti MAGRO, Alessandra Micheli FELLIPIN, Eliane Salete	2022 Atos de Pesquisa em Educação	Educação Básica, Novo Ensino Médio, Lei nº 13.415/2017	https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/94172	Verificar qual a percepção dos professores com relação as mudanças decorrentes da implementação do Novo Ensino Médio (NEM).
---	--	--	---	--	--

GESTÃO

A percepção dos gestores das escolas de ensino médio em Fortaleza sobre a importância da educação física como componente curricular	MORENO, Danilo Bastos ANDRADE, César Augusto Barroso de ALVES, Maria Emanuela Cordeiro RODRIGUE S, Leonardo Coelho	2021 Caderno de Educação Física e Esporte	Gestores, Educação Física, Ensino Médio	https://saber.uioeste.br/index.php/cadernoodfisica/article/view/27514	Verificar a percepção dos gestores de escolas de ensino médio, pertencentes a rede pública do estado do Ceará, sobre a importância das aulas de EF.
A coexistência das perspectivas de gestão gerencialista e democrática no contexto do Novo Ensino Médio público do Distrito Federal	PACHECO, Ricardo Goncalves	2022 – tese UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	educação básica;gestão democrática;gerencialismo;ensino médio;formação da juventude	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11730574	Analisa a coexistência de perspectivas de gestão na rede pública de ensino do Distrito Federal.

IMPLEMENTAÇÃO

Novo Ensino Médio e economia comportamental: fundamentos para modelar o comportamento da classe trabalhadora no contexto de crise	SIQUEIRA, Thiago Vasquinho LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz	2023 Germinal : marxismo e educação em debate	Novo Ensino Médio, Banco Mundial, Economia Comportamental , Competências, Modelar Comportamento	https://doi.org/10.9771/gmed.v15i2.54767	Este artigo analisa as bases da implementação de políticas educacionais com foco na modelagem dos comportamentos, difundidas mundialmente, sobretudo, após a crise de 2008.
O projeto de vida no Novo Ensino Médio	BRAGGIO, Ana Karine SILVA, Rosângela da	2023 Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	Projeto de vida, BNCC, Novo Ensino Médio	https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.16266	Visando compreender o caminho de inserção na educação, a pesquisa faz um levantamento dos documentos norteadores desde a primeira ocorrência em 1998 até a versão homologada da BNCC.
Ensino de sociologia sob a razão neoliberal: um estudo dos primeiros impactos do novo ensino médio em Anápolis	BUENO, Enrico CARVALHO, Thiago Macedo de	2023 Revista Inter Ação	Novo Ensino Médio; Ensino de Sociologia; Escola Neoliberal; BNCC.	https://doi.org/10.5216/ia.v48i1.74943	Analisa os primeiros impactos da implementação do Novo Ensino Médio nas escolas estaduais do município de Anápolis, Goiás, com ênfase no ensino de Sociologia.
Novo Ensino Médio em Pernambuco: construção do currículo a partir dos itinerários formativos	LIMA, Maria da Conceição Silva GOMES, Danyella Jakelyne Lucas	2022 Retratos da Escola	Currículo., Ensino Médio., Reforma Curricular., Pernambuco.	https://doi.org/10.22420/rde.v16i35.1478	Examina a implementação do Novo Ensino Médio na rede estadual de Pernambuco.

Mudanças e desafios no ensino de Matemática e suas Tecnologias a partir dos Itinerários Formativos	LIMA, Dina Séfora Santana Menezes Barroso, Maria Cleide Da Silva	2022 – tese Universidade Federal de Santa Maria	Novo Ensino Médio. Reforma Curricular do Ensino Médio. Lei nº 13.415	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id_trabalho=12849649	“A prática didático-pedagógica de professores da Formação Geral Básica no contexto da implementação do Novo Ensino Médio” está o entendimento de que o processo de reforma pode gerar múltiplas compreensões nos contextos escolares, além de problemas relacionados a sua implementação.
O Novo Ensino Médio Paulista: velhas propostas de manutenção da dualidade estrutural e da precarização do ensino	CARVALHO, Celso do Prado Ferraz de CAVALCANTI, Fabio	2022 Educação & Formação (Fortaleza)	Reforma do ensino médio, BNCC, itinerários formativos, Novo Ensino Médio Paulista	https://revista.suece.br/index.php/redufor/article/view/7317	Apresentar aspectos gerais da reforma do ensino médio e da BNCC, especificamente a flexibilização do currículo e a centralidade assumida pelos itinerários formativos, tendo como referência o processo de implementação pela Secretaria da Educação no Estado de São Paulo (SEDUC-SP) do Novo Ensino Médio Paulista.
Desafios e possibilidades do Novo Ensino Médio: uma revisão de literatura sistemática de	SILVA, Diovana Aparecida Carvalho da PASQUAL, Franciele Mariani BLASZKO, Caroline Elizabel	2022 Ensino & Pesquisa	Educação Básica, Ensino Médio, Políticas Educacionais, Reformulações	https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/7205	Identificar as abordagens sobre o Novo Ensino Médio em trabalhos publicados entre os anos de 2017 e 2022.

Novo Ensino Médio e economia al: comportament para fundamentos o modelar o comportament o da classe trabalhadora no contexto de crise	SIQUEIRA, Thiago Vasquinho LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz	2023 Germinal : marxismo e educação em debate	Novo Ensino Médio, Banco Mundial, Economia Comportamental, Competências, Modelar Comportamento	https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/54767	Analisa as bases da implementação de políticas educacionais com foco na modelagem dos comportamentos, difundidas mundialmente, sobretudo, após a crise de 2008.
Lei 13.415, BNCC do Ensino Médio e o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense: desafios na implementação	ALMEIDA, Paula ALMEIDA, Paula	2022 REVISTA ELETRÔNICA PESQUISEDUCA	BNCC do ensino médio., LDB, Proposta Pedagógica, IFSul	https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/1160	Tece reflexões a respeito destas mudanças frente à proposta pedagógica do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul) e suas consequentes modificações curriculares.
"Novo" Ensino Médio: embuste de uma reforma participativa em Goiás	ALVES, Miriam Fábila OLIVEIRA, Valdirene Alves de	2022 Retratos da Escola	Reforma. Ensino médio. Goiás. Diretrizes Curriculares. Participação	https://retrato.sdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1487	Desvelar a materialização da reforma do ensino médio na rede estadual de Goiás iniciada em 2017, a partir de documentos como as diferentes versões das diretrizes curriculares do estado e as matérias publicadas no site oficial da Secretaria de Estado de Educação — Seduc, que indicam a atuação dos governos do estado e seus movimentos.
Aspectos iniciais da implementação do Novo Ensino Médio no estado de Mato Grosso	BONAMINO, Alicia FERREIRA, Nathacha Monteiro MUYLAERT, Naira	2022 Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	Novo Ensino Médio, Implementação, Mato Grosso	https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16620	Compreender como se desenvolve a implementação do Novo Ensino Médio (NEM) no Estado do Mato Grosso (MT), segundo características vigentes em 2020.

As reformas educacionais, o novo ensino médio e a gestão para resultados – ofensiva empresarial?	CAETANO, Maria Raquel	2018 Nuances	Reforma da Educação. Ensino Médio. Público-privado.	https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/5811	Analisar as relações entre a Reforma do Ensino Médio e a inserção de propostas privadas na educação através de ferramentas de gestão do mundo empresarial ligados a duas instituições que operam em escolas públicas.
A influência conservadora e empresarial na perpetuação da dualidade educacional no século XXI: o processo de implementação da reforma do Ensino Médio no Estado de São Paulo	CASTILHO, Bianca Bardi	2021 – Dissertação UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13 415/2017); Novo Ensino Médio do Estado de São Paulo; Novo currículo do Ensino Médio Paulista; Inova Educação; Novot ec.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11201052	Identificar o processo de implementação da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13 415/2017) na rede estadual do Estado de São Paulo no contexto de acirramento do neoliberalismo e avanço dos movimentos conservador e empresarial na educação.
Os primeiros passos para a implementação da reforma do ensino médio na rede estadual do RS: Projetos em disputa	CHAGAS, Angela Both	2019 – Dissertação UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Ensino Médio; Reforma do Ensino Médio; Lei nº 13.415/2017; Rio Grande do Sul; Política Educacional	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7686617	Investigar as discussões e as regulamentações para a implementação da reforma do Ensino Médio na rede estadual do Rio Grande do Sul, a partir da análise das disputas dentro do campo educacional.

Implantação do Novo Ensino Médio no Amapá	DRAGO, Crislaine Cassiano MOURA, Dante Henrique	2022 Retratos da Escola	Reforma do ensino médio. Ensino médio no Amapá. Políticas Educacionais. Escolas do Novo Saber.	https://retrato.sdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1472	Analisa os primeiros movimentos da implantação da reforma do ensino médio no Amapá.
Efeitos da implementação do (novo) ensino médio: flexibilidade, entretenimento e a emergência de um currículo letificado	FABIS, Camila da Silva	2023 – tese UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Ensino Médio.; Reforma do Novo Ensino Médio.; Flexibilização; Teorizações foucaultianas	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13741545	Problematizar os efeitos produzidos pela implementação da reforma do Ensino Médio (EM) em professores e estudantes de um colégio pertencente a uma rede de escolas posicionada como uma das primeiras instituições a implementar o (novo) Ensino Médio (Lei 13.415/2017) no Brasil.
O “novo ensino médio” no Espírito Santo	FELIX, Ana Paula FERREIRA, Eliza Bartolozzi SANTOS, Kefren Calegari dos	2021 Trabalho necessário	Reforma; ensino médio; ação pública	https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47157	Analisar a forma de implantação do “novo ensino médio” no Espírito Santo.
Novo Ensino Médio no Espírito Santo: os desafios de diretores/as escolares	FERREIRA, Eliza Bartolozzi CYPRIANO, Alessandra Martins Constantino	2022 Retratos da Escola	NEM, Gestão escolar, Reforma, Diretor/a	https://retrato.sdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1471	A implantação do Novo Ensino Médio – NEM na rede estadual do Espírito Santo.

Desafios da articulação entre o novo ensino médio e a BNCC: o caso do Distrito Federal	FERREIRA, Fernando ABREU, Richard James LOUZADA-SILVA, Daniel	2019 Em aberto	Challenges, High school, Common National Curriculum Base, Desafios, Escuela secundaria, Base de currículo nacional común, Desafios, Ensino médio, Base Nacional Comum Curricular	https://edubas.e.sbu.unicamp.br/items/17760e81-0ca6-4843-ab65-048979bd61c6	Trata da articulação entre a BNCC e o Currículo em Movimento na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), entre junho de 2016 e dezembro de 2019, apresentando de forma sucinta os desafios enfrentados, a articulação entre diferentes setores, as soluções encontradas e o planejamento de implantação do novo currículo a partir de 2020.
O Novo Ensino Médio Catarinense Segundo a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC)	FERREIRA, Bruno Cesar de Freitas	2020 – Dissertação UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	Educação; Política Educacional; FIESC; SED; Ensino Médio	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9328257	Investigar as articulações para a implementação do Novo Ensino Médio catarinense, aprovado pela Lei Federal n. 13.415/17. A investigação foi realizada por meio da análise de documentos impressos e on-line divulgados pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), além de documentos publicitados pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED), acerca de ações e projetos desenvolvidos por ambas instituições relativos ao processo de implementação do Novo Ensino Médio na rede estadual catarinense.
A reconstituição do processo histórico do Novo Ensino Médio no estado do Rio de Janeiro	GAWRYSZEWSKI, Bruno PEREIRA, Natália Silva	2023 Revista Espaço Pedagógico	Ensino médio, Política educacional, Estado, Rio de Janeiro	https://seer.ufrjf.br/index.php/rep/article/view/14355	Analisar os processos de formulação e implementação do Novo Ensino Médio, particularizando o caso do estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um processo de disputa pela direção e concepção de um projeto de formação escolar travado entre vários sujeitos.

Novo ensino médio no Rio Grande Do Sul: um olhar para o processo de implantação	HABOWSKI, Fabiane LEITE, Fabiane de Andrade	2021 Revista Interfaces da Educação	Política Educacional, Discursos Curriculares, Itinerários Formativos	https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/6027	Analisa as compreensões de professoras/coordenadoras da proposta do Novo Ensino Médio (EM) acerca do processo formativo e a implementação em escolas da região das Missões no Rio Grande do Sul.
Políticas sobre o currículo do novo ensino médio: Desdobramentos e Efeitos de um Projeto Piloto em uma Escola Estadual (RS)	HOMEM, Luciane Flores	HOMEM, Luciane Flores	Projeto piloto do Novo Ensino Médio; Flexibilização curricular; Papel da escola; Trabalho docente	http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/11473	Implementação do Projeto Piloto do Novo Ensino Médio. Possui como questão norteadora “Quais os desdobramentos e os efeitos da implementação do projeto piloto do Novo Ensino Médio na Escola Estadual de Ensino Médio Caic Madezatti no município de São Leopoldo?”
Novo Ensino Médio na prática: a implementação da reforma na maior rede de ensino básico do país	JACOMINI, Márcia Aparecida	2022 Retratos da Escola	Reforma do Ensino Médio, Rede Estadual Paulista, Diretoras de Escola	https://retratoesdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1569	Perspectiva de profissionais que estão acompanhando a implantação do Novo Ensino Médio nas escolas da rede estadual de ensino de São Paulo, convidamos três diretoras escolares para falar sobre essa experiência.
Estudo sobre o início do processo de implementação do Novo Ensino Médio no Distrito Federal (2017-2022)	MACHADO, Ana Paula Silva	2022 – dissertação UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	Educação básica; ensino médio; Base Nacional Comum Curricular; Novo Ensino Médio	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12009072	Analisar a implementação do Novo Ensino Médio nas escolas-piloto da rede pública do Distrito Federal, mais especificamente, pretendese analisar as experiências dos gestores e professores das escolas-piloto com a implementação do Novo Ensino Médio; analisar os marcos legais da reformulação do ensino médio; identificar como ocorreu o processo de definição do cronograma para implantação da reforma na etapa no Distrito Federal; levantar informações sobre o processo de comunicação entre escola e a

					Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) para a implementação do cronograma nacional proposto.
Desafios e possibilidades para a implementação do novo ensino médio em escolas públicas da região de Santa Maria/RS	MUCH, Liane Nair	2021 – tese UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	Novo Ensino Médio; Reforma Curricular; Inovação Curricular; Teoria Fundamentada em Dados; Gestão Escolar.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&idTrabalho=11050825	Compreender os movimentos realizados por Escolas Públicas no processo de implementação do Novo Ensino Médio”.
Implementação do Novo Ensino Médio no Estado do Acre: a Experiência das Escolas- Piloto	OLIVEIRA, Adriana Martins de SILVA, Monica Ribeiro da	2023 Revista Espaço Pedagógico	Políticas Educacionais; Lei 13.415/17; Reforma do Ensino Médio; Recontextualização	https://seer.ufp.br/index.php/rep/article/view/14343	Analisa os primeiros movimentos da implementação da reforma do ensino médio no estado do Acre, a partir da experiência das escolas-piloto.
Reforma do ensino médio no Mato Grosso do Sul	PERBONI, Fabio LOPES, Maria de Lourdes Macedo Ferreira	2022 Retratos da Escola	Novo Ensino Médio, Lei nº 13.415, Políticas Educacionais, Rede Estadual de Ensino, Mato Grosso do Sul	https://retratoesdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1490	Vincula-se à pesquisa interinstitucional <i>A Reforma do Ensino Médio com a Lei nº 13.415/2017: percursos da implementação nas redes estadual e federal de Ensino Médio do Mato Grosso do Sul</i> , que integra investigação da Rede EMPesquisa, centrando-se nas iniciativas de implementação da reforma do ensino

					médio em Mato Grosso do Sul.
A reforma do “novo Ensino Médio”: uma interpretação para o ensino de ciências com base na pedagogia histórico-crítica	PINHEIRO, Bárbara Carine Soares EVANGELISTA, Neima Alice Menezes MORADILLO, Edilson Fortuna de	2020 Debates em Educação	Reforma do Ensino Médio, Novo Ensino Médio, Ensino de Ciências, Pedagogia Histórico-Crítica.	https://www.ser.ufr.br/index.php/debate/educacao/article/view/7289	Estudo teórico de análise da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que legisla sobre a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, mais conhecida como a Reforma do Novo Ensino Médio.
O “novo” ensino médio no cenário educacional pandêmico	POTTMEIER, Sandra ZONTA, Evandro José GUILHERME, Luiz Herculano de Sousa CAETANO, Marta Helena Curio de PIMENTA, Renata Waleska de Sousa	2022 Revista Nova Paideia	Educação Básica, Pandemia, Novo Ensino Médio, Santa Catarina	https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIE/article/view/171	Analisar os movimentos políticos educacionais empreendidos na/para a reformulação e na/para a implementação do “Novo” Ensino Médio em 2020 nas redes pública e privada de Santa Catarina

BNCC e rotina escolar: uma análise discursiva sobre alterações, desafios e impactos do novo ensino médio em uma escola estadual na Bahia	SANTANA, Italo Costa Vaz	2023 – dissertação UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	BNCC;Novo Ensino Médio;Currículo; DCRB;Bahia	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13796163	Analisar, em uma perspectiva pós-crítica, pós-estruturalista da educação e de compreensão do currículo sob a ótica das relações de saber e poder, o processo de reformulação curricular proposto pela BNCC e os impactos, na rotina em uma escola de ensino médio do Estado da Bahia, com a implementação do Novo Ensino Médio.
A implementação dos itinerários formativos no currículo do novo ensino médio nas escolas públicas do Estado do Espírito Santo	SOUZA, Vagner de GUIMARÃES, Vanessa Cardoso MONTEIRO, Sandra Renata Muniz LIMA, Marcelo	2023 La Salle (Canoas, Rio Grande do Sul, Brazil)	Novo Ensino Médio, Organização curricular, Itinerário Formativo	https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/10043	Analisa a proposta de <i>itinerários formativos</i> elaborados pela secretaria de educação do Estado do Espírito Santo a ser implementada nas unidades de ensino da Rede pública Estadual, destacando seus limites epistemológicos e temporais e ressalta suas implicações curriculares e formativas de caráter fragmentário e restritivo.
Produção da escola de Ensino Médio: disputas de hegemonia pelos sentidos, finalidades e formatos após promulgação e implementação da Lei 13.415/2017	FELIPE, Francisco Flavio Alves	2021 – TESE UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Produção da Escola;Novo Ensino Médio;Capitalismo Dependente;Políticas Educacionais;Trabalho – Educação	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11069460	Analisar como se processa a implementação do Novo Ensino Médio, considerando a sua legislação regulamentadora, a Lei 13.415/2017 e o Documento Orientador instituído pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia
Processo da reforma do ensino médio no Rio de Janeiro	PEREIRA, Natália Silva CIAVATTA, Maria GAWEYSZEWSKI, Bruno	2022 Retratos da Escola	Ensino Médio, Rio de Janeiro, Políticas Educacionais, Estado	https://retratoesdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1398	Discute-se a implementação da reforma do ensino médio no estado do Rio de Janeiro.

POLÍTICAS PÚBLICAS

TÍTULO	AUTORES	ANO/ARTIGO/TESE	PALAVRAS-CHAVE	LINK	RESUMO
Base Nacional Comum e Novo Ensino Médio: expressões do empresariamento da educação de novo tipo em meio à crise orgânica do capitalismo brasileiro	ANDRADE, Maria Carolina Pires de	2020 Dissertação UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Empresariamento da educação de novo tipo; Crise orgânica; Políticas públicas de educação; Base Nacional Comum Curricular; Novo Ensino Médio	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id_trabalho=9307886	A pesquisa busca entender a lógica imanente e funcional do objeto, cuja alavancagem se deu em meio à abertura de uma crise de hegemonia, seguida pela consolidação de um novo período de crise orgânica do capitalismo brasileiro.
Desventuras da educação brasileira e as 'reformas' atuais: educar para a produtividade do trabalho	ANDRADE, Maria Carolina Pires de GAWRYSZEWSKI, Bruno	2018 Eccos (São Paulo, Brazil)	Crise. Políticas Públicas em Educação. Produtividade do Trabalho. Reformas Educacionais	https://doi.org/10.5585/eccos.n47.10716	O trabalho visa compreender a simultaneidade das reformas educacionais com tantas outras em curso. À luz do método materialista histórico e dialético de investigação
Mudanças nas políticas curriculares do ensino médio no Brasil: repercussões da BNCCEM no currículo mineiro	PINTO, Samilla Nayara dos Santos MELO, Savana Diniz Gomes	2021 Educação em Revista	novo ensino médio; BNCC; currículo; Minas Gerais	https://www.scielo.br/j/edur/a/gHjF9n8vLqPrwzCHb8zzKYB/?lang=pt	Objetiva analisar o conjunto de políticas curriculares dirigidas ao ensino médio a nível nacional, no período de 1990 a 2018 e sua expressão na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais

A política de educação em tempo integral no ensino médio do estado do Acre: bases político-ideológicas que orientam o programa	EVANGELIS RA, Anderson Pereira MELO, Lúcia De Fátima CARVALHO, Mark Clark Assen de	2019 Revista Docência e Ciberultura	Reforma do Ensino Médio, Educação em Tempo Integral, Política Educacional.	https://doi.org/10.12957/redo.c.2019.44571	Busca revelar as bases político-ideológicas do Programa de Educação em tempo Integral no Ensino Médio que vem sendo desenvolvido no âmbito da Rede Estadual de Educação do Estado do Acre (Lei nº 3.366 de 2017), na tentativa de compreender como esta política se articula com que está posto na Reforma do Novo Ensino Médio, buscando contribuir com o debate em torno deste complexo objeto que é o Ensino Médio no Brasil
Educação financeira escolar no Novo Ensino Médio: como livros didáticos de projetos integradores e projeto de vida apresentam a temática?	MELO, Danilo Pontual de PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos	2022 Em Teia Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana	educação matemática, educação financeira escolar, itinerários formativos, temas contemporâneos transversais e integradores, ensino médio	https://doi.org/10.51359/2177-9309.2022.254700	Verificar se e como a Educação Financeira Escolar está presente em livros didáticos (Objeto1: Projetos Integradores e Projeto de Vida) do PNLD (2021) das diferentes áreas de conhecimento para o Ensino Médio.
A nova reforma do Ensino Médio amparada pela lei 13.415 e suas ameaças para a disciplina de educação física	ROCHA, Bruna Beatriz da FARIAS, Marcio Norberto	2020 Devir Educação	Educação Física escolar; Reforma; Novo Ensino Médio	https://devireducacao.ded.ufia.br/index.php/DEVIR/articled/view/224	Busca esboçar uma interpretação sobre a lei 13.415 que se volta para o Ensino Médio em um processo que afeta a formação humana em meio às políticas educacionais e as propostas pedagógicas existentes

Resistir e existir: o ensino- aprendizagem de arte nos projetos integradores do novo ensino médio	ROCHA, Maurilio MUNIZ, Mariana Lima MUNIZ, Mariana Lima	2022 Cena	Arte. Projetos Integradores. Ensino-Médio. Material Didático	https://seer.ufrgs.br/index.php/cena/article/view/125175	impactos sofridos na produção de materiais didáticos pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2021
O abandono do trabalho pedagógico na educação física do novo ensino médio	SCAPIN, Gislei José SCAPIN, Gislei José	2022 Cadernos de Pesquisa	Trabalho pedagógico; Reforma da educação; Mundo do trabalho; Educação física	https://www.scielo.br/j/cp/a/sSVTvqnMqZXWw37d6KM47sC/?lang=pt	Implicações das atuais reformas educacionais no desenvolvimento do trabalho pedagógico em educação física no Novo Ensino Médio.
Reforma do ensino médio: Vamos pensar uma educação ecossistêmica? '	WATHIER, Valdoir Pedro	2019 – tese UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	Novo Ensino Médio; Política de Fomento; Educação ecossistêmica	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8084320	Na análise da política, busca-se identificar, entre os equilíbrios e desequilíbrios que se apresentam, possibilidades para que seja pensada uma aproximação à educação ecossistêmica, norteadas pelo tripé indivíduo-sociedade-natureza.

As competências socioemocionais e o projeto de vida do novo ensino médio: uma moralização renovada para a classe trabalhadora	LIMA, Guilherme Luiz Formigheri de.	2023 – Dissertação UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	Projeto de Vida; Competências socioemocionais ; Novo Ensino Médio; Empreendedorismo; Moralização; Educação de valores; Privatização da educação	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13751314	Compreender o uso das competências socioemocionais (CSE), em seus aspectos políticos e formativos, no componente curricular Projeto de Vida (PV) no interior da contrarreforma do ensino médio a partir da atuação do Instituto Iungo (Belo Horizonte-MG) em Santa Catarina-SC.
Reforma do Ensino Médio no Brasil e crise mundial da educação: uma análise reflexiva da flexibilização das humanidades na educação básica	FAVERO, Altair Alberto COSTA, Daiane Rodrigues CENTENAR O, Junior Bufon	2019 Ensino em re-vista	Flexibilização; Ensino Médio; Humanidades; Nussbaum.	http://educ.fc.c.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-17302019000300656&lng=es&nrm=iso	Discute a reforma do ensino médio no Brasil (Lei 13.415/2017) tendo por escopo apontar suas limitações na medida em que negligencia aspectos básicos para a formação humana, integral e democrática ao assumir um viés mercantilista e tecnicista.
A liberdade de escolha no Novo Ensino Médio	FÁVERO, Altair Alberto CENTENAR O, Junior Bufon SANTOS, Antonio Pereira dos	2023 Revista Pedagógico Espaço	flexibilização curricular; Reforma do Ensino Médio; políticas neoliberais.	https://seer.ufr.br/index.php/rep/article/view/14414	Busca caracterizar a concepção de flexibilização presente nos documentos oficiais da REM, bem como compreender as percepções de flexibilização de gestores de escolas públicas da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, e, por fim, analisar a flexibilização no contexto das reformas educacionais neoliberais.

Em busca do consenso: “novo ensino médio”, intelectuais orgânicos e hegemonia	BEZERRA, Vinícius De Oliveira BRITO, Silvia Helena Andrade de	2019 Práxis educacional	Lei no 13.415, Movimento estudantil, Reforma do ensino médio	https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5684	Apoiado no conceito de hegemonia de Antonio Gramsci, as estratégias utilizadas por frações da classe dominante para obter o consentimento social sobre a reforma do ensino médio (Lei no 13.415/2017), no momento anterior à publicação da Medida Provisória no 746/2016 e no contexto do movimento de ocupações escolares.
A relação de forças entre a UNESCO e o Movimento Estudantil e sua materialização na reforma do Ensino Médio através da lei nº 13.415/2017	BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona	2020 – tese UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	Relações de força; Hegemonia; UNESCO; Movimento Estudantil; Lei nº 13.415/2017	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9708778	Focado nos interesses antagônicos que se fazem presentes na atual Reforma para o Ensino Médio, a partir do embate entre os dois segmentos da sociedade civil: a UNESCO, instituição ligada aos organismos internacionais, orientada para atender os interesses do capital e o Movimento Estudantil, organização de caráter político que, historicamente, convergiu suas demandas para questões ligadas à democratização e qualidade da educação pública.
"Mudar para que tudo fique como está": a reforma do ensino médio e o aprofundamento da dependência educacional no Brasil	CASTRO, Matheus Rufino CASTRO, Matheus Rufino	2022 Germinal : marxismo e educação em debate	governamentalidade, neoliberalismo, currículo, docência, novo ensino médio.	https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistas/article/view/70217	Tematiza como as tecnologias da governamentalidade neoliberal se movimentam em função do controle das práticas docentes.

Desafiando a passividade na educação: desconstruindo a formação espetacular em um mundo em constante mudança.	CONTE, Elaine TREVISAN, Amarildo Luiz	2023 Eccos (São Paulo, Brasil)	Formação, Espetacular, Ensino Médio	https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/24174	O texto surge do campo das políticas educacionais e discute os paradoxos da educação, que incluem debates e questões sobre conteúdos enfáticos e objetos autônomos irreconciliáveis com as demandas exteriores.
Novo ensino médio: quem conhece aprova! Aprova?	CORRÊA, Shirlei de Souza GARCIA, Sandra Regina de Oliveira	2018 Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	Ensino médio, Políticas públicas, Organização curricular.	https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11469	As recentes mudanças ocorridas no EM - Ensino Médio - foram polêmicas e geraram uma série de críticas de especialistas e representações de entidades públicas que rejeitaram, tanto o formato impositivo da proposta – por meio da MP nº 746/2016, quanto o conteúdo que modifica a estrutura e o funcionamento do atual EM
Política curricular do novo ensino médio: tecnologias da governamentalidade neoliberal	DOURADO, Gláucia Gonçalves de Oliveira SALES, Shirlei Rezende	2022 Revista Teias	Governamentalidade, neoliberalismo, currículo, docência, novo ensino médio	https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistas/article/view/70217	Tematiza como as tecnologias da governamentalidade neoliberal se movimentam em função do controle das práticas docentes

O retrocesso da reforma do ensino médio, a BNCC, o neoliberalismo educacional e a marginalização dos Institutos Federais - IFs	ESQUINSAN I, Rosimar Serena Siqueira SOBRINHO, Sidinei Cruz	2020 Revista Inter Ação	Reforma do Ensino Médio, BNCC, Neoliberalismo , Institutos Federais – Ifs.	https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/61630	Analisa e discute as principais justificativas governamentais para a política pública educacional da Reforma do Ensino Médio (2017), e a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (BNCC-EM, 2018).
Política curricular do novo ensino médio: tecnologias da governamentalidade neoliberal	DOURADO, Gláucia Gonçalves de Oliveira SALES, Shirlei Rezende	2022 Revista Teias	governamentalidade, neoliberalismo, currículo, docência, novo ensino médio.	https://www.e-publicacoes.ufrj.br/revistas/article/view/70217	Como as tecnologias da governamentalidade neoliberal se movimentam em função do controle das práticas docentes.
Educação™: discussões sobre o “Novo Ensino Médio” do Brasil	FERREIRA, Luan	2020 Revista Educação e Políticas em Debate	Neoliberalismo, Novo Ensino Médio, Redes sociais	https://seer.ufrj.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/50356	A sociedade atual é chamada por muitos de “neoliberal”, sendo marcada pela reprodução de uma razão empresarial em busca da propagação de interesses do mercado em diversas esferas. Nesse sentido, este artigo propõe debater como a dimensão da educação se insere neste contexto, refletindo sobre obstáculos e desafios para se realizar um ensino transformador.

Escola de ensino médio em tempo integral e as políticas gerencialistas	FERREIRA, Patrícia de Faria CANTARELLI, Juliana Mezomo	2021 Reflexão e ação	Ensino Médio em Tempo Integral. Políticas gerencialistas. Novo Ensino Médio	https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/16368	Análise em relação a proposta de Escola de Ensino Médio em Tempo Integral, um dos eixos do Novo Ensino Médio, instituído pela Lei 13.415/2017 e as Políticas Gerencialistas.
Autonomia e regulação da escola: uma análise a partir de escolas-piloto do novo ensino médio no Rio Grande do Sul	FEUERHARME, Lilian Dalbem de Souza	2022 – DISSERTAÇÃO UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	Reforma do Ensino Médio; Novo Ensino Médio; Escolas-piloto; Autonomia da escola; Regulação.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11650492	Busca compreender a autonomia das escolas-piloto do Novo Ensino Médio no Rio Grande do Sul e como ocorre sua regulação.
Caminhos desenhados e dilemas contraditórios	FIGLIOLINI, Lucimara FIGLIOLINI, Lucimara	2023 Revista Pedagógica Espaço	Trincheiras de debate., Problemáticas e argumentações, Novo Ensino Médio	https://seer.ufrgs.br/index.php/rep/article/view/14143	Visa apresentar diferentes discursos sobre o Novo Ensino Médio, percebendo-os como embates em trincheiras que norteiam pensamentos e opiniões divergentes e convergentes, trazidos por pesquisadores, pelo governo, por autores em educação, pelos professores e pelos alunos.

Percepções sobre a reforma do Ensino Médio pelo viés da Análise do Discurso Textualmente Orientada e da Multimodalidade	FREITAS, Henrique Campos	2022 Revista profissão docente	Análise crítica do discurso, Ensino Médio, Reforma do Ensino Médio, Multimodalidade.	https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1451	Importante refletir como foram construídos os discursos dentro dessas alterações que geram grandes e importantes impactos no contexto educacional brasileiro.
Filosofia no ensino médio: as intermitências da política educacional brasileira	GAVE, Viviane Vaz	2022 – DISSERTAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	Ensino da Filosofia; Políticas educacionais; Redemocratização brasileira; Novo Ensino Médio	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id_trabalho=11538532	Tem-se como tema o ensino de Filosofia a partir das políticas educacionais brasileiras contemporâneas. Na história da redemocratização do país, indaga-se pelo lugar que ganha o ensino da Filosofia, tendo em vista o chamado “Novo Ensino Médio”, definido pela lei nº 13.415 de 2017 e pela Base Nacional Comum Curricular de 2018.
O caráter do novo ensino médio para a qualificação da força de trabalho em tempos de crise do capital	GAWRYSZEWSKI, Bruno MELLO, Lívia Mouriño de PEREIRA, Natália Silva	2023 Trabalho necessário	Crise do capital; Qualificação; Ensino Médio; Trabalho-Educação.	https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57381	Discutir o porquê do Novo Ensino Médio ser reivindicado pelos setores dominantes brasileiros como uma janela de oportunidade para adequar a qualificação da força de trabalho às reivindicações das empresas e às aspirações dos jovens.

A mercadologização da educação e as funções da escola contemporânea: processos e práticas de governo nos cadernos do novo ensino médio do estado de Santa Catarina (Brasil)	GEISLER, Liliane	2022 TESE UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	Educação escolar; Novo Ensino Médio. Mercadologização. Governamentalidade. Neoliberalismo.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13476328	Analisar como a mercadologização da educação constitui funções escolares contemporâneas a partir de práticas e processos de governo neoliberal presentes em enunciados nos cadernos do novo ensino médio da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina.
A função do “Novo” Ensino Médio na lógica do capital: estratificação, perspectivas e resistências	GOMES, Mike Ceriani de Oliveira	2022 Práxis educativa (Ponta Grossa, Paraná, Brazil)	Classes dominantes. Classes populares. Novo Ensino Médio.	https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/articled/view/18510	Refletir as mudanças no sistema de educação formal brasileiro.
A produção discursiva do ensino médio brasileiro (2009-2019): reformas, orientações e intenções	MARQUES, Aline RabeloLINE RABELO	2020 – TESE FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Reforma do ensino médio. Políticas curriculares. Pierre Bourdieu. Neoliberalismo Educacional. Pedagogia das Competências.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10200083	Construir análises acerca dos discursos político-curriculares, produzidos por Estado e Governos, na materialização de reformas, inovações e intenções em textos/documentos do ensino médio brasileiro entre os anos de 2009-2019, como expressão do habitus linguístico neoliberal. Resultado tanto das condições sociais dos agentes, diretamente envolvidos no processo de sua produção, quanto das condições sociais dos agentes externos, os seus eventuais consumidores.

Novo ensino médio: consequências e perspectivas para a formação dos jovens	MARTINS, Suely Aparecida SANTOS, Franciele Soares dos	2021 Revista Pedagógica (Chapecó)	Ensino médio; Políticas educacionais; Juventude.	https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5786	Reflete sobre o contexto atual do Ensino Médio brasileiro, por meio da análise dos discursos presentes na Reforma do Ensino Médio e na Base Nacional Comum Curricular-BNCC, no que se refere a formação dos jovens em nível médio na atualidade.
Novo ensino médio: feito à imagem e semelhança para a acumulação flexível do capital	MAZETTO, Flavio Eduardo	2023 Germinal : marxismo e educação em debate	Reforma do Ensino Médio, Flexibilização, Educação Flexível, Neoliberalismo, Pedagogia das Competências	https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/54649	Versa sobre a Reforma do Ensino Médio na sua formatação curricular, investigando o material didático elaborado pela Secretaria de Educação de São Paulo (MAPPAs). Demonstraremos que o Novo Ensino Médio é uma forma encontrada, pelas frações burguesas adeptas da flexibilização, para capturar a subjetividade do aluno e conformá-la na ótica do neoliberalismo, propugnando como solução para a crise social a adaptabilidade do ser social.
Os empresários e as políticas públicas em educação básica no Brasil contemporâneo: a atuação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) na construção do “Novo Ensino Médio” (2013-2018)	MELLO, Livia Mourino de	2020 – DISSERTAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	Confederação Nacional na Indústria (CNI); Novo Ensino Médio; Estado Integral; Empresa	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9970432	Investigar os interesses e atuação do empresariado nas políticas públicas educacionais de nível médio no Brasil contemporâneo, sendo objeto desta pesquisa as políticas federais recentemente aprovadas, quais sejam: a Lei nº 13.415/2017, a (contra)Reforma do Ensino Médio; a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC), Portaria MEC nº 1.348, de 14 de dezembro de 2018; assim como a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), Portaria MEC nº 1.210, de 21 de novembro de 2018, que juntas conformam o que o Ministério da Educação tem

					denominado de “Novo Ensino Médio”.
Novo ensino médio: uma busca pelos alicerces em tempos de reestruturação curricular	MELO, Ellen Maianne Santos LIMA, Walter Matias	2021 Revista Digital de Ensino de Filosofia - REFilo	novo ensino médio, currículo, conservação	https://periodicos.ufsm.br/refilo/article/view/67473	Apresentar as principais mudanças constantes nos documentos que legislam sobre a reformulação da educação em nosso país e apresentar uma defesa da importância das fronteiras disciplinares.
O novo ensino médio de 2017: Avanços e retrocessos na educação básica e as pesquisas sobre esse nível de ensino	MOURA, Suzana Cristina Andrade	2022 – TESE UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	Ensino médio;Reforma; Política pública;Pesquisas;Dados educacionais	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id_trabalho=13029608	Didáticas diferenciadas, aprendizagem, metodologias, legislação e mudanças nas políticas públicas. Esse último é o tema desta pesquisa, que tem como objetivo geral investigar a reforma nacional do ensino médio de 2017.
De reforma em reforma: as recomendações dos organismos internacionais para a organização do ensino médio	MUNIZ, Tatiana Ludmila Santos Brandão.	2020 – DISSERTAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	Ensino Médio;Política Educacional;Organismos Internacionais;Reformas Educacionais	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id_trabalho=10254910	Investigar as recomendações internacionais que repercutiram sobre a condução das políticas voltadas para esse nível de ensino que, de diferentes maneiras, impactou diferentes países da América Latina; portanto, o objetivo desse trabalho é o de identificar e discutir os discursos, orientações e prescrições contidos em documentos de dois organismos internacionais, do Banco Mundial (BM) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), acerca do ensino médio.

Construção da reforma do novo ensino médio no cenário educacional brasileiro: fragilidades e incoerências.	NEVES, Kíssila Soares Vitorino NEVES, Beatriz de Araujo Rezende SILVA, Cristiana Barcelos da	2022 Confluências (Niterói)	Reforma do Ensino Médio. Financeirização da Educação. Mudança Estrutural curricular	file:///C:/Users/Regina/Downloads/CONSTRUCAO_DA_REFORMA_DO_NOVO_ENSINO_MEDIO_NO_CENA.pdf	Refletir sobre a proposta da Reforma do Ensino Médio, trazendo discussões relevantes que envolvem o interesse privado neste cenário e uma mudança estrutural no currículo do Ensino Médio também através da publicação da Base Nacional Comum Curricular.
Os discursos oficiais sobre as leis 5.692/71 e 13.415/17: a defesa de uma educação a serviço do capital = The Official Speeches on Laws 5.692/71 and 13.415/17: The Defense of an Education Capital Service	ORTEGA, André Randazzo HOLLERVA CH Joana D'arc Germano	Educação Por Escrito	Ensino médio. Políticas educacionais. Lei 5.692/71. Lei 13.415/17	file:///C:/Users/Regina/Downloads/epericodicos,+ESCRITO.2020.2.315 92+-+OK.pdf	Analisar os discursos oficiais produzidos pelo Estado brasileiro acerca de duas importantes políticas educacionais para o ensino médio. Primeira, a Lei 5.692/71, conhecida como a reforma educacional da ditadura, que tornou compulsória a profissionalização em todo o 2º grau no país. Segunda, a Lei 13.415/17, mais recente política pública educacional de grande escala no Brasil, cujos pressupostos alteram o funcionamento do ensino médio nos mais diversos âmbitos em médio e longo prazo

Projetos políticos em disputa: a importância da educação integrada e politécnica como contraponto à contrarreforma do ensino médio	PASSOS, Roberta Cristine de Andrade	2022 Trabalho & educação	Educação, Reforma do Ensino Médio, Empresários, Educação integrada/politécnica	https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/35854	Análise dos projetos políticos em disputa, que se iniciaram desde o processo de discussão da educação na Constituição de 1988 e das Leis de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional de 1996, contrastando duas propostas educacionais: uma a favor de uma Educação Integrada e Politécnica e, outra, focada no aligeiramento da educação e voltada para a preparação de mão de obra para o mercado de trabalho.
Agenda neoliberal, juventude e trabalho: uma análise discursiva de coleções didáticas do Novo Ensino Médio	SILVA, Francisco Vieira da MORAIS, Edvânia Batista de	2022 Revista Educação e Políticas em Debate	Discurso. Juventude, Trabalho. Ensino Médio, Neoliberalismo	https://seer.ufr.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/64288	Analisa coleções didáticas do Novo Ensino Médio aprovadas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), edição de 2021, levando em consideração os impactos reformistas de matriz neoliberal a incidirem sobre o trabalho e a educação para os jovens no Brasil.
Determinações da Lei 13.415/17 e a reforma do ensino médio como política educacional para reprodução do capital	SILVA, Afonso Reno Castro da MARCASSA, Luciana Pedrosa	2020 Revista Pedagógica (Chapecó)	Reforma do Ensino Médio; Formação técnica e profissional; política educacional	https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5787	A concepção de trabalho e formação na Reforma do Ensino Médio de 2017.

A concepção de trabalho e formação na Reforma do Ensino Médio de 2017	SILVA, Afonso Reno Castro da	2019 – dissertação UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	Reforma do Ensino Médio; Flexibilização curricular; Regim e de acumulação flexível.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id_trabalho=7760900	Desvendar fundamentos econômicos, políticos e educacionais da atual Reforma do Ensino Médio a partir de leis orgânicas de reprodução do capital, buscando reconstituir nexos entre as crises capitalistas, o regime de acumulação flexível e a referida política.
O “novo” ensino médio: apontamentos sobre a retórica da reforma, juventudes e o reforço da dualidade estrutural	SILVEIRA, Éder Da Silva RAMOS, Nara Vieira VIANNA, Rafael De Brito	2018 Revista Pedagógica (Chapecó)	Ensino Médio – juventudes – Reforma Curricular – Políticas Educacionais	file:///C:/Users/Regina/Downloads/admin,+Art6.pdf	Considerações críticas a respeito da reforma do Ensino Médio anunciada pelo governo Temer, expressa na Lei nº 13.415/2017.
A emergência das escolhas individuais como um princípio curricular no Brasil: uma crítica à escola do neoliberalismo	SILVA, Roberto Rafael Dias da SCHERER, Renata Porcher	2022 Revista portuguesa de investigação educacional (Em linha)	Currículo, Políticas educacionais, Vozes do aluno, Brasil	https://revistas.ucp.pt/index.php/investigacaoeducacional/article/view/11681	Pretende-se problematizar a emergência das escolhas individuais dos estudantes como um princípio curricular para a escolarização dos adolescentes e jovens brasileiros, na medida em que vem acompanhada de uma nova gramática formativa.

Novo ensino médio: deriva de sentidos em uma propaganda televisiva do governo federal	SOUZA, Carlos Fabiano de	2020 Linguagem (Dis)curso em	Trabalho; Formação integral; Ensino médio; Sociologia do discurso; Análise do discurso	https://www.scielo.br/j/ld/a/qpHtLhMB8bZcLWkz4rRbKgG/?lang=pt	À luz de um viés discursivo, parte da materialidade linguística presente em sete quadros recortados de um vídeo de propaganda televisiva do Novo Ensino Médio pelo Governo Federal para investigar a deriva de sentidos postos em circulação acerca da enunciabilidade inscrita nos discursos sobre trabalho e formação integral.
Reforma ou "deforma" do Ensino Médio? As políticas públicas educacionais e o discurso subjacente às propagandas do Ministério de Educação do Brasil	SOUZA, Rodrigo Diego de	2018 Cadernos CIMEAC	Capital e trabalho; Ensino Médio; Políticas educacionais; Propaganda; Trabalho e educação	https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/2232	Analisar os discursos subjacentes às propagandas do 'novo' Ensino Médio produzidas pelo Ministério da Educação do Brasil.
Política educacional do novo ensino médio: a atuação do Banco Mundial	SOUZA, Danielle Capelasso Soares de	2021 Dissertação UNIVERSIDADE ESTADUAL MARINGÁ DE	Novo Ensino Médio; Banco Mundial; Teoria do Capital Humano; Financiamento	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10956524	Analisar a atuação do Banco Mundial na política educacional do Novo Ensino Médio.

Prometeu acorrentado: o fetiche do novo ensino médio e a crise no mundo do trabalho	SOUZA, Ricardo Agnelo de	2020 Dissertação UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	Ensino Médio;Educação ;Neoliberalismo; Capitalismo Flexível;Estado; Mundo do Trabalho	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id_trabalho=10256310	Compreender como a reforma do Ensino Médio se articula às mudanças no mundo do trabalho e corrobora para uma formação restrita, aligeirada e desprovida de compromisso com um paradigma de formação integral, ou seja, a flexibilização da última etapa da educação básica está em consonância com o regime de acumulação flexível (Harvey, 1992).
Processo de institucionalização da reforma do ensino médio: análise das disputas envolvidas na configuração da Lei nº 13.415/2017 no Congresso Nacional	SPERANDIO, Renan dos Santos	2019 Dissertação UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	Reforma do Ensino Médio;Percurso Legislativo;Hege monia;Crise do Capital.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id_trabalho=8055822	Analisar o papel dos principais sujeitos, discursos e interesses que participaram da elaboração e aprovação da reforma do ensino médio, originada na MP Nº 746/2016, e definida na Lei Nº 13.415/2017 durante o governo Temer.
Política, trabalho e conhecimento no “novo ensino médio”	TIRADENTE S, Aparecida de Fátima	2018 Trabalho necessário	SEM PALAVRAS CHAVE	https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4623/4259	Analisa as condições sociais de produção da reforma do Ensino Médio brasileiro no final da década de 1990 e década de 2000, suas principais características, destaca o ostensivo movimento de imposição pelo capital de suas demandas relativas à formação dos trabalhadores e a incorporação de tais demandas pelo Estado.

Novo Ensino Médio: análise da política de escolas em tempo integral	WATHIER, Valdoir Pedro CUNHA, Célio da	2022 Educação e realidade	Novo Ensino Médio; Tempo Integral; Educação Ecológica	https://www.scielo.br/j/edre/a/a/Jdd6KNrCfsqbMbKxBpt5fPF/#	Analisa a Política de Fomento a Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, indutora do Novo Ensino Médio Brasileiro, para identificar possibilidades de educação ecológica.
Rastros da governamentalidade e da contraconduta neoliberais na escola pública contemporânea	WEINHEIMER, Gicele	2019 DISSERTAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Escola pública. Ensino Médio. Governamentalidade neoliberal. Contraconduta neoliberal. Programa Novo Ensino Médio.	http://hdl.handle.net/10183/197054	Examinar movimentos da governamentalidade neoliberal e as ações de contraconduta a eles vinculados que se fazem presentes em uma escola pública estadual, mobilizados tanto pela emergência do Programa Novo Ensino Médio quanto por atividades pedagógicas criadas nessa instituição.